



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**PAULO RICARDO RODRIGUES PIRES**

**A Dimensão Sacrificial da Eucaristia:  
Do Concílio de Trento ao Magistério contemporâneo**

Dissertação Final

sob orientação de:

Professor Doutor José Jacinto Ferreira de Farias

**Lisboa**

**2013**

## INTRODUÇÃO

A Reforma protestante do século XVI, cujo início habitualmente se atribui à famosa afixação das 95 teses de Martinho Lutero na catedral de Wittenberg, não é de todo o ponto de partida para todo um movimento reformista que se inicia na Igreja e em torno da Igreja. Pelo contrário, podemos situar as raízes desse mesmo movimento já no período medieval<sup>1</sup>. A título de exemplo, podemos enunciar o movimento dos cátaros-albigenses e dos valdenses. Em todos estes movimentos podemos encontrar reivindicações a diversos níveis, quer ao da própria configuração hierárquica da Igreja, quer, sobretudo, ao da doutrina e da praxe sacramental<sup>2</sup>. O movimento reformista do século XVI situa-se, pois, precisamente nesta continuidade.

Com frequência se centra a problemática da Reforma na doutrina sobre as indulgências. Todavia, não sem evidências claras, percebemos, e acabamos por concluir, que o grande legado da mencionada Reforma se situa ao nível da principal celebração cristã, isto é, a celebração da Eucaristia. De facto, será esta, mais tarde designada pelos seguidores da Reforma de “Ceia do Senhor”, a pedra angular de toda a invectiva protestante.

A assunção do nome “ceia do Senhor” para designar a Eucaristia por parte da crítica protestante tem um profundo significado, ou melhor, vários significados e implicações. Longe de nos determos em todos eles, centramo-nos especialmente na sua dimensão de *oferta*. De facto, para a doutrina católica, a Missa, cuja origem remonta ao acontecimento da Última Ceia de Jesus, constitui um verdadeiro e próprio *sacrifício*, porque, precisamente nesta ceia, como atestam as palavras da instituição, se antecipava a oferta sacrificial que Jesus iria fazer de Si

---

<sup>1</sup> Cf. J. PAUL, *L'Église et la culture en occident: XI-XII siècles II* (Paris: Presses Universitaires de France 1986) 748, 773-778.

<sup>2</sup> Cf. J. PAUL, *L'Église et la culture en occident*, 773, 778.

próprio no dia seguinte sobre a cruz. Diversamente deste entendimento, na crítica dos reformadores encontramos um centramento tal no carácter único e definitivo da oferta de Jesus na cruz que, assumir a Eucaristia como verdadeiro e próprio sacrifício, significa justamente colocar em causa a eficácia do sacrifício de Jesus oferecido na cruz. Neste sentido, veremos que a perspectiva protestante entende a Eucaristia como o *testamento* do Senhor, como sinal rememorativo daquilo que foi cumprido.

Tendo assim enunciado a temática da presente dissertação, o objecto que nós nos propomos estudar consiste precisamente na análise da dimensão sacrificial do sacramento da Eucaristia no Magistério da Igreja. Temporalmente, os momentos sobre os quais nos debruçaremos serão, em primeiro lugar, o século XVI, particularmente o Concílio Tridentino, e, em segundo lugar, o magistério mais actual, concretamente o magistério desde o II Concílio do Vaticano até ao de Bento XVI.

Como itinerário, começaremos, portanto, com um recuo ao século XVI para nos adentrarmos na discussão entre os reformadores e a doutrina católica. Primeiramente, faremos uma análise de alguns escritos daqueles que, no nosso entender, são os dois principais personagens da reforma protestante, a saber, M. Lutero e J. Calvino. Para M. Lutero, iremos fazer uma recolha e análise cronológica das suas obras, principalmente os seus sermões. Como principal fonte, recorreremos a uma versão brasileira das obras de Lutero, procurando fazer algumas adaptações ao português europeu. Para Calvino, usaremos como principal fonte a sua emblemática obra *Institutio Christianæ Religionis*<sup>3</sup>, na versão latina de 1559. Analisaremos o livro IV da referida obra e, mais concretamente, o capítulo XVIII que recebe o título *De Missa papali, quo sacrilegio non modo profanata fuit Cœna Christi, sed in nihilum redacta*. Muito embora as citações se façam segundo uma versão brasileira da mesma obra

---

<sup>3</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis* (Geneve: Oliua Roberti Stephani 1559).

disponível digitalmente<sup>4</sup>, as referências serão sempre da obra original, pois muitas delas confrontámos precisamente com o texto original.

Após termos recolhido, a partir destes escritos, os principais argumentos contra a Missa enquanto sacrifício, analisaremos a resposta formal da Igreja Católica a esta questão, que encontramos, de forma exímia, no texto da Sessão XXII do Concílio de Trento. Para esta análise, teremos como objecto de estudo o texto do decreto desta mesma sessão. Porém, longe de uma análise exaustiva de todo o texto, iremos nos circunscrever àquelas partes cujos conteúdos são os mais significativos para a matéria em questão. Neste sentido, atentaremos à *doctrina* do referido decreto e, mais concretamente, ao seu prólogo e aos dois primeiros capítulos. Para facilitar a análise, optaremos por incluir os textos, quer na sua versão latina, quer ainda numa tradução portuguesa. Para o texto latino recorreremos à obra de Denzinger-Shönmetzer – *Enchiridion symbolorum, definitionum et declarationum de rebus fidei et morum* –, e para a tradução portuguesa recorreremos a uma pequena obra de uma colecção sobre documentos pontifícios que, no respectivo lugar, indicaremos em nota. Esta exposição há-de permitir-nos aprofundar os argumentos da doutrina católica a favor da Missa como verdadeiro sacrifício. Será este o conteúdo do primeiro capítulo da presente dissertação.

O segundo capítulo debruçar-se-á sobre o magistério mais actual, no respeitante à dimensão sacrificial da Eucaristia. Neste, analisaremos os textos do II Concílio do Vaticano bem como os principais documentos dos Santos Padres Paulo VI, João Paulo II e Bento XVI, que, igualmente no nosso entender, possuem as referências doutrinalmente mais significativas sobre a mencionada dimensão. Na abordagem ao II Concílio do Vaticano, faremos uma pesquisa ao longo dos textos buscando os elementos que ajudem à clarificação do ensinamento da Igreja sobre a eucaristia como sacrifício. Por esta razão, nem todos serão citados na presente dissertação. Para a nossa selecção dos referidos documentos e dos seus

---

<sup>4</sup> Cf. [http://www.calvinismo.com/e\\_books.php](http://www.calvinismo.com/e_books.php) (29/IV/2013).

principais trechos, recorreremos ao auxílio de uma sinopse dos documentos conciliares<sup>5</sup>, nomeadamente as entradas dos vocábulos “Eucaristia” e “Missa”.

Para os sumos pontífices, iremos analisar aqueles documentos que dizem mais directamente respeito à Eucaristia. Não está, de modo algum, dentro do nosso objectivo abordar todos os documentos destes Santos Padres sobre esta matéria, mas tão-somente a alguns, a saber: a Encíclica *Mysterium fidei* e a *Sollemnis professio fidei*, do Papa Paulo VI; a Carta Apostólica *Dominicæ cenæ*, o *Catecismo da Igreja Católica* e a Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*, do Papa João Paulo II; e, por fim, a Exortação Apostólica pós-sinodal *Sacramentum caritatis*, do Papa Bento XVI.

Este trabalho, no seguimento do primeiro capítulo, há-de permitir-nos tirar desde logo algumas conclusões preliminares sobre quais os pontos essenciais e quais as mudanças de acentuação que podemos verificar ao longo desta faixa temporal.

Por fim, o terceiro capítulo pretende ser um capítulo mais sintético, no qual se procurará observar quais as principais implicações desta dimensão da Eucaristia. Num primeiro momento, estudaremos as implicações de um ponto de vista mais teórico, isto é, as implicações para a sacramentologia eucarística. Para isso seguiremos uma sistematização da autoria da Comissão Nacional do Jubileu do Ano 2000, na qual encontramos alguns importantes dados sobre a relação da Eucaristia com diversas dimensões e mistérios. Posteriormente, num segundo momento, a nossa atenção voltar-se-á para as implicações da referida dimensão, agora para a vida cristã. Neste ponto, recorreremos a uma outra sistematização, desta feita da autoria de D. Borobio, em que, progressivamente, passaremos da existência de Cristo até à vida do cristão. Ambos os momentos traduzirão um esforço de evidenciar o entrosamento da reflexão teológica e a vida concreta de fé.

---

<sup>5</sup> *Sinopse: documentos conciliares Vaticano II* (Org. J. Barbosa Pinto) (Porto-Braga: SNAO 1968).

Relativamente às fontes e demais bibliografia utilizada, procuraremos utilizar as versões em língua portuguesa, sempre que disponíveis. Contudo, recorreremos abundantemente a outras obras noutras línguas. Excluimos, à partida, obras em língua germânica pelo nosso desconhecimento da mesma. Em todo o caso, houvermos por bem, para uma consulta e confrontação mais fidedignas, referiremos a versão original ou oficial. No caso de autores citados em obras usadas na presente dissertação, a cujos originais tivemos dificuldade em aceder, usaremos a sinalefa *cit. in* para o indicar.

Cabe-nos fazer ainda uma última ressalva para a leitura do presente trabalho. Relativamente às citações, iremos procurar inseri-las em forma de destaque no corpo do texto, especialmente quando estas ultrapassem as três linhas de extensão. Igualmente, ao longo do texto, iremo-nos referir à celebração da Eucaristia recorrendo aos termos “Eucaristia” e “Missa”, indistintamente. Ressalvamos, porém, que por “Missa” entendemos exclusivamente a celebração eucarística católica. Finalmente, no presente texto, o termo “homem” diz a humanidade e não exclusivamente o ser humano masculino (lat. *vir*). Enfim, a presente dissertação será redigida intencionalmente fora do abrigo do novo acordo ortográfico (1990), pelo que usaremos exclusivamente a escrita tradicional.

## CAPÍTULO PRIMEIRO

### A EUCARISTIA NA REFORMA E NO CONCÍLIO DE TRENTO

Neste primeiro capítulo da presente dissertação, iremos debruçar-nos particularmente sobre a crítica protestante à noção sacrificial da Missa. Porém, ainda antes de analisarmos os diversos argumentos dos reformadores, é oportuno voltar a nossa atenção para o período tardo-medieval, pois este permitirá lançar algumas luzes sobre a origem desta crítica que marcou profundamente a Europa quinhentista.

De acordo com alguns autores, na Idade Média abriu-se um fosso entre sacramento e sacrifício, fosso esse que W. Kasper explicita da seguinte forma:

«Para reprimir um puro simbolismo e preservar a realidade da presença real de Jesus na Eucaristia, acabou por separar-se, de um lado, a presença da carne e do sangue de Jesus Cristo, e, do outro, a actualização anamnético-simbólica do sacrifício da Cruz. Deste modo ainda se podia explicar a presença da pessoa e do fruto salvíficos, mas já não a presença do acontecimento salvífico e, por conseguinte, teve de levar-se a cabo a separação entre o sacramento e o sacrifício da Eucaristia. Porque já não conseguia compreender-se a Eucaristia como símbolo real sacramental da *passio Christi*, era forçoso que o carácter sacrificial da Eucaristia e a sua relação com o sacrifício da Cruz se tornasse um problema simplesmente insolúvel.»<sup>6</sup>

A este fosso junta-se um outro elemento, também presente no fim da medievalidade, no qual é igualmente possível encontrar raízes remotas da crítica protestante. Falamos, pois, do modo como era habitual representar o sacrifício eucarístico, a saber, «como uma acção da

---

<sup>6</sup> W. KASPER, *Unidade e multiplicidade dos aspectos da Eucaristia*, in *Communio* 3 (1985) 211.

Igreja exercida sobre Deus para provocar e multiplicar a descida dos seus benefícios sobre os homens»<sup>7</sup>. Certamente que os teólogos que recorriam a este tipo de linguagem para descrever o sacrifício eucarístico eram unânimes em considerar que a Missa apenas existe por um dom gratuito de Deus<sup>8</sup>. Contudo, a proliferação de fórmulas como estas entre o espírito do povo permitiu, certamente, que a Eucaristia pudesse assumir uma significação mágica<sup>9</sup>.

### **1.1. A crítica protestante à noção de sacrifício**

Tendo como pressuposto este clima e esta linguagem que acabámos de referir, mais facilmente podemos compreender a corrente de vozes que se levantaram contra vários pontos da doutrina e da praxe católicas em torno do século XVI. Com efeito, esta corrente, com vários focos sobretudo no centro europeu, constituirá o movimento da Reforma protestante. Comum a vários os autores deste movimento, é a sua crítica à doutrina católica sobre a Missa como verdadeiro e próprio sacrifício. De um modo geral, esta crítica está assente no facto de que, assim considerada, a Missa atentaria contra o único e verdadeiro sacrifício: o de Cristo na cruz. Uma vez, pois, que os autores deste movimento são vários e com matizes bem diversos, iremos debruçar-nos sobre dois fundamentalmente, cuja relevância e influência nos parece ser maior. Falamos, pois, de Martinho Lutero e de João Calvino: procuraremos visitar a sua doutrina e extrair dela os principais argumentos contra a Missa enquanto sacrifício. Pensamos

---

<sup>7</sup> L. BOUYER, *Palavra, Igreja e sacramentos no protestantismo e no catolicismo* (São Paulo: Flamboyant 1962) 97.

<sup>8</sup> Cf. L. BOUYER, *Palavra, Igreja e sacramentos*, 97.

<sup>9</sup> Cf. L. BOUYER, *Palavra, Igreja e sacramentos*, 97.

que este trabalho preliminar oferecerá um bom pano de fundo para uma melhor compreensão do magistério tridentino a respeito da matéria que nos propomos estudar.

### **1.1.1. O ensinamento de Lutero**

A figura mais ilustre que encabeça a crítica protestante é, sem dúvida, Martinho Lutero. Embora fosse já possível detectar movimentos que exigiam uma reforma da Igreja desde o período medieval, vai ser Lutero a personagem com maior relevo, particularmente por meio dos seus escritos que na época beneficiaram da rápida difusão proporcionada pela recém-criada imprensa.

#### **1.1.1.1. A crítica à Eucaristia como sacrifício no quadro da doutrina sobre a justificação**

É sabido que a doutrina-base luterana, sobre a qual se edificaram todas as demais doutrinas reformadoras, é a da *justificação*. É importante ter isto em conta no presente trabalho, visto ser a aplicação à Missa da sua teologia sobre a justificação a fonte de todas as críticas que Lutero irá levantar contra ela. Como atestam alguns autores, «aplicando à Eucaristia a sua teologia da justificação, Lutero identifica a Missa como tal com tal

deformação da sua época e salta de uma crítica profética (contra os abusos) a uma redução teórica: a Missa é a corrupção da Eucaristia»<sup>10</sup>. Para Lutero, a Eucaristia é a “Ceia do Senhor”, sacramento da sua presença real; é ação de graças pelo sacrifício da cruz, mas nunca sacrifício oferecido pela Igreja, porque, deste modo, isto suporia uma obra de auto-justificação<sup>11</sup>. Este ponto em particular será de capital importância para a compreensão da crítica luterana à Missa católica e, em especial, à sua dimensão sacrificial. Mas, revisitemos brevemente a doutrina luterana da justificação.

Embora na linguagem de Lutero não desapareça a expressão “sacrifício expiatório” de sabor anselmiano, porém este nunca o reconhecerá na Missa, mas somente no sacrifício da cruz, fazendo bandeira do *semel pro semper* da Epístola aos Hebreus (*Hb* 7, 27; 9, 12; 10, 10)<sup>12</sup>. Esta não rejeição advém do modo como Lutero vê o homem e a natureza humana. Segundo ele, o pecado consiste numa ferida na natureza humana que a priva completamente da sua liberdade, tornando o homem incapaz de qualquer bem, estando, pois, irremediavelmente destinado à condenação<sup>13</sup>. Por isso mesmo, a humanidade aparece como uma *massa damnata*, sem uma solução salvífica em si mesma, donde a imprescindibilidade do sacrifício da cruz<sup>14</sup>. Todavia, a hermenêutica luterana do sacrifício expiatório da cruz aparece com alguns contornos próprios, diferentes da visão católica:

«Lutero acentua a sua interpretação da cruz como uma morte expiatória em que Cristo carrega com o pecado do mundo e é condenado como o grande pecador (*Rm* 8, 3), e morre no abandono mais completo, experimentando a desesperação dos condenados (*Lc* 23, 46). O pecador continua a ser pecador porque o pecado está na natureza, mas Deus já não lhe imputa o pecado.»<sup>15</sup>

---

<sup>10</sup> L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía: Presencia. Sacrificio. Comunión* (Salamanca: Sígueme 2008) 153-154.

<sup>11</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 154.

<sup>12</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 154.

<sup>13</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 154.

<sup>14</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 154.

<sup>15</sup> L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 154.

Esta última ideia é central na sua doutrina sobre a justificação, ou seja, a satisfação anselmiana dá lugar à teoria da “imputação”, de sabor nominalista<sup>16</sup>. Por outras palavras, aquilo que agora passa a estar no centro da doutrina da justificação já não é o refazer de um equilíbrio, como sistematizou S. Anselmo, o que seria totalmente impossível, uma vez que, segundo Lutero, o pecado tudo arruinou. Ao invés, a única hipótese que resta é a não imputação ao homem por parte de Deus da pena do pecado<sup>17</sup>. Este pessimismo antropológico de Lutero permite explicar a impossibilidade da abertura do sacrifício de Cristo à colaboração dos seus membros. Mais ainda, tendo sido Deus aplacado, qual o sentido para que este acontecimento se torne presente a não ser como mera notícia<sup>18</sup>? Aquilo que resta ao pecador é simplesmente acolher o único sacrifício de Cristo com total confiança e em acção de graças.

«O Reformador, de facto, toma tão a sério o acontecimento histórico que não pode conceber que se repita de modo nenhum o sacrifício da cruz, o único que Deus pode aceitar – porque é Ele mesmo quem o oferece – sem que seja uma ‘obra’ humana carregada de soberba.»<sup>19</sup>

Inspirado pelo exemplo de S. Paulo, Lutero acredita reagir da mesma forma como aquando do conflito sobre a necessidade da lei mosaica: se esta é necessária, porquê a cruz de Cristo? Neste sentido, e retomando o apontamento inicial sobre a separação medieval entre sacramento e sacrifício, compreende-se com maior facilidade a resistência de Lutero em assumir a Missa como sacrifício, sem que esta constituísse um “outro” sacrifício, colocando em causa a unicidade do sacrifício de Cristo<sup>20</sup>. A Eucaristia é, enfim, na perspectiva de Lutero, «acção de graças pelo sacrifício. Donde a rejeição do termo “Missa” e a recuperação

---

<sup>16</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 154.

<sup>17</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 154.

<sup>18</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 154.

<sup>19</sup> L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 155.

<sup>20</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 154.

destoutro, o de “Ceia do Senhor”»<sup>21</sup>. Mas procuremos aprofundar um pouco mais esta distinção entre sacramento e sacrifício, bem como a crítica a ela inerente.

Contra a designação de sacrifício dada à Missa, Lutero limita-se quase exclusivamente a recorrer a dados escriturísticos<sup>22</sup>. Entre estes, destacamos dois, que podemos encontrar no seu escrito *De abroganda Missa privata*:

«A Epístola aos Hebreus ensina que Cristo “se ofereceu uma só vez” e que “por esta única oblação ele consumou para sempre aqueles que foram santificados” (*Hb* 9, 28; 10, 14). Cristo não quis, portanto, que se oferecesse uma segunda vez, mas unicamente que se fizesse memória do seu sacrifício já oferecido. Que audácia transformar este memorial num sacrifício propriamente dito!»<sup>23</sup>

«Na Epístola aos Romanos, o apóstolo exorta os fiéis a “oferecer os seus corpos como uma hóstia viva, santa, agradável a Deus, como homenagem racional” (*Rm* 12, 1). É o único sacerdócio de Cristo estendido a todos os cristãos; mas pela oferenda de um sacrifício inteiramente espiritual, semelhante àquele “sacrifício de um coração contrito” (*Sl* 50 [51], 19), de que fala o salmista. A Escritura não conhece outro sacerdócio nem outro sacrifício.»<sup>24</sup>

Em todo o caso, apesar da crítica à Missa enquanto sacrifício, Lutero não precisa em que consiste essencialmente o sacrifício nem quais são as condições necessárias para o verdadeiro sacrifício<sup>25</sup>. Por esta razão, se quisermos saber qual o pensamento luterano sobre a distinção entre sacrifício e sacramento, que está também na base da crítica sacrificial, teremos de voltar os nossos olhos para os seus discípulos, os quais colmataram esta lacuna<sup>26</sup>. Ora, o primeiro e mais significativo é Filipe Melâncton (1497-1560). O mérito de Melâncton está, no

---

<sup>21</sup> L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 155.

<sup>22</sup> M. LEPIN, *L'idée du Sacrifice de la Messe : d'après les théologiens depuis l'origine jusqu'à nos jours* (Paris: Gabriel Beauchesne Éditeur 1926) 245.

<sup>23</sup> M. LUTERO, *De abroganda Missa privata*, cit. in M. LEPIN, *L'idée du Sacrifice de la Messe*, 244.

<sup>24</sup> M. LUTERO, *De abroganda Missa privata*, cit. in M. LEPIN, *L'idée du Sacrifice de la Messe*, 244.

<sup>25</sup> Cf. M. LEPIN, *L'idée du Sacrifice de la Messe*, 245.

<sup>26</sup> Cf. M. LEPIN, *L'idée du Sacrifice de la Messe*, 245.

seu esforço de defender as Igrejas reformadas da acusação de terem abolido a Missa, na determinação da noção geral de sacrifício<sup>27</sup>.

Melâncton começa por distinguir entre o sacramento, que é uma obra de Deus feita em favor do homem, *opus Dei erga nos*, e o sacrifício, que é uma obra do homem em honra de Deus, *opus nostrum erga Deum*<sup>28</sup>. Sobre este último, Melâncton defende a existência de duas espécies de sacrifício, e duas unicamente: o sacrifício expiatório, em sentido estrito, e o sacrifício eucarístico, em sentido mais alargado<sup>29</sup>. E assim define o primeiro: «uma obra que nos concilia com o favor de Deus e que apazigua a sua cólera, ao satisfazer pelo pecado e pela pena eterna»<sup>30</sup>. Esta definição, como se observa, insiste no carácter expiatório do sacrifício: o apaziguamento da cólera divina é apresentado como o seu fim principal<sup>31</sup>.

Ora, no dizer de Melâncton, não existe senão um só sacrifício expiatório: o da paixão e da morte de Jesus Cristo<sup>32</sup>. É precisamente este o ensinamento formal da Epístola aos Hebreus; Cristo ofereceu-se a si mesmo: nós não temos nada para oferecer da nossa parte, mas unicamente de reconhecer esta oblação, de crer na sua eficácia redentora, e de dar graças por ela<sup>33</sup>. Qualificar, portanto, a Missa como sacrifício em sentido religioso, seria proclamar a insuficiência da paixão de Cristo para satisfazer pelo pecado. E seria igualmente querer que os homens obtivessem a sua reconciliação com Deus por outra via que não a da fé nesta promessa de perdão, que se apoia na morte do seu Filho único na cruz<sup>34</sup>. A Missa é, portanto,

---

<sup>27</sup> Cf. M. LEPIN, *L'idée du Sacrifice de la Messe*, 246.

<sup>28</sup> Cf. M. LEPIN, *L'idée du Sacrifice de la Messe*, 246.

<sup>29</sup> Cf. M. LEPIN, *L'idée du Sacrifice de la Messe*, 246.

<sup>30</sup> F. MELANCTON, *Loci communes theologici, summa cura ac diligentia postremum recogniti et aucti*, cit. in M. LEPIN, *L'idée du Sacrifice de la Messe*, 246.

<sup>31</sup> Cf. M. LEPIN, *L'idée du Sacrifice de la Messe*, 247.

<sup>32</sup> Cf. M. LEPIN, *L'idée du Sacrifice de la Messe*, 247.

<sup>33</sup> Cf. M. LEPIN, *L'idée du Sacrifice de la Messe*, 247.

<sup>34</sup> Cf. M. LEPIN, *L'idée du Sacrifice de la Messe*, 247.

falando de modo próprio, um *sacramento*, isto é, «uma cerimónia na qual encontramos um sinal das promessas que Deus nos fez»<sup>35</sup>.

Esta crítica luterana à noção sacrificial da Eucaristia vai estender-se a uma outra doutrina católica mais abrangente, que diz respeito aos sacramentos em geral. Falamos da doutrina dos sacramentos enquanto acções cuja eficácia assenta no facto de estes serem *opera operata* (sing. *opus operatum*). Efectivamente, para os católicos, existe uma distinção importante quanto à eficácia das acções sagradas. Há aquelas que são eficazes pela sua acção própria e aquelas cuja eficácia provém da acção daquele que as executa, isto é, o fervor da sua prece e a sua santidade pessoal<sup>36</sup>. Esta segunda modalidade de eficácia diz-se *opus operantis*.

Esta distinção significa que, diferentemente das obras piedosas que os fiéis possam fazer, «os sacramentos agem, não em virtude de algum dos nossos méritos, não em virtude dos méritos do celebrante nem do dos fiéis, mas em virtude unicamente da graça de Deus que lhes concedeu serem para nós sinais, e sinais eficazes do seu amor»<sup>37</sup>. Isto significa que, mesmo em nossas mãos, os sacramentos permanecem não obra nossa, mas sim de Deus. Onde, uma boa compreensão do *opus operatum* significa «precisamente que o sacramento não é mais que graça, dom de Deus, que escapa ao poder do homem. Entretanto, mal explicado e compreendido de esguelha, sugere de facto a ideia de uma acção que age por si mesma, não só independentemente dos sentimentos pessoais do sacerdote que a pratica, mas independentemente da livre e gratuita iniciativa de Deus»<sup>38</sup>. Parece-nos que aqui está o filão que nos permite compreender a crítica que Lutero faz a esta doutrina sacramental, quando a acusa de secundarizar a graça divina.

---

<sup>35</sup> Cf. M. LEPIN, *L'idée du Sacrifice de la Messe*, 247.

<sup>36</sup> Cf. L. BOUYER, *Palavra, Igreja e sacramentos*, 97-98.

<sup>37</sup> L. BOUYER, *Palavra, Igreja e sacramentos*, 98.

<sup>38</sup> L. BOUYER, *Palavra, Igreja e sacramentos*, 98-99.

Há ainda um outro aspecto que importa salientar na compreensão luterana de sacramento. Para Lutero, os sacramentos tendem a aproximar-se da Palavra de Deus, ou seja, eles são, mais particularmente, um *verbum visibile*<sup>39</sup>. Todavia, esta compreensão está penetrada do intelectualismo cristalizado do final da Idade Média<sup>40</sup>. Para os reformadores, dizer que o sacramento é um *verbum Dei visibile* implica, como atesta L. Bouyer, dizer que:

«[...] é uma espécie de Palavra de Deus inferior, boa para os simples, para aqueles que não podem ler, ou cujo espírito é por demais obtuso para se beneficiar directa e facilmente de um ensinamento mais abstracto. Com outras palavras, o sacramento – palavra visível – tende a não ser mais que o equivalente daquilo que podia ser para o povo simples o ensino escultural das catedrais.»<sup>41</sup>

Esta compreensão permite explicar a tendência tão marcada, nas Igrejas reformadas, de converter a igreja numa espécie de salão de ensino religioso, desaparecendo a mesa eucarística<sup>42</sup>. L. Bouyer coloca esta tendência dos reformadores na continuação da «lenta degradação do próprio significado do sacramento, já notável na piedade medieval», especialmente nas *expositiones missae*<sup>43</sup>. Segundo este autor, este tipo de piedade preparou gradualmente a degradação de todo o mistério sacramental, reduzindo-o a um mero simbolismo artificial<sup>44</sup>.

### 1.1.1.2. A crítica à dimensão sacrificial da Eucaristia

Depois destas considerações sobre alguns ensinamentos luteranos a respeito dos sacramentos, e da Eucaristia em particular, vamos procurar revisitar diacronicamente as obras

---

<sup>39</sup> Cf. L. BOUYER, *Palavra, Igreja e sacramentos*, 105.

<sup>40</sup> Cf. L. BOUYER, *Palavra, Igreja e sacramentos*, 106.

<sup>41</sup> L. BOUYER, *Palavra, Igreja e sacramentos*, 106-107.

<sup>42</sup> Cf. L. BOUYER, *Palavra, Igreja e sacramentos*, 108-109.

<sup>43</sup> Cf. L. BOUYER, *Palavra, Igreja e sacramentos*, 107.

<sup>44</sup> Cf. L. BOUYER, *Palavra, Igreja e sacramentos*, 107.

de Lutero mais significativas, nas quais é possível encontrar, de modo mais explícito, a crítica à dimensão sacrificial da Eucaristia.

No *Sermão sobre o Venerabilíssimo Sacramento do Santo e Verdadeiro Corpo de Cristo e sobre as Irmandades*, de 1519, Lutero salienta a dimensão comunal da Eucaristia:

«O que este sacramento significa ou opera é comunhão de todos os santos. É por esta razão que se costuma chamá-lo, na linguagem comum, de *synaxis* ou *communio*, isto é, comunhão; e *communicare*, em latim, significa receber essa comunhão, o que, no vernáculo, chamamos de ir ao sacramento.»<sup>45</sup>

Mas é interessante assinalar que em Lutero como que podemos notar uma acepção de comunhão, diríamos nós, de cariz societário:

«A razão disso é que Cristo forma um corpo espiritual com todos os santos, assim como o povo de uma cidade constitui uma comunidade e um corpo, sendo cada cidadão membro do outro e da cidade inteira.»<sup>46</sup>

«Através deste sacramento também somos integrados em todas as virtudes e graças de Cristo e de seus santos, assim como afirmamos acima a respeito de um cidadão que é transformado e integrado na protecção e na liberdade da cidade e de toda a comunidade.»<sup>47</sup>

Neste mesmo escrito encontramos algo que Lutero muito salientará nos escritos posteriores, a saber, a Eucaristia entendida (apenas) como *sinal* divino. Ademais, podemos, nesta afirmação, entrever marcas da futura crítica que Lutero fará à Missa enquanto *obra*, e não como sinal (da promessa divina).

«Algumas pessoas exercitam sua habilidade e subtileza tentando descobrir onde fica o pão ao ser transformado na carne de Cristo e o vinho [ao ser transformado] em seu sangue [...] Não importa que tu não te preocupes com essas questões. É suficiente que

---

<sup>45</sup> M. LUTERO, *Um Sermão sobre o Venerabilíssimo Sacramento do Santo e Verdadeiro Corpo de Cristo e sobre as Irmandades*, in M. LUTERO, *Obras selecionadas I* (São Leopoldo-Porto Alegre: Ed. Sinodal-Concórdia Ed. 1987-1989) 429.

<sup>46</sup> M. LUTERO, *Um Sermão sobre o Venerabilíssimo Sacramento*, 429.

<sup>47</sup> M. LUTERO, *Um Sermão sobre o Venerabilíssimo Sacramento*, 435.

saibas que é um sinal divino, no qual a carne e o sangue de Cristo estão verdadeiramente contidos; deixa o “como” e o “onde” por conta dele mesmo.»<sup>48</sup>

No ano seguinte, em 1520, no *Sermão a respeito do Novo Testamento, isto é, a respeito da Santa Missa*, vemos Lutero a apontar já muitas das ideias-chave que serão apanágio das ideias reformadoras. Ora, a primeira e mais central é a afirmação da Missa como *testamento*, ideia essa a partir da qual erguerá a crítica à dimensão sacrificial da mesma:

«Vejam, agora, quantas partes há nesse testamento ou Missa. Em primeiro lugar, há o testador, que faz o testamento, Cristo. Em segundo lugar, há os herdeiros, aos quais é legado o testamento, e estes somos nós, os cristãos. Em terceiro lugar, temos o testamento em si, são as palavras de Cristo, quando diz: “Isto é o meu corpo, que é dado por vós; isto é o meu sangue, que é derramado por vós, um novo e eterno testamento”, etc. Em quarto lugar, o selo ou marca distintiva é o sacramento, pão e vinho, sob o qual [está] seu verdadeiro corpo e sangue, pois tudo o que está contido nesse testamento tem que viver.»<sup>49</sup>

Podemos ver mais claramente a oposição entre testamento e sacrifício nas seguintes palavras de Lutero:

«É isso que o sacerdote declara quando ergue as hóstias, pois que não se dirige a Deus, mas a nós, como se quisesse dizer-nos: “Vede, este é o selo e sinal do testamento, no qual Cristo nos legou a remissão de todo pecado e a vida eterna”. Com isso confere também o canto no coro: “Bendito o que vem a nós em nome de Deus” (*Mt 21, 9*), com o que confessamos que n’Ele recebemos bens de Deus, e não Lhe oferecemos sacrifício ou dádiva.»<sup>50</sup>

Através destas palavras podemos concluir que, para Lutero, a Eucaristia é entendida como um sinal, como uma garantia de uma acção salvífica já acontecida, cuja “prova” são os sinais do pão e do vinho. Além disto, o facto de ser um testamento faz dela um verdadeiro

---

<sup>48</sup> M. LUTERO, *Um Sermão sobre o Venerabilíssimo Sacramento*, 435.

<sup>49</sup> M. LUTERO, *Um Sermão a respeito do Novo Testamento, isto é, a respeito da Santa Missa*, in M. LUTERO, *Obras seleccionadas II* (São Leopoldo-Porto Alegre: Ed. Sinodal-Concórdia Ed. 1987-1989) 260.

<sup>50</sup> M. LUTERO, *Um Sermão a respeito do Novo Testamento*, 260.

dom divino, no entendimento de Lutero, pelo qual se confessa, em oposição à doutrina sacrificial, que na Eucaristia não oferecemos nenhum sacrifício ou dádiva.

Não podemos continuar sem assinalar um outro aspecto já existente no sermão em causa, que é a acentuação da Eucaristia como *memória*, em contraposição, por sua vez, à doutrina da *representação* (= tornar a fazer presente):

«Assim também faz um testador secular, que lega algo a seus herdeiros, para deixar atrás de si um bom nome, estima e memória, para não ser esquecido.»<sup>51</sup>

Nesta afirmação, dita sobre a Eucaristia, podemos entrever a futura negação da doutrina da transubstanciação, na medida em que Lutero realça a celebração como esta perpetuação da memória de Cristo, desvalorizando a eficácia da mesma. Aliás, como já mencionámos anteriormente, a eficácia, em Lutero, reside na Palavra de Deus, e não propriamente nos sinais sacramentais, tidos como meios pedagógicos dirigidos aos mais rudes<sup>52</sup>.

Debruçando-nos ainda sobre este mesmo sermão, encontramos mais algumas críticas à dimensão sacrificial, opondo-a à sua dimensão testamental. Quanto a isto, Lutero lamenta:

«[...] a Missa não é apresentada às almas correctamente, sendo compreendida como um sacrifício, não como um testamento, do mesmo modo o que é e deveria ser o sacrifício, isto é, os bens das igrejas e conventos, jamais são sacrifícios, não sendo entregues aos necessitados, aos quais pertencem, com gratidão e louvor a Deus.»<sup>53</sup>

E questiona:

«Caso a Missa ou o sacramento fosse um sacrifício, também se deveria dizer que é uma Missa ou sacrifício quando se leva o sacramento à casa dos doentes, ou quando os são o recebem na igreja, e que há tantas Missas e sacrifícios quantos são os que vêm ao sacramento. Se não é um sacrifício aqui, como há-de ser sacrifício na mão do sacerdote,

---

<sup>51</sup> M. LUTERO, *Um Sermão a respeito do Novo Testamento*, 260.

<sup>52</sup> Cf. L. BOUYER, *Palavra, Igreja e sacramentos*, 106-107.

<sup>53</sup> M. LUTERO, *Um Sermão a respeito do Novo Testamento*, 266.

já que há somente um sacramento, um uso, um proveito, e de todas as maneiras o mesmo sacramento e testamento entre todos nós?»<sup>54</sup>

Daqui Lutero retoma a ideia neotestamentária do oferecimento de si mesmo em sacrifício (cf. *Rm* 12, 1; *IPd* 2, 5), mas opondo-a à noção de sacrifício da Missa:

«Cuidemos, portanto, com a palavra "sacrifício", para que não pretendamos dar algo a Deus no sacramento, quando é Deus quem nos dá todas as coisas nele. Devemos fazer sacrifícios espirituais, já que os sacrifícios corporais se perderam e foram transformados em igrejas, conventos, propriedades hospitalares.»<sup>55</sup>

«Dessa maneira, no entanto, só poucos entendem a Missa, pois são de opinião que somente o sacerdote sacrifica a Missa diante de Deus, quando na realidade qualquer que recebe o sacramento pratica ou deveria praticar esse uso e compreensão, sim, todos aqueles que estão presentes na Missa, mesmo que não recebam o sacramento fisicamente.»<sup>56</sup>

Partindo desta noção, Lutero fala então do único modo como se pode entender a Missa como sacrifício:

«Dessas palavras aprendemos que não somos nós que oferecemos a Cristo, mas Cristo oferece por nós, e nesse sentido é tolerável, sim, de proveito, que designemos a Missa de sacrifício, não por causa dela, e sim porque nós nos oferecemos com Cristo, isto é, que nos deitamos sobre Cristo com firme fé no seu testamento, não aparecendo de outra maneira diante de Deus com a nossa oração, louvor e sacrifício senão por meio d'Ele e por seu intermédio, e não duvidando que Ele é nosso pastor ou sacerdote no céu, ante a face de Deus. Tal fé, na realidade, faz com que Cristo interceda por nós, nos apresente a nós mesmos, a nossa oração e o nosso louvor e também se ofereça a si mesmo por nós, no céu. Se se compreendesse dessa maneira a Missa como sacrifício, seria correcto.»<sup>57</sup>

Ainda no ano de 1520, Lutero redige aquela que virá a ser uma grande obra de crítica à Igreja Católica, onde não faltam censuras à Missa enquanto sacrifício. Falamos, pois, *Do Cativo Babilónico da Igreja*. Nesta obra, Lutero fala de alguns *cativos* nos quais a Igreja

---

<sup>54</sup> M. LUTERO, *Um Sermão a respeito do Novo Testamento*, 266.

<sup>55</sup> M. LUTERO, *Um Sermão a respeito do Novo Testamento*, 267.

<sup>56</sup> M. LUTERO, *Um Sermão a respeito do Novo Testamento*, 268.

<sup>57</sup> M. LUTERO, *Um Sermão a respeito do Novo Testamento*, 267-268.

mantém presas algumas realidades da vivência da fé. Ora, a respeito da Eucaristia, assim declara Lutero:

«O terceiro cativoiro desse mesmo sacramento é aquele abuso extremamente ímpio, por causa do qual sucede que actualmente na Igreja quase nada é mais aceite nem convence mais do que a crença de que a Missa é uma boa obra e um sacrifício.»<sup>58</sup>

Lutero fala mesmo da perspectiva católica, salientando o seu erro:

«Pois a Missa ou promessa de Deus não se cumpre orando, mas somente crendo. Ora, se cremos, oramos e fazemos qualquer boa obra. Contudo, qual dos sacerdotes sacrifica persuadido de que oferece somente orações? Todos imaginam que oferecem o próprio Cristo a Deus Pai como hóstitia suficientíssima e que realizam uma boa obra para todos aqueles aos quais propõem que lhes seja útil. Pois confiam na obra efectuada, o que não atribuem à oração. Crescendo assim paulatinamente o erro, atribuíram ao sacramento o que é da oração e ofereceram a Deus o que devem receber como benefício.»<sup>59</sup>

Para fundamentar a sua censura, Lutero recua até à Última Ceia, tirando o exemplo do próprio Cristo:

«Além disso, temos a nosso favor também o exemplo de Cristo. Com efeito, na última ceia, quando instituiu esse sacramento e fez o testamento, Cristo não se ofereceu a si mesmo ao Pai nem o fez como obra boa em favor de outros. Ao contrário: sentado à mesa, propôs a cada um em particular o mesmo testamento e lhe deu o sinal. Já a Missa, quanto mais se aproximar e assemelhar à primeira de todas as Missas que Cristo fez na ceia, tanto mais cristã será.»<sup>60</sup>

Por fim, nesta obra de 1520, Lutero oferece a razão da incompatibilidade entre promessa e sacrifício, uma vez que, a primeira refere-se a um dinamismo de *receber*, ao passo que o segundo ao dinamismo do *dar*.

---

<sup>58</sup> M. LUTERO, *Do Cativoiro Babilónico da Igreja*, in M. LUTERO, *Obras seleccionadas II*, 360.

<sup>59</sup> M. LUTERO, *Do Cativoiro Babilónico da Igreja*, 370-371.

<sup>60</sup> M. LUTERO, *Do Cativoiro Babilónico da Igreja*, 371-372.

«Por isso, assim como é incompatível que se distribua o testamento ou se receba a promessa e se ofereça sacrifício, da mesma forma é incompatível que a Missa seja sacrifício, visto que a Missa nós recebemos, enquanto que o sacrifício nós oferecemos. Ora, uma mesma coisa não se pode receber e oferecer ao mesmo tempo.»<sup>61</sup>

Dez anos mais tarde, em 1530, encontramos um outro escrito significativo, no qual é possível, como iremos constatar, encontrar uma censura mais acutilante à dimensão sacrificial da Eucaristia. Mais ainda, notamos uma gradual evolução no entendimento eucarístico, aproximando a celebração mais de um acto de rememoração do que a celebração da presença concreta de Cristo entre os fiéis.

«Esta, porém, é que é a arte, mostrada de forma breve e indubitável: Fazei isto em memória de Mim; aprende a rememorá-lo, isto é (como dissemos): pregar, enaltecer, louvar, ouvir e agradecer pela graça demonstrada em Cristo.»<sup>62</sup>

E ainda sobre a rememoração, Lutero enquadra-a no contexto de toda a sua doutrina da justificação e dos seus principais postulados.

«Espero, porém, que não seja necessário ficar ensinando longamente aqui o que significa memória de Cristo; sobre isso já ensinámos muitas vezes e demoradamente noutra parte: Não se trata de contemplação do sofrimento, com que muitos pretendem ter servido a Deus e alcançado graça, como que através de uma boa obra, e ficam chorando o amargo sofrimento de Cristo, etc. A memória de Cristo é ensinar a força e o fruto do seu sofrimento e crer neles: que nossa obra e mérito nada são, que o livre arbítrio está morto e perdido, e que somente pelo sofrimento e pela morte de Cristo nos tornamos rectos e livres de pecados; que se trata do ensino ou da memória da graça de Deus em Cristo, e não de uma obra que nós realizamos para Deus.»<sup>63</sup>

Relativamente à crítica mais acérrima de Lutero, esta é possível ver em alguns passos do mesmo texto em causa. De notar que esta incide sobre o facto de os “papistas”, como Lutero designa os católicos, converterem uma acção de graças em sacrifício.

---

<sup>61</sup> M. LUTERO, *Do Cativo Babilónico da Igreja*, 372.

<sup>62</sup> M. LUTERO, *Exortação ao Sacramento do Corpo e Sangue do Nosso Senhor*, in M. LUTERO, *Pelo evangelho de Cristo: obras seleccionadas de momentos decisivos da reforma* (Porto Alegre-São Leopoldo: Concórdia Ed.-Ed. Sinodal 1984) 262.

<sup>63</sup> M. LUTERO, *Exortação ao Sacramento do Corpo e Sangue do Nosso Senhor*, 269.

«Ó papa, ó bispos, ó sofistas, ó monges, ó padres, que fizestes para fazer desse sacramento uma obra e Missa de sacrifício, com o que obscureceste e roubastes das pessoas esse uso, reverência e gratidão correctas? A culpa é vossa. Pois nele as pessoas não procuraram outra coisa senão a sua própria obra, obediência e mérito.»<sup>64</sup>

«Além disso não consideram o corpo e sangue de Cristo uma acção de graças, mas um sacrifício de obra com o qual não agradecem a Deus por sua graça, mas passam a merecê-la para si mesmos e para os outros, e primeiro conquistam a graça. De sorte que não foi Cristo que conquistou a graça para nós. Nós é que haveríamos de querer conquistar a graça, através de nossa obra, com o que sacrificamos a Deus o corpo e sangue de seu Filho. Esse é o horror maior e a razão de toda a blasfêmia no papismo.»<sup>65</sup>

Destacamos mais duas notas. Uma primeira está relacionada com o *fazer memória*. Aí Lutero explica, mais uma vez, o que entende por fazer memória, bem como a sua dimensão de agradecimento, quando explicita o sentido do nome Eucaristia, dado à Missa.

«Pois aqui Cristo separa claramente os dois pontos, sacramento e memória, ao dizer: “Fazei isto em memória de Mim”. Uma coisa é o sacramento, outra coisa é a memória. Ele diz que devemos praticar e realizar o sacramento, e ao lado disso, rememorar-lo, isto é: Ensinar, crer e agradecer. A memória, esta sim, deve ser um sacrifício de acção de graças. O próprio sacramento, porém, não deve ser um sacrifício, mas uma dádiva de Deus, a nós concedida, a qual devemos aceitar por gratidão e receber com gratidão. E sou da opinião de que esta é a razão por que os antigos chamaram a esse ofício de “eucaristia” ou sacramento da eucaristia, ou seja “agradecimento”: Que nesse sacramento, segundo a ordem de Cristo, devemos agradecer a Deus e dele fazer uso e tomá-lo com gratidão. Mais tarde, por uma compreensão errónea, a designação se reduziu apenas a sacramento; e nem ficaria mal se agora se dissesse, ao ir à Missa ou à pregação: Vou à eucaristia; isto é: Vou à acção de graças, ou seja, àquele ofício em que se agradece e se louva a Deus no seu sacramento, da forma como os antigos o parecem ter entendido.»<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> M. LUTERO, *Exortação ao Sacramento do Corpo e Sangue do Nosso Senhor*, 267-268.

<sup>65</sup> M. LUTERO, *Exortação ao Sacramento do Corpo e Sangue do Nosso Senhor*, 270.

<sup>66</sup> M. LUTERO, *Exortação ao Sacramento do Corpo e Sangue do Nosso Senhor*, 273-274.

A segunda, retirada de *Os artigos de Schmalkalda*, de 1537, enuncia a principal objecção contra o sacrifício da Missa. Esta prende-se com a convicção de que este entendimento põe em causa a mediação única de Cristo.

«Afirma-se que a Missa, com seu sacrifício e sua obra, embora se celebre por um malvado, ajuda a remover os pecados dos homens nesta vida e, depois dela, no purgatório, coisa que, como vimos, apenas pode fazer o cordeiro de Deus.»<sup>67</sup>

«De igual forma preferiria eu, com a ajuda de Deus, que se me reduzisse a cinzas a conceder que um sacerdote que diz Missa, não importa se é bom ou mau, com a sua obre se equipara a nosso Salvador e Senhor Jesus Cristo ou se coloca por cima d'Ele.»<sup>68</sup>

### 1.1.2. O ensinamento de Calvino

Após termos analisado a crítica de Lutero, iremos neste momento olhar para a crítica de outra grande figura da Reforma protestante, João Calvino. Este reformador, que exerceu a sua actividade sobretudo na Suíça francófona, possui alguns aspectos doutrinários relevantes para o nosso tema em questão.

Antes de mais, é necessário afirmar que as ideias de Calvino não são uma total inovação. Aliás, autores há que atestam a sua grande inspiração nas ideias de Lutero, muito embora se reconheça que Calvino não se limitou a adaptar sem mais as teorias-chave da Reforma alemã e suíça<sup>69</sup>. Na verdade, no que toca aos pontos centrais como sejam a predestinação, a ceia e a organização da Igreja, Calvino foi muito mais longe que os seus

---

<sup>67</sup> M. LUTERO, *Os artigos de Schmalkalda*, in M. LUTERO, *Obras* (Salamanca: Sígueme 1977) 337-338.

<sup>68</sup> M. LUTERO, *Os artigos de Schmalkalda*, 339.

<sup>69</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église: Les Temps Modernes VII* (Lyon-Paris: Librairie Catholique Emmanuel Vitte 1938) 134-135.

antecessores, não hesitando a introduzir as suas próprias ideias e a retirar todas as consequências das noções recebidas, levando a cabo a criação de toda uma obra original, que se caracteriza por uma oposição absoluta ao catolicismo<sup>70</sup>.

Quanto à sua dependência ideológica de Lutero, podemos encontrá-la nas doutrinas que Calvino partilha com o primeiro:

«Como o reformador alemão, Calvino ensina que o homem, totalmente corrompido pelo pecado original está *privado do livre arbítrio e incapaz do bem*, que ele é *justificado unicamente pela fé*, entendida no sentido luterano, *em virtude da imputação dos méritos de Cristo*, e que *as obras são inúteis*, visto que elas estão desprovidas de qualquer valor moral.»<sup>71</sup>

Contudo, como afirmámos anteriormente, Calvino não deixa de introduzir no seu sistema as suas próprias concepções e ideias, conseguindo uma síntese das ideias protestantes na sua obra mais emblemática *Institutio Christianæ Religionis* (Instituição da Religião Cristã)<sup>72</sup>. É nesta obra que Calvino sistematiza aqueles conteúdos que caracterizarão a doutrina calvinista e que terão, ademais, influência no modo como se entende os sacramentos, em geral, e a Eucaristia, em particular.

---

<sup>70</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 135.

<sup>71</sup> A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 135.

<sup>72</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 135.

### 1.1.2.1. O entendimento sacramental à luz da doutrina da predestinação

Podemos afirmar que Calvino, aos dados provenientes da teologia luterana, acrescenta dois pontos fundamentais, de tal modo interligados que são quase indissociáveis. Por um lado, a doutrina da *inamissibilidade da graça* e, por outro, o da *predestinação absoluta*<sup>73</sup>.

De acordo com Lutero, cada fiel pode ter a certeza da sua justificação, desde que coloque a sua fé em Cristo. Ora, Calvino entende esta certeza da justificação como certeza da salvação eterna<sup>74</sup>. Mas, onde reside esta certeza e segurança extraordinárias da salvação, sem que estejam relacionadas com aquilo que costumamos ligar à vida dos santos, aos seus contínuos combates, à sua contínua vigilância e temor de perder a amizade com Deus? É aqui que entra a resposta de Calvino sobre a inamissibilidade da graça<sup>75</sup>. Não levando em conta muitos testemunhos autorizados, como o de S. Paulo – «Castigo o meu corpo e mantenho-o submisso, para que não aconteça que, tendo pregado aos outros, venha eu próprio a ser eliminado.» (*1Cor 9, 27*) –, Calvino não hesita em afirmar que a graça recebida jamais se pode perder, que aquele que é justificado e recebe uma vez o Espírito Santo, recebe o Espírito e é justificado para sempre<sup>76</sup>.

Este primeiro princípio conduz, de modo muito estreito, ao segundo ponto supramencionado, isto é, o da predestinação absoluta, que antecede mesmo a criação e a queda do homem<sup>77</sup>. Esta questão é deveras importante pois, além do fascínio que exerceu sobre Calvino, ela está no âmago do problema sobre o destino do homem, que tanto agitou filósofos e teólogos: como são as relações entre o finito e o infinito, como se conciliam a

---

<sup>73</sup> Cf. A BAUDRILLART, *Calvinisme*, in *Dictionnaire de Théologie Catholique* II/2 (Paris: Letouzey et Ané Éditeurs 1910) 1405.

<sup>74</sup> Cf. A BAUDRILLART, *Calvinisme*, 1405.

<sup>75</sup> Cf. A BAUDRILLART, *Calvinisme*, 1405.

<sup>76</sup> Cf. A BAUDRILLART, *Calvinisme*, 1405.

<sup>77</sup> Cf. A BAUDRILLART, *Calvinisme*, 1406.

presciência de Deus e a liberdade humana, como se combinam, do ponto de vista do nosso destino último, a acção soberana de Deus e a liberdade que nos foi dada; quem opera, afinal, a nossa salvação, só Deus, só o homem, ou o homem com Deus?<sup>78</sup>

Quanto a isto, Calvino sacrifica totalmente a liberdade humana e, se não em intenção, ao menos em facto, a própria justiça divina<sup>79</sup>. Segundo Calvino, Deus, por um decreto eterno, predestinou alguns homens para o céu e outros para o inferno<sup>80</sup>. Mas, qual a finalidade por que Deus predestinou alguns à bem-aventurança e outros à condenação? Unicamente para sua glória<sup>81</sup>. Todos os homens são incapazes do bem, em virtude da privação do seu livre arbítrio<sup>82</sup>. Eles formam, no seu conjunto, como que uma *massa damnata*<sup>83</sup>. Mas Deus escolheu entre estes alguns a quem concede a fé, a graça inamissível e a certeza da salvação, a fim de manifestar a sua *misericórdia*<sup>84</sup>. Ao contrário, Ele condena os outros para manifestar a sua *justiça*<sup>85</sup>. O que determina desde toda a eternidade a nossa eleição ou a nossa condenação, não é o facto de Deus prever que usaremos mal ou bem da graça concedida, não é esta previsão que determina a sua sentença; ao invés, é a sua sentença que determina a nossa vida<sup>86</sup>. Segundo Calvino, nós não somos eleitos porque Deus sabe que adquiriremos a fé justificante e que corresponderemos à graça, mas apenas creremos e corresponderemos à graça porque Deus nos escolheu<sup>87</sup>.

Neste quadro, eis como surgem os sacramentos para Calvino. Como Zuínglio, Calvino considera apenas a existência de dois sacramentos: o *Batismo* e a *Ceia*<sup>88</sup>. Para ele, não passam de *sinais exteriores* da justificação obtida apenas pela fé; por esta razão não são

---

<sup>78</sup> Cf. A BAUDRILLART, *Calvinisme*, 1406.

<sup>79</sup> Cf. A BAUDRILLART, *Calvinisme*, 1406.

<sup>80</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 137.

<sup>81</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 137.

<sup>82</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 137.

<sup>83</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 137.

<sup>84</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 137.

<sup>85</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 137.

<sup>86</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 138.

<sup>87</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 138.

<sup>88</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 139.

necessários à salvação<sup>89</sup>. Além do mais, a graça não está, no seu entender, ligada a sinais sensíveis nem a elementos materiais, mas exclusivamente à vontade divina<sup>90</sup>. Quanto ao culto, Calvino aproxima-se mais de Zuínglio que de Lutero. Como estes dois últimos, Calvino rejeita inteiramente o sacrifício da Missa<sup>91</sup>. Mas, ao passo que Lutero, na celebração do serviço divino, conservou sempre a sua parte central, isto é, a ceia, embora eliminando tudo aquilo que remetesse para a ideia de sacrifício, Calvino separou a ceia do serviço divino. A ceia não tinha lugar mais do que quatro vezes ao ano, com a participação de toda a comunidade<sup>92</sup>. O serviço divino, em cada domingo, comportava a pregação, as orações e o cântico de salmos<sup>93</sup>.

#### **1.1.2.2. A crítica à dimensão sacrificial da Eucaristia**

Tendo abordado sucintamente o entendimento de Calvino a respeito dos sacramentos, no quadro da sua doutrina da predestinação, iremos agora atentar na sua grande obra de síntese – *Institutio Christianæ Religionis* – procurando pôr em destaque quais as principais críticas que Calvino levanta à Eucaristia como sacrifício. Esta análise será completada com referências a outras obras sempre que necessário.

Começamos, pois, por salientar a definição que Calvino dá de sacramento, já anunciada previamente: «Um sacramento é um sinal exterior mediante o qual o Senhor

---

<sup>89</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 139.

<sup>90</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 139.

<sup>91</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 139.

<sup>92</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 139.

<sup>93</sup> Cf. A. BOULENGER, *Histoire Générale de L'Église*, 139.

representa e atesta a cada um a sua boa vontade para conosco, visando assim sustentar a fraqueza da nossa fé»<sup>94</sup>. É bem visível a desconexão entre sacramento e graça, não sendo aquele mais que um testemunho: «De um modo mais breve e mais claro, um sacramento é um testemunho, declarado por um sinal exterior, da graça de Deus. A Igreja cristã não emprega senão dois sacramentos: o Baptismo e a Ceia»<sup>95</sup>.

Ao percorrer a sua grande obra de referência, é no livro IV que podemos encontrar um capítulo precisamente dedicado à crítica da “Missa papal”, como Calvino a denomina. Ainda antes de analisá-lo mais pormenorizadamente, aprez-nos fazer uma breve consideração nossa. A partir de uma visão geral, a crítica de Calvino assemelha-se em muito à crítica de Lutero. De facto, muitos dos pontos assinalados, senão todos, são comuns a ambos os reformadores. Assim sendo, a grande diferença estará, não nos pontos criticados propriamente ditos, mas na doutrina que supõem, a saber, a justificação em Lutero e a predestinação em Calvino.

A crítica à Missa como sacrifício aparece com maior acutilância nas palavras de Calvino. Na verdade, ele não receia defini-la duramente como “obra de satanáas”:

«Mas, a culminância da horrenda abominação foi quando *Satanás* engendrou um sinal, pelo qual não só fosse a *Ceia Sagrada* obscurecida e pervertida, mas inteiramente obliterada e abolida, até que se desvanecesse e fosse apagada da memória dos homens, a saber, quando de erro pestilentíssimo cegou quase todo o orbe, para que se cresse ser a Missa um sacrifício e oblação com o fim de se obter a remissão dos pecados.»<sup>96</sup>

A crítica de Lutero à Missa enquanto obra expiatória surge também em Calvino, na qual podemos entrever o seu pessimismo antropológico, segundo o qual o homem se encontra totalmente incapaz do bem.

---

<sup>94</sup> J. CALVINO, *Breve instrução cristã* (Lisboa: Eds. Universitárias Lusófonas 2009) 74.

<sup>95</sup> J. CALVINO, *Breve instrução cristã*, 74.

<sup>96</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 528.

«Portanto, que os leitores compreendam que estou aqui a combater essa opinião da qual o anticristo romano e seus profetas impregnaram todo o orbe, fazendo crer que a Missa é uma obra pela qual o sacerdote, que oferece a Cristo, e os outros, que tomam parte na oblação, granjeiam o favor de Deus; ou, que é *ela* um sacrifício expiatório, mercê do qual reconciliam a Deus consigo.»<sup>97</sup>

Também à semelhança de Lutero, Calvino censura o sacrifício da Missa pois, de acordo com a sua doutrina, este não passa de uma usurpação do (único) sacerdócio de Cristo.

«Ora todos aqueles que todos os dias oferecem sacrifícios têm necessidade de sacerdotes para fazer as suas oblações, que são postos no lugar de Cristo, como seus vigários e sucessores; com isso não só despojam a Cristo da sua honra, e lhe arrebatam a prerrogativa do eterno sacerdócio, mas também tentam arrancá-lo da dextra do Pai, à qual não se pode assentar nenhum imortal sem que, ao mesmo tempo, permaneça sacerdote eterno.»<sup>98</sup>

Na teologia católica do sacramento da Eucaristia, frequentemente se recorre ao Antigo Testamento, buscando prefigurações do único sacrifício de Cristo perpetuado na celebração da Missa. Ora, uma dessas prefigurações encontramos no primeiro livro da Bíblia, quando se diz que Melquisedec ofereceu pão e vinho (Cf. *Gn* 14, 18). Calvino, no entanto, rebate esta imagem, afirmando que o pão e o vinho oferecidos não eram senão para matar a fome a Abraão e seus companheiros:

«Mas, como os nossos adversários são tão impudentes, eles atrevem-se a lançar mão, para sua defesa, do exemplo de Melquisedec, e assim manter a sua impiedade. No entanto, visto que se diz haver Melquisedec oferecido pão e vinho (*Gn* 14, 18), concluem que isso foi uma prefiguração de sua Missa, como se entre ele e Cristo estivesse a semelhança no oferecimento do pão e do vinho, o que é infundado e frívolo demais para que necessite de refutação. Melquisedec deu pão e vinho a Abraão e a seus companheiros, para que, cansados do caminho e da peleja, se refizessem: que tem isto a ver com um sacrifício?»<sup>99</sup>

---

<sup>97</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 528.

<sup>98</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 528.

<sup>99</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 528.

Outro ponto criticado por Calvino está relacionado com a incompatibilidade entre o sacrifício da Missa e a unicidade do sacrifício da cruz. Também aqui podemos encontrar uma clara inspiração em Lutero, para quem a reiterabilidade do sacrifício da Missa está em oposição à unicidade do sacrifício da cruz.

«Dissemos que a segunda virtude da Missa é que ela sufoca e soterra a cruz e a paixão de Cristo. Isto, com efeito, é mui certo: assim que se erige um altar, a cruz de Cristo é subvertida. Ora, se na cruz ele se ofereceu em sacrifício, para nos santificar para sempre e nos adquirir eterna redenção (cf. *Hb* 9, 12), indubitavelmente a força e eficácia deste sacrifício persiste sem fim. [...] Por isso, ou se haverá de confessar que faltou ao sacrifício de Cristo, que efectuou na cruz, o poder de eterna purgação, ou Cristo se desincumbiu, de uma vez por todas, com um *só* sacrifício, para todos os séculos.»<sup>100</sup>

«Porventura nos será permitido acrescentar continuamente outros infintos sacrifícios, como se o de Cristo fosse imperfeito, a despeito de demonstrar tão claramente a perfeição do mesmo? Quando a sacrossanta Palavra de Deus não apenas afirma, antes, até mesmo clama e também contende, que este sacrifício foi efectuado de uma vez por todas e a sua eficácia permanece eterna, os que apresentam outro, porventura não o estão a acusar falsamente de imperfeição e de fraqueza? Ora, a Missa que foi implantada com esta norma, a de que cada dia se ofereçam cem mil sacrifícios, a que visa, senão que a paixão de Cristo, mercê da qual se ofereceu ao Pai *como* vítima sacrificial única, jaz sepultada e submersa?»<sup>101</sup>

Dissemos anteriormente que a doutrina de Calvino cresce seguindo um vector relevante que é a oposição ao catolicismo. Pois bem, a respeito do sacrifício da Missa, existe um conceito importante da teologia católica que é o da *aplicação*. Também este é severamente criticado por Calvino, ligando-o, em certa medida, com o facto de este pôr em causa a unicidade e a suficiência do sacrifício de Cristo.

«Outros, mais subtis, evadem-se com brecha ainda mais disfarçada: que não é repetição, e, sim, aplicação. Também este sofisma se refuta sem a menor dificuldade, pois Cristo não se oferece uma vez *em sacrificio*, com esta condição: que se fizesse

---

<sup>100</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 529.

<sup>101</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 529.

diariamente novas oblações ratificando assim o seu sacrifício, mas, de facto, que o seu fruto nos fosse comunicado mediante a pregação do Evangelho e a ministração da Sacra Ceia. [...] Afirma que esta é a maneira pela qual se nos aplica correctamente o sacrifício da cruz: quando ele nos é comunicado, e nós o recebemos com verdadeira fé.»<sup>102</sup>

Outro filão censurado por Calvino está na relação entre a Missa e a justificação. Para Calvino, cada sacrifício da Missa implica uma nova justificação, de tal sorte que existem tantas justificações quantas as celebrações da Missa. Mais ainda, a respeito do tipo de sacrifício que na Missa se oferece, que na teologia católica se diz *incruento*, Calvino acusa-o de ser não mais que um “capricho dos homens”, pois se cada Missa é sacrifício, em cada uma se reitera a morte cruenta de Cristo.

«Desço agora à terceira função da Missa, onde se explicará como ela anula a verdadeira e única morte de Cristo e aí a apaga da memória dos homens. Ora, visto que entre os homens a confirmação de um testamento depende da morte do testador, assim também pela sua morte nosso Senhor *nos* confirmou o testamento pelo qual nos muniu da remissão dos pecados e da justiça (cf. *Hb* 9, 15-17). Aqueles que neste testamento ousam variar ou inovar algo, negam a sua morte e a têm-na como destituída de qualquer relevância. Que é, porém, a Missa, senão um testamento novo e inteiramente diferente? Porquê? Porventura cada Missa não promete uma nova remissão de pecados, uma nova aquisição de justiça, de sorte que agora tantos são os testamentos quantas são as Missas?»<sup>103</sup>

«Além disso, a Missa não pretende directamente que, se possível, Cristo fosse outra vez crucificado e morto? “Ora”, diz o Apóstolo, “onde há um testamento, necessário é que aí intervenha a morte do testador” (*Hb* 9, 16). A Missa exhibe um novo testamento de Cristo; portanto, exige a sua morte. Além disso, a vítima que é oferecida tem de ser morta e imolada. Se Cristo é sacrificado em cada Missa, impõe-se que cruelmente seja morto em mil lugares a todo e a qualquer momento.»<sup>104</sup>

«Ainda que cem vezes bradem ser este sacrifício da Missa *ἀναίματος* [*anaímatōn* – *sem sangue; incruento*], eu negarei que os sacrifícios mudem de condição e natureza segundo o capricho dos homens, porque, deste modo, *por terra* cairia a sacra e inviolável

---

<sup>102</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 529.

<sup>103</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 530.

<sup>104</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 530.

instituição de Deus. Do que se segue ser sólido este princípio do Apóstolo: “e sem derramamento de sangue não há remissão” (*Hb* 9, 22).»<sup>105</sup>

Para Calvino, entender a Missa como sacrifício implica também entender a morte de Cristo apenas como um *exemplo* de redenção. Neste sentido, a oblação de Cristo serviria apenas de modelo da nossa própria redenção que se efectua na Missa.

«Tratemos agora da quarta função da Missa, a saber: ela nos arrebatava o fruto que nos advém da morte de Cristo, fazendo com que não o reconheçamos e o consideremos. Pois quem cogitaria haver sido redimido pela morte de Cristo, quando se vê na Missa uma nova redenção? Quem confiaria que seus pecados são perdoados, quando se depara com uma nova remissão? [...] pois doutrina desta natureza foi disseminada pelos ministros de Satanás, os quais defendem-na hoje com brados, ferro e fogo, dizendo que nós, quando na Missa oferecemos Cristo ao Pai, por este acto de oblação obtemos a remissão dos pecados e somos feitos participantes da paixão de Cristo. O que ainda resta à paixão de Cristo, senão que continua sendo um exemplo de redenção, pelo qual aprendemos que somos nossos *próprios* redentores?»<sup>106</sup>

Chegamos agora a uma crítica, também ela presente em Lutero. Falamos da antinomia *dar-receber*, segundo a qual Lutero contrapunha a natureza da Eucaristia: esta ou seria uma acção de graças (dar) ou então um sacrifício (receber). Em Calvino encontramos uma crítica da mesma natureza, onde se salienta esta incompatibilidade.

«Passo agora à conclusão, isto é, que a Sacra Ceia, na qual o Senhor deixara gravada e representada a memória de sua paixão, com a implantação da Missa, *foi* afastada, abolida e cancelada, visto que, se a Ceia em si é uma dádiva de Deus, que devia ser recebida com acção de graças, o sacrifício da Missa é engendrado para pagar a Deus um preço que ele receba como satisfação. Quanta é a diferença entre dar e receber, tanta é a que existe entre o sacramento da Ceia e um sacrifício. E esta é, na verdade, a misérrima ingratidão do homem, que onde se devia reconhecer a munificência da divina bondade e render graças por ela, nisso fizeram Deus seu devedor!»<sup>107</sup>

E, no mesmo sentido, Calvino censura as Missas privadas enquanto defraudam a comunhão:

---

<sup>105</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 530.

<sup>106</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 530.

<sup>107</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 530.

«A Ceia devia ser distribuída em reunião pública da Igreja, para nos ensinar sobre a comunhão em virtude da qual nos unimos todos em Jesus Cristo. O sacrifício da Missa rompe e desfaz esta comunhão. Ora, depois que prevaleceu o erro da necessidade de existir sacerdotes que sacrificassem em favor do povo, como se a estes fosse relegada a Ceia, esta deixou de ser comunicada à Igreja dos fiéis segundo o mandato do Senhor. Escancarou-se a entrada às Missas privadas, que representam antes uma certa excomunhão, e não aquela comunhão instituída pelo Senhor; já que o “sacerdoteco”, visando a devorar sua vítima separadamente, a segregou de todo o povo dos fiéis.»<sup>108</sup>

«Mas, alegam eles, um só o faz em nome de toda a Igreja. Com que mandato? Porventura não é isso zombar abertamente de Deus, quando um só arrebatava para si, isoladamente, o que se deveria fazer somente entre muitos? Uma vez que, porém, são bastante claras as palavras de Cristo e de Paulo, pode-se concluir sumariamente: onde quer que não há o partir do pão para comunhão dos fiéis, aí não está a Ceia do Senhor, mas uma falsa e contrária imitação da Ceia. Uma falsa imitação, no entanto, é uma depravação.»<sup>109</sup>

A determinada altura, neste capítulo XVIII, Calvino parece corrigir algumas falsas interpretações dos Padres operadas pelos “papistas”. Destacamos a observação que Calvino faz a algumas sentenças de S. Agostinho, nomeadamente a respeito do sacrifício.

«Se alguém citar daqui e dali afirmações isoladas *do contexto* atribuídas aos antigos, e com a sua autoridade defenda que o sacrifício que se realiza na Ceia deva ser entendido de modo diferente daquele que expomos, a isso apresentamos uma resposta concisa: se se trata de aprovar a invenção de um sacrifício, como se dá na Missa engendrado pelos papistas, os antigos jamais patrocinaram um sacrilégio desta natureza. De facto eles usam o termo *sacrifício*, mas, ao mesmo tempo, afirmam que não tinham em mente outra coisa senão a rememoração daquele sacrifício verdadeiro e único que Cristo, como *eles* próprios a cada passo proclamam, nosso único sacerdote, realizou na cruz. “Os hebreus”, diz Agostinho, “nas vítimas de animais que ofereciam a Deus, celebravam a profecia da vítima futura que Cristo ofereceu; os cristãos, mercê da sacrossanta oblação e participação do corpo de Cristo, celebram a lembrança do sacrifício já efectuado”.»<sup>110</sup>

---

<sup>108</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 530-531.

<sup>109</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 531.

<sup>110</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 531.

«Pois naquelas vítimas carnis houve a prefiguração da carne de Cristo, que ele haveria de oferecer pelos nossos pecados, e do *seu* sangue, que haveria de derramar para a remissão dos pecados. Mas, neste sacrifício há acção de graças e memoração da carne de Cristo, a qual ele ofereceu por nós, e do seu sangue, que o mesmo derramou por nós.» Donde o próprio Agostinho, em muitos lugares, interpreta a *Ceia* como não sendo outra coisa senão o meu sacrifício de louvor. Finalmente, a cada passo nele acharás que a Ceia do Senhor não por outra razão é chamada um sacrifício, senão porque é um memorial, uma imagem, um testemunho daquele sacrifício singular, verdadeiro e único, pelo qual Cristo fez expiação por nós.»<sup>111</sup>

Calvino prossegue a sua crítica, referindo-se agora à diferença entre os sacrifícios mosaicos e a Eucaristia. Neste sentido, Calvino salienta que Cristo nos deixou “um banquete” ao invés de um sacrifício. E continua, alargando agora a censura a uma prática católica que é a do oferecimento de *estipêndios* para a celebração de Missas.

«Se alguém ponderar diligentemente, observará que pela Palavra do Senhor se determina esta diferença entre os sacrifícios mosaicos e nossa eucaristia, porque, embora aqueles representassem ao povo hebreu a mesma eficácia da morte de Cristo que hoje se nos exhibe na Ceia, no entanto é diferente a forma da representação [...] Mas, uma vez efectuado o sacrifício *de Cristo*, o Senhor nos instituiu outra forma, isto é, que ao povo fiel se transmita o fruto do sacrifício a ele oferecido pelo Filho. Portanto, o Senhor nos deu uma mesa, à qual nos banqueteemos, não um altar, sobre o qual seja oferecida uma vítima; não consagrou sacerdotes para imolar, mas ministros para distribuir o sacro banquete.»<sup>112</sup>

«E para não pôr freio aos seus desvarios, julgaram ser pouco dizerem que o sacrifício se tornava comum por toda a Igreja igualmente, como ainda acrescentam ser de seu arbítrio aplicá-lo particularmente a este ou aquele, a quem bem quisessem; ou, antes, a qualquer um que quisesse comprar pelo melhor preço que pudesse pagar. E como não podia chegar ao preço estipulado por Judas, não obstante, para de alguma maneira reproduzir o exemplo de seu originador, retiveram e guardaram, pelo menos em algum aspecto, a semelhança do número. Aquele vendera-O por trinta moedas de prata (cf. *Mt* 26, 15); estes, segundo o sistema francês de computar *valores*, na verdade o vendem-n’O

---

<sup>111</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 531-532.

<sup>112</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 532.

por trinta moedinhas de cobre; aquele, porém, uma vez só; estes, quantas vezes surja um comprador!»<sup>113</sup>

A crítica calvinista atinge igualmente aquelas realidades intrinsecamente unidas ao sacrifício da Missa, a saber, as Missas de defuntos e a doutrina do purgatório. Como inspiração para a sua crítica, Calvino toma *A República* de Platão.

«Em seguida Platão prossegue escarnecendo da crassa obtusidade daqueles que julgam redimir-se, com tais actos, das penas que, de outra sorte, teriam de sofrer nas regiões inferiores. E a que propósito, pergunto, hoje visam os aniversários e a maior parte das Missas, senão que quantos durante o curso de toda sua vida foram os tiranos mais cruéis, ladrões, salteadores e dados a todo género de vícios e abominações, são resgatados com este preço para que escapem ao fogo purgatorial?»<sup>114</sup>

O nosso último destaque vai para a distinção efectuada por Calvino entre sacrifícios *espirituais* e sacrifícios *carneais*. Esta distinção contribui para a censura da dimensão sacrificial da Eucaristia na medida em que, fundado na Escritura, exemplifica a rejeição que o Novo Testamento faz dos sacrifícios carneais da antiga Lei, cujo sacrifício da Missa constitui um exemplo, substituindo-os pelos sacrifícios espirituais ou de louvor.

«Assim Paulo nos ordena a “oferecer nossos corpos *como* um sacrifício vivo, santo, aceitável a Deus, que é nosso culto racional” (*Rm* 12, 1), onde falou de modo tão significativo, ao adicionar ser este o nosso culto racional, pois teve em mente a maneira espiritual de se adorar a Deus, que opôs tacitamente aos sacrifícios carneais da lei mosaica. Assim, a beneficência e o compartilhamento são tidos como sacrifícios, com os quais Deus se apraz (cf. *Hb* 13, 16). Assim, a benignidade dos filipenses, com que haviam aliviado a penúria de Paulo, *foi* um sacrifício de boa fragrância (cf. *Fl* 4, 18); assim, todas as boas obras dos fiéis *são* sacrifícios espirituais (cf. *1Pd* 2, 5).»<sup>115</sup>

---

<sup>113</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 533.

<sup>114</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 533.

<sup>115</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 534.

«A Ceia do Senhor não pode carecer de sacrifício deste género, na qual, enquanto anunciamos a sua morte (cf. *1Cor* 11, 26) e rendemos acção de graças, outra coisa não oferecemos senão um sacrifício de louvor.»<sup>116</sup>

## 1.2. A Eucaristia como *sacrifício* no Concílio de Trento

Após termos abordado, num primeiro ponto, a crítica protestante à noção sacrificial da Eucaristia, vamos agora procurar aprofundar a formal resposta da Igreja a esta crítica, que encontramos, de um modo particular, no Concílio de Trento (1545 a 1563).

Ao longo da história da Igreja facilmente podemos comprovar a centralidade que a Eucaristia para ela representa, cujos muitos debates e controvérsias que viveu ao longo de séculos são disso testemunhas (e.g. Berengário de Tours, João Wyclif, controvérsias sobre o pão ázimo e sobre a epiclese)<sup>117</sup>. Ora, o século XVI não foi excepção, e prova disso é a celebração do Concílio Ecuménico de Trento, que dedicou a este grave tema três das suas vinte e cinco sessões: a primeira, na sessão XIII, com o Decreto sobre a Santíssima Eucaristia; a segunda, na sessão XXI, sobre a comunhão sob ambas as espécies; e, finalmente, a sessão XXII, sobre o Santíssimo Sacrifício da Missa, que constituirá o objecto da nossa atenção neste segundo ponto. Com estas três sessões os Padres tiveram a explícita intenção de formar os fiéis, como antídoto contra a heresia, com uma doutrina completa sobre o mistério do altar,

---

<sup>116</sup> J. CALVINO, *Institutio Christianæ Religionis*, 534.

<sup>117</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero: Tratado storico-dogmatico sul mistero eucaristico* (Roma: Edusc 2006) 206-212, 249-251, 253-257.

proibindo-os de “acreditar, ensinar ou pregar sobre a Santíssima Eucaristia de modo diverso daquele que foi exposto e definido”<sup>118</sup>.

### 1.2.1. O Decreto da Sessão XXII

Constatámos, no primeiro ponto, que é devido à estreita relação entre a doutrina eucarística e a doutrina da justificação que emerge a grande crítica protestante à noção de sacrificial da Eucaristia. Porque, segundo os reformadores, e Lutero em particular, o carácter sacrificial provém apenas do abuso de se ter feito da Missa uma “boa obra”<sup>119</sup>, por meio da qual o católico pretende merecer a sua salvação<sup>120</sup>. Para Lutero, o carácter sacrificial da Missa traz prejuízo ao valor único e suficiente do sacrifício da Cruz: a Missa não pode ter qualquer papel propiciatório pelos pecados dos vivos e defuntos porque, sobre a Cruz, Cristo expiou por todos os pecados<sup>121</sup>.

Por sua vez, a negação deste carácter levou, em Calvino, à negação da transformação eucarística dos dons. Na verdade, Calvino, afirmando que a Eucaristia produz a comunhão com Jesus Cristo, diz que esta comunhão é que constitui o verdadeiro testamento de Jesus<sup>122</sup>.

Em resumo, percebemos que a concepção da Missa como sacrifício e, sobretudo, como sacrifício expiatório, obscurece, na perspectiva protestante, a força expiatória do

---

<sup>118</sup> A. PIOLANTI, *Eucaristia: il misterio dell'altare nel pensiero e nella vita della Chiesa* (Roma: Desclée 1957) 200.

<sup>119</sup> Cf. H. JEDIN, *História del Concílio de Trento III* (Pamplona: Universidad de Navarra 1975) 59-60.

<sup>120</sup> Cf. H. JEDIN, *Crise et dénouement du concile de Trente, 1552-1563: une rétrospective après quatre cent ans* (Paris: Desclée 1965) 73.

<sup>121</sup> Cf. H. JEDIN, *Crise et dénouement du concile de Trente*, 73.

<sup>122</sup> Cf. H. JEDIN, *História del Concílio de Trento III*, 61.

sacrifício da Cruz. Mas se a Missa não é sacrifício, mas apenas a Ceia do Senhor, então deve suprimir-se a Missa privada (sem ninguém que comungue), e há que eliminar o Cântico da Missa<sup>123</sup> pois ele alude com grande clareza ao seu carácter sacrificial; tão-pouco se podem oferecer Missas pelos vivos e pelos defuntos. A luta contra a forma actual da Missa era consequência imediata da negação do seu carácter sacrificial<sup>124</sup>.

É, pois, neste contexto que se deve entender a sessão XXII, que tratou do Sacrifício da Missa. Nesta sessão, o Concílio de Trento afirma que a Missa é um sacrifício verdadeiramente propiciatório, mas que se trata do sacrifício do Calvário, oferecido uma só vez, como afirma a carta aos Hebreus (cf. *Hb* 7, 27; 9, 12; 10, 14). A vítima é a mesma, mas agora, diferentemente do Calvário, oferece-se de modo incruento. Portanto, não se trata de uma repetição do sacrifício da Cruz nem de um suplemento ao mesmo<sup>125</sup>. Tentava-se, deste modo, superar a crítica de Lutero que entendia a Missa como um sacrifício do homem, acrescentado à insuficiência do sacrifício da Cruz ou repetido pela ineficácia deste último<sup>126</sup>.

Esta sessão pretendia dar uma resposta racional aos ataques dos reformadores no tocante à matéria sacrificial. Deste modo, para perceber como Trento entendeu e abordou os debates sobre a Missa, é oportuno listar os principais problemas que os reformadores tinham com o ensinamento e a prática católicos<sup>127</sup>:

- a) Levantavam questões a respeito de uma aparente aplicação automática da satisfação de Cristo, ou seja, sem fé ou devoção por parte daquele por quem a aplicação é feita.

---

<sup>123</sup> Por “Cântico da Missa” entende-se a única Oração Eucarística do *Missale Romanum* anterior à reforma do II Concílio Vaticano, no qual aparece com o título *Canon Missæ*.

<sup>124</sup> Cf. H. JEDIN, *História del Concílio de Trento* III, 507.

<sup>125</sup> L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 155-156.

<sup>126</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 156.

<sup>127</sup> Cf. D. POWER, *The sacrifice we offer: The tridentine dogma and its reinterpretation* (Edimburgo: T. & T. Clark Limited 1987) 48.

- b) Objectavam a ideia de que a Eucaristia pode beneficiar os não comungantes, não apenas os que estão presentes na Missa mas também os ausentes, não só os vivos como os defuntos.
- c) Objectavam a importância dada ao acto do sacerdote celebrante, que aparece como que divorciado da participação da comunidade, assumindo a forma de uma celebração privada.
- d) Questionavam o carácter propiciatório da Missa, vendo-o como resultado do trabalho da teologia [...].
- e) Apresentavam resistência diante da invocação dos santos e diante a celebração de Missas em sua honra, vendo nisto a substituição da satisfação de Cristo pelo trabalho dos santos.

Posto isto, eis que no ano de 1562 a questão mais debatida na aula conciliar foi a da relação entre a Missa e a Ceia, ou melhor, entre a Ceia e a Cruz: teria já, ou não, a Ceia um carácter sacrificial? Podemos resumir o essencial a três questões<sup>128</sup>:

1. A Missa não é senão uma pura comemoração do sacrifício realizado sobre a Cruz, mas não um verdadeiro sacrifício?
2. O sacrifício da Missa atenta contra o sacrifício da Cruz?
3. Ao dizer “Fazei isto em memória de Mim”, Cristo ordenou aos apóstolos que oferecessem o Seu Corpo e Sangue na Missa?

Importante para o desenvolvimento da presente sessão, é o contributo do Cardeal Seripanto. Diante destas questões, Seripanto debruçou-se longamente sobre este tema central

---

<sup>128</sup> A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente* (Paris: Cerf 1985) 89-90.

das relações entre o sacrifício da Cruz e o sacrifício eucarístico. Segundo ele, era necessário encontrar a solução na *unicidade do sacrificador*: a Missa não é uma repetição do sacrifício da Cruz, no sentido de que é oferecido sobre o altar um outro sacrifício diferente do da Cruz, e que este não tenha sido suficiente por si só para expiar os pecados, mas o memorial (*memoria*) do sacrifício da Cruz e a comunicação do seu fruto<sup>129</sup>.

Da XXII sessão resultou o Decreto *De Sanctissimo Missæ Sacrificio*, formado por duas partes: a primeira, a *doctrina*, constitui um corpo textual de nove capítulos onde é enunciada de forma dogmática o ensinamento da Igreja a respeito da Missa enquanto sacrifício, e a sua relação com o sacrifício da Cruz; a segunda parte, formada pelos cânones condenatórios, inclui um conjunto de nove cânones correspondentes aos capítulos, que sancionam a doutrina enunciada. É possível perceber que este decreto elabora a sua doutrina sobre o sacrifício da Missa à luz do sacrifício da Cruz, conseguindo-se notar uma maior evidência na afirmação da unicidade e suficiência deste último<sup>130</sup>. A relação que o sacrifício eucarístico tem com o sacrifício da Cruz é definida pelos termos *representatio*, *memoria* e *applicatio*. O decreto passa de seguida à menção da instituição eucarística e aos outros argumentos a favor do carácter sacrificial da Missa. O segundo capítulo trata dos efeitos do sacrifício eucarístico e fundamenta o seu carácter expiatório sobre a identidade da oferenda e da vítima oferecida.

Os capítulos seguintes defendem particularmente o cânone da Missa contra as acusações de erros levantadas contra ele, afirmando a legitimidade da Missa privada e o sentido religioso dos ritos<sup>131</sup>.

---

<sup>129</sup> Cf. H. JEDIN, *Crise et dénouement du concile de Trente*, 74-75.

<sup>130</sup> Cf. H. JEDIN, *Crise et dénouement du concile de Trente*, 75.

<sup>131</sup> Cf. H. JEDIN, *Crise et dénouement du concile de Trente*, 75-76.

Ainda sobre o texto do decreto, podemos apontar algumas características gerais<sup>132</sup> que o identificam. Por um lado, o texto é marcado por uma *sobriedade*<sup>133</sup>. Esta sobriedade não se manifesta apenas pela brevidade do texto, mas principalmente pela forma da argumentação:

«De facto, posto que, como foi dito em varias reuniões no decurso dos debates preparatórios, a Escritura não pode ela somente oferecer o sentido da Missa, deve-se recorrer também ao testemunho da tradição. Este testemunho é, de facto, explicitamente invocado em dois pontos: no capítulo I, pela interpretação *sacerdotal* do “Fazei isto em memória de Mim” – “é assim que a Igreja católica sempre o entendeu e ensinou” (DS-1743); no capítulo II, onde a oferenda da Missa pelos defuntos como pelos vivos é declarada conforme à tradição dos apóstolos, *juxta apostolorum traditionem* (DS-1743).»<sup>134</sup>

Outra importante característica do texto do decreto é a sua *problemática limitada*<sup>135</sup>. A afirmação do valor sacrificial da Missa é, na verdade, o objectivo próprio da Sessão XXII, em resposta à recusa de Lutero e dos outros reformadores. Deste modo, a problemática na qual se move o decreto permanece uma *problemática limitada*<sup>136</sup>. Porque mais atenta sobre a *remissio peccatorum*, a doutrina deste decreto não aborda questões como a do sacrifício de louvor ou a da Missa como reunião da comunidade cristã, como expressão e fonte de unidade.<sup>137</sup>

Posto isto, no final desta breve apresentação do decreto da sessão XXII, podemos desde já enunciar uma conclusão, que poderá ser um auxílio à posterior análise que faremos do texto decretal. Para isso, recorreremos ao autor J. Pérez:

«Podemos concluir, pois, que o Concílio de Trento não sustém a existência de dois sacrifícios propiciatórios, mas de um só, o de Cristo na Cruz, e que, quando afirma que o sacrifício da Missa é a imolação de Cristo de modo incruento, ou que os sacerdotes oferecem o corpo e o sangue de Cristo segundo o mandato do Senhor na Última Ceia, etc., não fala de um novo sacrifício propiciatório, mas do único sacrifício de Cristo, cuja

---

<sup>132</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 108.

<sup>133</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 108.

<sup>134</sup> A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 108.

<sup>135</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 109.

<sup>136</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 109.

<sup>137</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 109-110.

eficácia se nos aplica na Missa. Tão-pouco se deve entender que o Concílio suponha a existência de vários sacrifícios na Missa, todas as suas expressões aludem a um só sacrifício, o mesmo que nos votos dos teólogos e dos Padres. O que se afirma no Decreto, em continuidade com o que haviam dito alguns teólogos e Padres, e também determinados projectos de *Doctrina*, é que a oblação da Missa estava figurada pelas semelhanças dos sacrifícios da Lei Natural e da Lei Escrita, e que contém em si todos os bens significados por eles, como consumação e plenitude de todos estes sacrifícios.»<sup>138</sup>

E neste sentido, também com este mesmo autor podemos afirmar que:

«[...] o objectivo do Concílio ao promulgar esta *Doctrina* e estes “Cânones” – segundo se manifesta o prómio – é manter em toda a sua plenitude e em toda a sua pureza, livre de erros, a fé tradicional da Igreja acerca do mistério da Eucaristia enquanto verdadeiro e singular sacrifício. Portanto, o Concílio apresenta como verdade tradicional estas suas afirmações acerca do sacrifício da Missa enquanto memória do sacrifício da Cruz.»<sup>139</sup>

### 1.2.2. A ocasião do Decreto

Para melhor entender o decreto conciliar em causa, é oportuno olharmos brevemente para as circunstâncias que envolveram a sessão XXII, da qual emergiu o presente documento sobre o sacrifício da Missa.

Uma primeira questão que se levanta é sobre o porquê de múltiplos decretos sobre a Eucaristia. De facto, considerando os diversos textos tridentinos, desde a sessão XIII até à sessão XXII, encontramos uma série de cinco documentos – de estilos diferentes, é certo –

---

<sup>138</sup> J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa, memoria representación e imagen del único sacrificio de Cristo, en el Concilio de Trento* (Extracto de Tesis de Doctorado) (Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca 1994) 15.

<sup>139</sup> J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 18.

sobre a Eucaristia<sup>140</sup>. De igual forma, outro aspecto que chama a atenção é a duração, mais ou menos longa, do tempo dedicado à análise dos problemas e à elaboração e discussão dos textos que, de facto, não foram todos promulgados<sup>141</sup>.

As diversas etapas, a que correspondem os vários documentos supramencionados, denotam, em parte, as circunstâncias políticas que impuseram ao Concílio uma transferência de Trento para Bolonha (Março de 1547), à qual se seguiram duas interrupções prolongadas (1549-1551 e 1552-1561)<sup>142</sup>. Todavia, a razão pela qual o ensinamento conciliar não se encontra num único documento não se percebe tendo em conta apenas a história episódica do Concílio<sup>143</sup>. Ao invés, esta multiplicidade reflecte como que uma explosão na reflexão teológica sobre este “mistério da fé”, manifestando, pois, uma verdadeira compartimentação entre a práticas eucarísticas do povo cristão<sup>144</sup>.

No que toca à génese do próprio decreto, é oportuno considerar a questão do tempo disponível para a análise das diversas questões. Temporalmente, encontramos-nos a 17 de Julho de 1562, o dia seguinte à sessão XXI, cuja última decisão foi a marcação da data da próxima sessão, a saber, 17 de Setembro<sup>145</sup>. Este curto espaço de tempo para analisar uma série de vários documentos, leva-nos a considerar que a duração do trabalho de reflexão e de redacção não é indiferente a um a apreciação que se possa fazer sobre a qualidade do resultado<sup>146</sup>. Neste sentido, pode ser interessante comparar o decreto da sessão XXII sobre o sacrifício da Missa com o da sessão VI (13 de Janeiro de 1547) sobre a justificação, ambos considerados habitualmente como os pilares doutrinários do Concílio de Trento<sup>147</sup>. De facto, em 1546, as circunstâncias políticas e também o desejo de tratar profundamente aquilo que

---

<sup>140</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 63.

<sup>141</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 63.

<sup>142</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 63.

<sup>143</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 63.

<sup>144</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 63.

<sup>145</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 81.

<sup>146</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 82-83.

<sup>147</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 83.

justamente é intitulado como o coração dos problemas levantados pela Reforma, prolongaram praticamente durante seis meses o tempo de elaboração do documento<sup>148</sup>. Já em 1562, muito embora os Padres estivessem conscientes da importância que as dificuldades sobre a Eucaristia levantavam, eles tinham como principal preocupação o não retardar indefinidamente a conclusão do Concílio, reaberto depois de dezassete anos e sempre ameaçado por tensões e rupturas<sup>149</sup>. Por esta razão, ambos os documentos manifestam esta diferença temporal: usando o tempo necessário, sem muitas restrições, os Padres do Concílio de Paulo III produziram, sobre a justificação, uma exposição notável pela sua amplitude e pela riqueza dos seus matizes; perturbados pela pressão das datas, os Padres de 1562, por seu turno, foram levados a uma formulação marcada, fundamentalmente, pela sua concisão e clareza<sup>150</sup>.

No Concílio de Trento percebemos que a doutrina sobre o sacrifício da Missa não seria apenas um apêndice da doutrina da justificação, definida pelo Concílio quinze anos antes<sup>151</sup>. Ao invés, pela sua transcendência e relevância eclesiástica, era necessário aprofundar este mistério central da fé, que constituía o principal ponto de oposição ao protestantismo, e que o Concílio assumira como missão precisar<sup>152</sup>. Neste sentido, aquele que pretendesse reivindicar a noção de sacrifício da Missa contra os reformadores teria que aclarar que a Missa não é um novo sacrifício relativamente ao da Cruz, mas a sua presencialização sacramental; e ainda, que a Missa é, antes de mais, obra de Cristo, e só depois obra nossa, na medida em que actuamos “por Cristo, com Cristo e em Cristo como nossa cabeça”<sup>153</sup>.

O debate em torno do sacrifício da Missa tem ainda um outro contexto, em termos dogmáticos, que convém realçar. De facto, o Concílio tinha ainda de lidar com uma

---

<sup>148</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 83.

<sup>149</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 83.

<sup>150</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 83.

<sup>151</sup> Cf. H. JEDIN, *História del Concílio de Trento IV* (Pamplona: Universidad de Navarra 1981) 312.

<sup>152</sup> Cf. H. JEDIN, *História del Concílio de Trento IV*, 312.

<sup>153</sup> Cf. H. JEDIN, *História del Concílio de Trento IV*, 313.

dificuldade proveniente já do período tardio da Idade Média. Efectivamente, o facto de neste período se ter aprofundado grandemente, por parte dos teólogos, a presença real sob o aspecto da transubstanciação, sobretudo de forma casuística, levou a que o problema do sacrifício da Missa permanecesse, porém, sem uma reflexão muito atenta, de modo que este não se relacionava de forma orgânica com o restante da doutrina eucarística<sup>154</sup>. A principal tarefa do Concílio passaria, pois, por garantir a unicidade e irrepetibilidade do sacrifício redentor de Cristo<sup>155</sup>.

### 1.2.3. *Doctrina de SS. Missæ Sacrificio*

A autoridade dogmática do Concílio de Trento liga-se sempre, quaisquer que sejam os pontos colocados em questão, aos cânones que denunciam por meio de anátemas as asserções opostas à fé católica<sup>156</sup>. Na maior parte dos casos, estes cânones são precedidos de uma *doctrina*, exposição positiva do ensinamento da fé sobre os temas abordados, e a conexão entre estes dois elementos varia de um decreto dogmático para outro. As fórmulas usadas no final da *doctrina* para introduzir os cânones nem sempre são suficientes para informar sobre os pontos de autoridade que os Padres quiseram dar à sua exposição positiva<sup>157</sup>. Daí que esta intenção se encontre, talvez de modo mais claro, a partir do estudo das circunstâncias e discussões que precederam a promulgação do documento<sup>158</sup>. Porém, na presente dissertação,

---

<sup>154</sup> Cf. H. JEDIN, *História del Concílio de Trento* IV, 313.

<sup>155</sup> Cf. H. JEDIN, *História del Concílio de Trento* IV, 313.

<sup>156</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 97.

<sup>157</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 97.

<sup>158</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 97.

não será este o nosso objectivo; focar-nos-emos apenas no texto da *doctrina* propriamente dito, aquele que precede os cânones condenatórios do decreto da sessão XXII.

Convidados a examinar uma longa *doctrina*, e incomodados com a primeira sessão de trabalho pela ambiguidade do texto sobre o carácter sacrificial da Ceia, os Padres conciliares são imediatamente tentados a escapar à dificuldade renunciando pura e simplesmente à elaboração de uma tal exposição para se contentarem apenas com os anátemas dos cânones<sup>159</sup>. Todavia, a solução finalmente adoptada na XXII sessão será a de uma *doctrina* claramente mais curta, cuja sobriedade reforçará o seu conteúdo dogmático<sup>160</sup>.

Posto isto, para aprofundar o conteúdo do decreto da sessão XXII, propomo-nos analisar os enunciados da *Doctrina de SS. Missæ Sacrificio*. Contudo, em vez de uma análise completa, concentrar-nos-emos nos dois primeiros capítulos, bem como no prólogo que os precede, visto serem estes, no juízo de vários autores, os mais significativos para a problemática em questão<sup>161</sup>.

### 1.2.3.1. O prólogo

<p><b>1738</b> 937a Sacrosancta œcumenica et generalis Tridentina Synodus..., ut vetus, absoluta atque omni ex parte perfecta de magno Eucharistiæ mysterio in sancta catholica Ecclesia fides atque doctrina retineatur et in sua puritate, propulsatis</p>	<p>Para que se mantenha íntegra na Igreja Católica a antiga fé e doutrina do grande mistério eucarístico, e, debelados os erros e heresias, se conserve na sua pureza, o sacrossanto Concílio Ecuménico e Geral de Trento, legitimamente reunido no Espírito</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<sup>159</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 97-98.

<sup>160</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 98.

<sup>161</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 62, 107; J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 18, 20-21, 30.

<p>erroribus atque hæresibus, conservetur: de ea, quatenus verum et singulare sacrificium est, Spiritus Sancti illustratione edocta, hæc, quæ sequuntur, docet, declarat et fidelibus populis prædicanda decernit.</p>	<p>Santo... ensina, declara e determina no que se segue o que deve ser pregado aos povos fiéis a respeito [da Eucaristia] enquanto é um verdadeiro e singular sacrifício.<sup>162</sup></p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Este prólogo ao decreto desempenha algumas importantes funções que vale a pena relevar. Em primeiro lugar, indica a junção do decreto da sessão XXII ao da sessão XIII<sup>163</sup>. O Esquema sobre a Missa de Janeiro de 1552 dizia simplesmente: depois de se ter tratado do sacramento da Eucaristia, *de venerabili sacramento Eucharistiæ*, abordaremos agora o sacrifício desta mesma Eucaristia, *de eiusdem sanctissimæ Eucharistiæ sacrificio*; a palavra *Eucharistiæ* fazia a ligação entre os dois documentos<sup>164</sup>.

O projecto de 6 de Agosto de 1562 joga necessariamente sobre a mesma distinção, mas numa formulação que acentua a complementaridade, mais que a separação, dos dois aspectos: o Concílio quer retomar as decisões sobre o sacrifício da Missa, «para concluir tudo aquilo que concerne ao sacramento da Eucaristia»<sup>165</sup>.

Em segundo lugar, este prólogo indica a autoridade doutrinal do decreto. Os verbos *docet, declarat... prædicanda decernit* correspondem aos verbos *credere, docere, prædicare* do prólogo do decreto sobre o sacramento da Eucaristia<sup>166</sup>, mas de um modo mais afirmativo<sup>167</sup>. O decreto da sessão XIII proibiu de crer, ensinar, pregar... Diversamente, aqui

<sup>162</sup> Tradução portuguesa a partir da obra *Concílio Ecumênico de Trento* = Documentos Pontifícios 95 (Petrópolis: Vozes 1959), com as necessárias adaptações ao português europeu.

<sup>163</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 106.

<sup>164</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 106.

<sup>165</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 106.

<sup>166</sup> Cf. DS-1635.

<sup>167</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 106.

a expressão é positiva: eis que o Concílio instrui para manter o ensinamento da fé cuja antiguidade, plenitude e perfeição o Concílio vem sublinhar<sup>168</sup>.

Por outro lado, aquilo que o esquema de 6 de Agosto dizia da luz do Espírito Santo, sobre a qualidade única do sacrifício no sacerdócio da nova Lei, é introduzido agora no prólogo para valorizar o conjunto do ensinamento do documento<sup>169</sup>. Por comparação com os outros decretos promulgados depois da abertura do Concílio em 1546, jamais uma expressão assim tão forte foi empregada em prólogos para ligar o ensinamento do Concílio ao papel do Espírito Santo<sup>170</sup>.

### 1.2.3.2. O Capítulo 1

<p><b>1739</b> 938 Quoniam sub priori Testamento (teste Apostolo Paulo) propter Levitici sacerdotii imbecillitatem consummatio non erat, oportuit (Deo Patre misericordiarum ita ordinante) sacerdotem alium "secundum ordinem Melchisedech" (Gen 14.18; Ps 109.4; Hb 7.11) surgere, Dominum nostrum Jesum Christum, qui posset omnes, quotquot sanctificandi essent, consummare (Hb 10.4) et ad perfectum adducere.</p>	<p>Já que no Antigo Testamento, segundo testifica o Apóstolo S. Paulo, por causa da fraqueza do sacerdócio levítico, não havia perfeição, convinha que, por disposição de Deus, Pai da misericórdia, se levantasse outro sacerdote segundo a ordem de Melquisedec (<i>Gn</i> 14, 18; <i>Sl</i> 109, 4; <i>Hb</i> 7, 11), Nosso Senhor Jesus Cristo, que pudesse consumir (<i>Hb</i> 10, 14) e levar à perfeição todos os que se houvessem de santificar (<i>Hb</i> 10, 14).</p>
<p><b>1740</b> 938 Is igitur Deus et Dominus noster, etsi semel seipsum in ara crucis, morte intercedente, Deo Patri oblaturus erat, ut æternam illis (illic) redemptionem operaretur: quia tamen per mortem</p>	<p>Assim, este Deus e Nosso Senhor Jesus Cristo, que por sua morte se havia de oferecer uma só vez ao Eterno Pai no altar da Cruz, para nele obrar a redenção eterna, contudo, já que pela</p>

<sup>168</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 106.

<sup>169</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 106-107.

<sup>170</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 107.

<p>sacerdotium extinguendum non erat (Hb 7.24,27), in Cœna novissima, "qua nocte tradebatur" (Cor1 11.13), ut dilectæ sponsæ suæ Ecclesiæ visibile (sicut hominum natura exigit) relinqueret sacrificium, quo cruentum illud semel in cruce peragendum repræsentaretur ejusque memoria in finem usque sæculi permaneret, atque illius salutaris virtus in remissionem eorum, quæ a nobis quotidie committuntur, peccatorum applicaretur: "sacerdotem secundum ordinem Melchisedech se in aeternum" (Ps 109.4) constitutum declarans, corpus et sanguinem suum sub speciebus panis et vini Deo Patri obtulit ac sub earundem rerum symbolis Apostolis (quos tunc Novi Testamenti sacerdotes constituebat), ut sumerent, tradidit, et eisdem eorumque in sacerdotio successoribus, ut offerent, præcipit per hæc verba: "Hoc facite in meam commemorationem", etc. (Lc 22.19; Cor1 11.24), uti semper catholica Ecclesia intellexit et docuit (can. 2.).</p>	<p>morte não se devia extinguir o seu sacerdócio (Hb 7, 24. 27), na última ceia, na noite em que ia ser entregue, querendo deixar à Igreja, sua amada Esposa, como pede a natureza humana, um sacrifício visível [cân. 1] que representasse o sacrifício cruento a realizar uma só vez na Cruz, e para que a sua memória durasse até a consumação dos séculos e a sua salutar virtude fosse aplicada para remissão dos nossos pecados quotidianos, declarando-se sacerdote perpétuo segundo a ordem de Melquisedec (Sl 109, 4), ofereceu a Deus Pai o seu corpo e o sangue sob as espécies do pão e do vinho e, sob as mesmas espécies, entregou o Corpo e o Sangue aos Apóstolos que então constituiu sacerdotes do Novo Testamento para que o recebessem, mandando-lhes, e aos sucessores deles no sacerdócio, que fizessem a mesma oblação: Fazei isto em memória de Mim (Lc 22, 19; 1Cor 11, 24), como a Igreja Católica sempre entendeu e ensinou [cân.2].</p>
<p><b>1741</b> 938 Nam celebrato veteri Pascha, quod in memoriam exitus de Ægypto multitudo filiorum Israel immolabat (Ex 12.1ss), novum instituit Pascha, se ipsum ab Ecclesia per sacerdotes sub signis visibilibus immolandum in memoriam transitus si ex hoc mundo ad Patrem, quando per sui sanguinis effusionem nos redemit "eripuitque de potestate tenebrarum et in regnum suum transtulit" (Col 1.13).</p>	<p>E assim, celebrada a antiga Páscoa, que a multidão dos filhos de Israel imolava em memória da saída do Egipto (Ex 12, 1 ss), instituiu a nova Páscoa, imolando-se a si mesmo pela Igreja pela mão dos sacerdotes, debaixo de sinais visíveis, em memória do seu trânsito deste mundo para o Pai, quando nos remiu pela efusão do seu sangue e nos tirou do poder das trevas, transferindo-nos para o seu reino (Cl 1, 13).</p>
<p><b>1742</b> 939 Et hæc quidem illa munda oblatio est, quæ nulla indignitate aut malitia offerentium inquinari potest, quam Dominus per Malachiam nomini suo, quod magnum futurum esset in gentibus, in omni loco mundam offerendam prædixit (Ml 1.11), et quam non obscure innuit Apostolus Paulus Corinthiis scribens, cum dicit,</p>	<p>Esta é a oblação pura que se não pode manchar com indignidade ou malícia alguma dos que a oferecem, que o Senhor predisse por Malaquias que se haveria de oferecer pura, em todo lugar, ao seu nome (Ml 1, 11), que havia de ser grande entre as gentes. A esta oblação alude claramente S. Paulo escrevendo aos Coríntios que não</p>

<p>non posse eos, qui participatione mensæ dæmoniorum polluti sint, mensæ Domini participes fieri (Cor1 10.21), per mensam altare utrobique intelligens. Hæc denique illa est, quæ per varias sacrificiorum, naturæ et Legis tempore (Gen 4.4; 8.20; 12.8; 22; Ex: passim), similitudines figurabatur, utpote quæ bona omnia per illa significata veluti illorum omnium consummatio et perfectio complectitur.</p>	<p>podem aqueles que estão manchados com a participação da mesa dos demónios, fazer-se participantes da mesa do Senhor (<i>ICor</i> 10, 21), entendendo por mesa o altar, num e noutro lugar. Finalmente, este é aquele sacrifício figurado por várias semelhanças de sacrifícios na lei natural e na escrita (<i>Gn</i> 4, 4; 8, 20; 12, 8. 22), pois encerra todos os bens significados por aqueles sacrifícios como consumação e perfeição que é de todos eles.</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Para a análise deste capítulo 1, que deve ser necessariamente breve de acordo com o objectivo do presente trabalho, recorreremos à sistematização apresentada por um autor de nacionalidade espanhola, J. Pérez<sup>171</sup>, na qual trata este capítulo tendo em conta as duas principais afirmações que ele contém.

A primeira afirmação que o autor destaca é *presença, na Missa, da memória representativa do sacrifício da Cruz*<sup>172</sup>. No capítulo 1 da *doctrina* o Concílio começa por proclamar o poder de Jesus Cristo, sacerdote segundo a ordem de Melquisedec, para consumir e levar à perfeição todos aqueles que havia de santificar (cf. *Hb* 10, 14)<sup>173</sup>. Afirma ainda que Jesus Cristo se ofereceu uma vez para sempre a Deus Pai, mediante a sua morte na ara da Cruz, para realizar a nossa redenção eterna<sup>174</sup>. Neste sentido, o Concílio deixa bem clara a sua fé na eficácia consumada e no carácter irrepitível do sacrifício da Cruz<sup>175</sup>.

De seguida, o Concílio trata do sacrifício da Missa nos seguintes termos:

«[...] contudo, já que pela morte não se devia extinguir o seu sacerdócio (*Hb* 7, 24. 27), na última ceia, na noite em que ia ser entregue, querendo deixar à Igreja, sua amada

<sup>171</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 19.

<sup>172</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 19.

<sup>173</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 19.

<sup>174</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 19.

<sup>175</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 19.

Esposa, como pede a natureza humana, um sacrifício visível [cân. I] que *representasse* o sacrifício cruento a realizar uma só vez na Cruz, e para que a sua *memória* durasse até a consumação dos séculos e a sua salutar virtude fosse aplicada para remissão dos nossos pecados quotidianos, declarando-se sacerdote perpétuo segundo a ordem de Melquisedec (Sl 109, 4), ofereceu a Deus Pai o seu corpo e sangue sob as espécies do pão e do vinho e, sob as mesmas espécies, entregou Corpo e Sangue aos Apóstolos que então constituiu sacerdotes do Novo Testamento para que o recebessem, mandando-lhes, e aos sucessores deles no sacerdócio, que fizessem a mesma oblação: Fazei isto em memória de mim (Lc 22, 19; 1Cor 11, 24)»<sup>176</sup>

Este passo coloca em relação as noções de *representatio* e de *memoria* do sacrifício da Cruz. Poderíamos, deste modo, dizer que se trata de uma representação memorativa, ou de uma memória representativa<sup>177</sup>. Porém, uma questão se levanta: que tipo de representação e de memória? Certamente que não é uma representação puramente evocativa e imaginativa, realizada simplesmente para avivar e manter a recordação do sacrifício da Cruz<sup>178</sup>. Pois, seguramente, a Missa evoca, aviva e mantém a recordação do sacrifício da Cruz; todavia, não mediante uma representação simplesmente sugestiva, de pura aparência, sem qualquer realidade, mas mediante o sacrifício deixado por Cristo à sua amada esposa, a Igreja<sup>179</sup>. É, portanto, uma representação memorativo-sacrificial, ou um sacrifício representativo-memorial, e não uma simples recordação mental e subjectiva dos homens<sup>180</sup>.

Para terminar esta breve análise da primeira grande afirmação do capítulo 1 da *doctrina*, sublinhada por J. Pérez, resta-nos ainda mencionar uma última questão a propósito da relação sacrifício da Cruz-sacrifício da Missa. Ao falar de «sacrifício representativo-memorial», trata-se de representar comemorativamente o sacrifício único e irrepetível da Cruz, mediante outro sacrifício distinto daquele, ou é aquele mesmo sacrifício o que se torna presente de novo e de forma incruenta na comemoração eucarística? No Decreto

---

<sup>176</sup> DS-1740.

<sup>177</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 20.

<sup>178</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 20.

<sup>179</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 20.

<sup>180</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 20.

nem se coloca a questão nem se responde a ela, nem ainda deixa de todo a claro se este sacrifício é um e o mesmo que o da Cruz, a partir do qual seria fácil deduzir uma presença sacramental daquele único sacrifício<sup>181</sup>. Refere ainda o autor que foi um estudo atento dos votos dos teólogos e Padres, bem como o dos sucessivos projectos, cânones e doutrina, a respeito do sacrifício da Missa, que permitiu concluir que alguns teólogos e Padres intuem e afirmam este conceito de “memória objectiva” como presença sacramental, na Missa, do sacrifício de Cristo que se comemora<sup>182</sup>. São, porém, em reduzido número<sup>183</sup>. Ao invés, há um grande número de Padres e teólogos que sustêm que a comemoração do sacrifício da Cruz na Missa se realiza, não com sinais vazios ou meras palavras, mas mediante um sacrifício verdadeiro<sup>184</sup>. Além disso, muitos destes afirmam que Cristo é o sacerdote e a vítima no sacrifício da Missa, e que os seus frutos são os frutos do sacrifício da Cruz<sup>185</sup>. É, portanto, lícito dizer que a afirmação de que o sacrifício da Missa é o mesmo sacrifício da Cruz, sacramentalmente presente na celebração não estaria em contradição com as convicções de fundo dos Padres e teólogos do Concílio, muito embora não tirem explicitamente esta conclusão<sup>186</sup>.

Já no que toca às palavras do relato da instituição – “Fazei isto em minha comemoração” (*Lc* 22, 19; *1Cor* 11, 24) – são interpretadas como o mandato do Senhor de oferecer o sacrifício da Missa enquanto memorial representativo do sacrifício da Cruz<sup>187</sup>. Assim, este é o sentido que aqui tem o *commemorationem*: o de sacrifício memorial, embora

---

<sup>181</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 20-21.

<sup>182</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 21.

<sup>183</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 21.

<sup>184</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 21.

<sup>185</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 21.

<sup>186</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 21.

<sup>187</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 21.

sem que se precise tampouco se a *commemoratio* se realiza mediante um novo sacrifício ou pela presença sacramental do sacrifício comemorado<sup>188</sup>.

A segunda grande afirmação destacada pelo autor neste capítulo 1 é: *o sacrifício da Missa como comemoração pascal*. No princípio deste mesmo capítulo considera-se que a comemoração do sacrifício da Cruz, que se faz na Missa, é uma comemoração pascal<sup>189</sup>. Isto mesmo está já patente no início do capítulo, quando se afirma que a Última Ceia foi a *cæna novissima*, fazendo referência à ceia pascal judaica, a qual, por conseguinte, passou a ser “antiga” ao ser substituída pela Ceia do Senhor<sup>190</sup>. Mas o carácter memorativo-pascal da Missa está ainda mais expressamente afirmado quando se diz:

«E assim, celebrada a antiga Páscoa, que a multidão dos filhos de Israel imolava em memória da saída do Egipto (*Ex 12, 1 ss*), instituiu a nova Páscoa, imolando-se a si mesmo pela Igreja pela mão dos sacerdotes, debaixo de sinais visíveis, em memória do seu trânsito deste mundo para o Pai, quando nos remiu pela efusão do seu sangue e nos tirou do poder das trevas, transferindo-nos ao seu reino (*Cl 1, 13*).»<sup>191</sup>

Daqui decorre que a «nova páscoa» não é a acção imolativa da Igreja, mas do próprio Cristo, nossa páscoa (cf. *1Cor 5, 7*), não, porém, em abstracto, mas enquanto imolado pela Igreja em memória da *passagem do Senhor deste mundo ao Pai* (*Jo 13, 1*)<sup>192</sup>.

À luz desta compreensão da Eucaristia enquanto celebração da nova páscoa, J. Pérez distingue três aspectos fundamentais da Missa: a sua dimensão convivial (*cæna novíssima*), a sua dimensão sacrificial (...*immolandum*) e a sua dimensão memorial (*in memoriam*)<sup>193</sup>. Contudo, estas dimensões devem ser entendidas não como três elementos separáveis, mas, pelo contrário, como essencialmente unidos entre si, de tal modo que o banquete é um

---

<sup>188</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 21.

<sup>189</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 22.

<sup>190</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 22.

<sup>191</sup> DS-1741.

<sup>192</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 22.

<sup>193</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 22.

memorial, e este é um sacrifício<sup>194</sup>. Conclui-se, portanto, que o Concílio deixa claro que o memorial da passagem de Cristo para o Pai, realizado na Missa, não é uma simples comemoração, mas um memorial ao estilo daquele que se realizava na antiga páscoa<sup>195</sup>. Salienta-se que é ao estilo daquele, mas agora de modo consumado, isto é, como realização e superação de todos os bens que aquele sacrifício da antiga páscoa e todos os sacrifícios do tempo da Natureza e da Lei prefiguravam<sup>196</sup>.

Por fim, fazemos ainda um último apontamento sobre este aspecto da memória eucarística. Esta, na verdade, aparece no Concílio, não simplesmente como memória eucarística da morte de Cristo na Cruz, considerada simplesmente como um evento trágico, mas entendida como uma *passagem deste mundo para o Pai*<sup>197</sup>. Por esta razão, está igualmente implícita a ressurreição e a exaltação de Cristo à direita de Deus, e a aceitação, por parte do Pai, da oblação de Cristo (o facto de que Deus aceite a oblação é essencial no sacrifício)<sup>198</sup>.

### 1.2.3.3. O capítulo 2

<p><b>1743</b> 940 Et quoniam in divino hoc sacrificio, quod in Missa peragitur, idem ille Christus continetur et incruente immolatur, qui in ara crucis "semel seipsum cruenta obtulit" (Hb 9.14,27): docet sancta Synodus, sacrificium istud vere propitiatorium esse (can.3), per ipsumque</p>	<p>E como neste divino sacrifício, que se realiza na Missa, se encerra e é sacrificado incruentamente aquele mesmo Cristo que <i>uma só vez</i> cruentamente no altar da Cruz <i>se ofereceu a si mesmo</i> (Hb 9, 27), ensina o santo Concílio que este sacrifício é verdadeiramente propiciatório</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<sup>194</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 22.

<sup>195</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 22-23.

<sup>196</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 23.

<sup>197</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 24.

<sup>198</sup> Cf. J. PÉREZ, *El sacrificio de la misa*, 24.

fieri, ut, si cum vero corde et recta fide, cum metu ac reverentia, contriti ac pœnitentes ad Deum "accedamus, misericordiam consequamur et gratiam inveniamus in auxilio opportuno" (Hb 4.16). Hujus quippe oblatione placatus Dominus, gratiam et donum pœnitentiæ concedens, crimina et peccata etiam ingentia dimittit. Una enim eademque est hostia, idem nunc offerens sacerdotum ministerio, qui se ipsum tunc in cruce obtulit, sola offerendi ratione diversa. Cujus quidem oblationis (cruentæ, inquam) fructus per hanc incruentam uberrime percipiuntur: tantum abest, ut illi per hanc quovis modo derogetur (can.4). Quare non solum pro fidelium vivorum peccatis, pœnis, satisfactionibus et aliis necessitatibus, sed et pro defunctis in Christo, nondum ad plenum purgatis, rite juxta Apostolorum traditionem offertur (can. 3).

[cân. 3], e que, se com coração sincero e fé verdadeira, com temor e reverência, contritos e penitentes *nos achegarmos* a Deus, *conseguiremos misericórdia* e *acharemos graça no auxílio oportuno* (Hb 14, 16). Porquanto, aplacado o Senhor com a oblação dele e concedendo o dom da graça e da penitência, perdoa os maiores delitos e pecados. Pois uma e mesma é a vítima: e aquele que agora oferece pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que, outrora, se ofereceu na Cruz, divergindo, apenas, o modo de oferecer. Os frutos da oblação cruenta se recebem abundantemente por meio desta oblação incruenta, nem tão pouco esta derroga aquela [cân. 4]. Por isso, com razão se oferece, consoante a Tradição apostólica, este sacrificio incruento, não só pelos pecados, pelas penas, pelas satisfações e por outras necessidades dos fiéis vivos, mas também pelos que morreram em Cristo, e que não estão plenamente purificados [cân. 3].

Terminada a breve análise do conteúdo do capítulo 1 da *doctrina*, vamos agora debruçar-nos sobre o capítulo seguinte que, como afirmámos, no parecer de alguns autores, é também um dos mais significativos do decreto da sessão XXII. Para levarmos a cabo uma análise do capítulo 2 vamos, desta feita, recorrer a um outro autor, A. Duval<sup>199</sup>, cuja sistematização e análise seguiremos neste ponto da presente dissertação.

Na ceia, Jesus instituiu um verdadeiro sacrificio, pelo qual a sua oblação sobre a Cruz, fonte única da remissão dos pecados, fosse continuamente actualizada e a sua eficácia salutar quotidianamente aplicada<sup>200</sup>. Todavia, diante desta constatação, levanta-se uma questão

<sup>199</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 138ss.

<sup>200</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 138.

crucial, importante até para compreender o movimento reformador: a Missa como um verdadeiro sacrifício não constituirá um dualismo? Não será que o reconhecimento da dimensão sacrificial da Missa para a *remissio peccatorum* não acontece em detrimento do sacrifício da Cruz?<sup>201</sup> Na verdade, esta foi precisamente uma das questões que se pusera aos teólogos de 1562: poderá o sacrifício da Missa atentar contra o sacrifício do Calvário?<sup>202</sup>

É neste contexto, pois, que devemos ter presente o conteúdo do capítulo 2 da *doctrina*. O seu objectivo é apresentar de modo positivo as modalidades da eficácia salutar do sacrifício da Missa, cuja negação é condenada pelo anátema do cânon 3<sup>203</sup>.

Debruçando-nos agora mais sobre o seu conteúdo propriamente dito, podemos observar que o carácter propiciatório da Missa deriva de uma certa *identidade* entre a Cruz e a Missa, pela mesmidade da oferta e do oferente<sup>204</sup>. Esta identidade é enunciada por duas vezes<sup>205</sup> de modo a enquadrar a afirmação do valor propiciatório. Por conseguinte, é possível falar dos frutos da Missa, e precisar que a Missa não acarreta um atentado contra o sacrifício da Cruz, e que estes seus frutos podem ser aplicados tanto aos vivos como aos defuntos<sup>206</sup>.

Em todo o caso, tal como fizemos para o capítulo anterior, vamos também agora salientar as duas principais afirmações que A. Duval salienta a propósito deste capítulo 2, as quais, no nosso entender, podem ajudar a uma melhor sistematização.

A primeira afirmação é sobre a *identidade do sacrifício do altar e do sacrifício da Cruz*<sup>207</sup>. Segundo Duval, este é o ponto de apoio de toda a exposição<sup>208</sup>. A este respeito,

---

<sup>201</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 138.

<sup>202</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 138.

<sup>203</sup> Cf. DS-1753.

<sup>204</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 140-141.

<sup>205</sup> Cf. pág. 53-54 da presente dissertação: «se encerra e é sacrificado incruentamente aquele mesmo Cristo que *uma só vez* cruentamente no altar da Cruz *se ofereceu a si mesmo*»; «Pois uma e mesma é a vítima: e aquele que agora oferece pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que, outrora, se ofereceu na Cruz, divergindo, apenas, o modo de oferecer».

<sup>206</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 141.

<sup>207</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 141.

Duval cita um autor quincentista – Cajetan – que, trinta anos antes da sessão XXII, menciona já a distinção entre sacrifício *cruento* e *incruento*<sup>209</sup>. A referida citação feita pelo autor não quer dizer a dependência do texto do decreto conciliar do opúsculo de Cajetan, mas indicar que o decreto da sessão XXII se insere já numa distinção presente na teologia católica<sup>210</sup>.

A segunda afirmação diz respeito à relação entre *a Missa e a remissio peccatorum*. O carácter propiciatório da Missa, isto é, o seu valor para a *remissio peccatorum*, não tem qualquer outro fundamento que não seja a relação com o sacrifício da Cruz, onde a oferta única de Cristo é a única fonte de salvação<sup>211</sup>.

Importa, sobre este ponto, considerar o pensamento de Lutero, patente na seguinte questão: Se a oblação de Cristo sobre a Cruz é a fonte única de toda a remissão dos pecados, que pode, pois, fazer o homem senão acolher, aceitar, sem qualquer outro esforço que não seja o do assentimento de fé?<sup>212</sup> Neste sentido, é também relevante aquilo que Duval considera, ao notar que uma breve análise do que propõe a *doctrina*, acerca da eficácia do sacrifício da Missa, deve conjuntamente ser lida à luz do ensinamento do Concílio sobre a justificação, comparativamente às posições luteranas<sup>213</sup>. Assim sendo, o decreto da sessão VI, ao afirmar a absoluta gratuidade do perdão divino merecido pela morte de Jesus Cristo, considera a justificação simultaneamente como obra de Deus e acolhimento do homem, acolhimento esse que é activo, mobilizando os mais profundos recursos espirituais do homem, e crescendo segundo uma economia de mediação eclesial, sem que, com isso, seja menos dom de Deus<sup>214</sup>. Podemos, assim, concluir que o sentido positivo assumido pela *doctrina* respeita o jogo do

---

<sup>208</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 141.

<sup>209</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 141-142.

<sup>210</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 142.

<sup>211</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 144.

<sup>212</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 144.

<sup>213</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 144.

<sup>214</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 145.

*opus operantis* na participação eucarística contra a crítica de Lutero sobre a prática católica do *opus operatum*<sup>215</sup>.

---

<sup>215</sup> Cf. A. DUVAL, *Des Sacrements au Concile de Trente*, 146.

## CAPÍTULO SEGUNDO

### A DIMENSÃO SACRIFICIAL DA EUCARISTIA NO II CONCÍLIO DO VATICANO E NO MAGISTÉRIO CONTEMPORÂNEO

Depois de um recuo temporal até ao século XVI, onde pudemos aprofundar o debate em torno da dimensão sacrificial da Eucaristia aquando da Reforma, voltamos ao período contemporâneo para estudar a permanência do ensinamento católico sobre referida dimensão da Eucaristia. Porém, antes ainda de nos debruçarmos sobre os contributos mais significativos da contemporaneidade, convém oferecer uma palavra sobre aquilo que podemos denominar de período pós-tridentino e, mais recentemente, o período que antecede o 21º Concílio Ecuménico.

Após Trento, verificamos que a teologia dogmática fica dominada pelos pressupostos da grande escolástica e do próprio Concílio de Trento<sup>216</sup>. Eis algumas características que dominam a teologia deste período: há uma repetição da doutrina com variados argumentos; os tratados sobre a Eucaristia articulam-se em torno de três capítulos fundamentais: a presença real, o sacrifício e a comunhão, sem referir explicitamente a sua necessária unidade; no tocante à transubstanciação, continua-se a defender e a reforçar as diversas escolas e os argumentos medievais, mas de modo mais especulativo; e, quanto ao sacrifício, este foi talvez o aspecto sobre o qual se fizeram mais esforços para a sua clarificação<sup>217</sup>.

---

<sup>216</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía* (Madrid: B.A.C. 2005) 87.

<sup>217</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 87.

Tomando este último aspecto, é importante salientar uma importante discussão de difícil clarificação<sup>218</sup>, que também marcou este período. Trata-se da discussão em torno de duas importantes afirmações que o Concílio de Trento fez acerca da Eucaristia: a primeira é a de que esta é *memorial do sacrifício*, e a segunda, de que a Eucaristia é também um *verdadeiro e próprio sacrifício (verum et proprium sacrificium)*<sup>219</sup>. É sobre esta última afirmação que se levantaram as mais significativas questões<sup>220</sup>. Se a Eucaristia é, pois, um verdadeiro e próprio sacrifício, em que medida se salvaguarda o seu carácter “relativo” no tocante ao sacrifício de Cristo? Mais ainda, se o carácter sacrificial tem de manifestar-se na visibilidade do próprio sinal eucarístico, qual é, pois, esse sinal onde se expressa o sacrifício? Como tentativas de resposta, podemos elencar duas correntes predominantes<sup>221</sup>:

1. A corrente *imolacionista*: Esta corrente sustém que, para haver sacrifício, é necessário que haja a destruição da vítima, pois só assim aparece o poder absoluto de Deus sobre a vida e sobre a morte. Mas, onde está isto manifesto? Alguns teólogos hispanos, sobretudo da escola de Salamanca, ofereceram respostas. Uns reconheciam a representação comemorativa do único sacrifício da cruz na dupla consagração e na separação do corpo e do sangue de Jesus. Outros atribuíam este carácter no facto de, na Eucaristia, cessar a substância do pão e do vinho para passar a ser corpo e sangue de Cristo. Outros ainda reconheciam-no na fracção do pão; outros no acto de humildade de Jesus ao rebaixar-se à condição de alimento; e, por fim, reconheciam a destruição no acto de comer da comunhão.
2. A corrente *oblacionista*: Esta corrente reconhece o carácter sacrificial mais na oblação do que no acto de destruição (imolação). Esta corrente é representada sobretudo por

---

<sup>218</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 87.

<sup>219</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 87-88.

<sup>220</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 88.

<sup>221</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 88.

autores da escola francesa. Estes teólogos explicavam o aspecto sacrificial deste modo: a Missa é uma participação e actualização da entrega de Jesus ao Pai. Neste sentido, alguns autores entendem que o sacrifício da Cruz é agora um sacrifício celeste, mas que este adquire uma visibilidade na Missa, uma vez que, pela consagração, Cristo realiza a mesma oferenda que realizou na Cruz. Outros defendem que o sacrifício de Cristo é constituído pela oblação da Última Ceia e pela imolação da Cruz. Na Eucaristia, pela transubstanciação, Cristo continua a oblação da Última Ceia, com relação à imolação da Cruz.

Salientamos ainda que, não obstante estas duas correntes predominantes, a explicação mais comum entre os teólogos será aquela que vê na dupla consagração (a separação do corpo e do sangue de Cristo) uma imolação “mística”, isto é, uma imolação sacramental de Cristo, e, ao mesmo tempo, a continuação do seu oferecimento ao Pai. Verificamos, portanto, que será uma síntese da teoria imolacionista e da oblacionista que acabará por vencer e predominar na reflexão<sup>222</sup>.

Já no período contemporâneo, merece a nossa atenção aqueles anos que antecederam a realização do II Concílio do Vaticano, pois estes permitir-nos-ão melhor perceber e enquadrar o contributo próprio do último Concílio.

É importante, no nosso entender, localizar o 21º Concílio no seguimento de todo um processo de renovação da liturgia e da teologia sacramental, iniciado anos antes por um conjunto de impulsos provenientes de diversos pontos da Europa. A referida renovação bebeu em grande parte do que ficou conhecido como Movimento Litúrgico, que emergiu a partir de diversas importantes abadias: Solesmes na Bélgica, Maria Laach na Alemanha,

---

<sup>222</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 88.

Maredsous...<sup>223</sup> Além destes importantes centros, também é de realçar alguns nomes que contribuíram significativamente para este processo: O. Casel, que levou à descoberta da teologia da *mysteriengegenwart*; H. de Lubac, que impulsionou de forma especial a eclesiologia eucarística; R. Guardini, que insistiu na relação entre fé, celebração e cultura; J. A. Jungmann, que conduziu a um melhor conhecimento da herança litúrgica e da teologia eucarística; J. Betz e J. Danielou, que contribuíram para um melhor conhecimento do pensamento eucarístico dos Padres; E. Schillebeeckx e K. Rahner, que impulsionaram um melhor conhecimento da teologia sacramental em geral da Eucaristia, em particular<sup>224</sup>. É ainda relevante, neste contexto, referir as intervenções dos diversos Papas até ao II Concílio do Vaticano: S. Pio X, com o decreto *Tra le sollecitudini* e outros (1903), e mais significativamente, em meados do séc. XX, o Papa Pio XII com as encíclicas *Mediator Dei* (1947) e *Mystici Corporis* (1943); ambos recolheram os impulsos renovadores<sup>225</sup>. De acordo com o testemunho de alguns autores, a reforma litúrgica iniciada por Pio XII há-de encontrar o seu pleno desenvolvimento no II Concílio do Vaticano, a qual implicou uma renovação da concepção e práxis dos sacramentos, especialmente da Eucaristia<sup>226</sup>.

## 2.1. Nos textos conciliares

Neste subcapítulo, ao tratarmos o ensinamento do II Concílio do Vaticano sobre a Eucaristia, houvemos por bem recolher e expor a posição de um autor hispano, pois parece-nos que esta constitui um bom mote para o presente trabalho de síntese: «O Vaticano II, além de toda a intenção polémica, recolheu com clareza a doutrina sobre a Eucaristia

---

<sup>223</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 88.

<sup>224</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 89-90.

<sup>225</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 88.

<sup>226</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 88.

como sacrifício.»<sup>227</sup> De facto, quando atentamos nos seus diversos textos, facilmente podemos constatar que, no que se refere à Eucaristia, esta é frequentemente tratada atendendo à sua multiplicidade de aspectos, referindo-se todos eles, porém, ao aspecto sacrificial.

Feito este pequeno preâmbulo, outra impressão geral se nos apresenta: Quando pretendemos considerar o contributo do II Concílio do Vaticano, no respeitante à Eucaristia como sacrifício, o nosso olhar volta-se de imediato para o primeiro texto conciliar aprovado – a Constituição *Sacrosanctum concilium* –, precisamente sobre a sagrada liturgia e a sua reforma. Segundo o testemunho de vários autores (que levaremos em conta na breve análise textual que iremos fazer), a parte mais significativa do texto conciliar para o tema em análise consiste no número 47 da referida Constituição. Porém, no nosso entender, e antes ainda de nos debruçarmos sobre este número, relevamos o número 7. Justificamos este nosso interesse, não só pelo facto de esta porção textual se encontrar na parte inicial mencionada Constituição, funcionando como uma grande introdução, mas também porque no seu bastante significativo conteúdo, a saber, os diversos modos da presença de Jesus Cristo na sua Igreja, está já insinuada a realidade sacrificial da Eucaristia quando salienta a mesma identidade entre o sacrifício da Missa e o sacrifício da Cruz:

«Para realizar uma obra tão grande, Cristo está sempre presente à sua Igreja, sobretudo na acção litúrgica. Está presente no sacrifício da Missa, seja na pessoa do ministro, “oferecendo-se agora pelo ministério dos sacerdotes o mesmo que então se ofereceu na Cruz”, seja sobretudo sob as espécies eucarísticas.»<sup>228</sup>

O número 47 da *Sacrosanctum concilium* situa-se no começo do capítulo II da referida Constituição, e expõe-nos o mistério eucarístico do seguinte modo:

«O nosso Salvador instituiu na Última Ceia, na noite em que foi entregue, o sacrifício eucarístico do seu Corpo e do seu Sangue para perpetuar pelo decorrer dos

---

<sup>227</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 258.

<sup>228</sup> SC, 7.

séculos, até Ele voltar, o sacrifício da Cruz, confiando à Igreja, sua esposa amada, o memorial da sua morte e ressurreição: sacramento de piedade, sinal de unidade, vínculo de caridade, banquete pascal em que se recebe Cristo, a alma se enche de graça, e nos é concedido o penhor da glória futura.»<sup>229</sup>

É significativo que, embora título deste capítulo II – “O Sagrado Mistério da Eucaristia” – se refira de modo genérico ao mistério eucarístico, e não faltem por isso alusões à Eucaristia como sacramento e banquete pascal; contudo a comunhão é enquadrada no âmbito do sacrifício, donde a parte substancial do capítulo em questão refere-se sobretudo à Santa Missa no seu aspecto de sacrifício<sup>230</sup>.

Atentando agora ao texto do número 47, verificamos facilmente que este inicia-se com palavras que evocam aquelas que o Concílio tridentino empregou para o mesmo assunto: «o nosso Salvador instituiu na Última Ceia, na noite em que foi entregue, o Sacrifício eucarístico do seu Corpo e do seu Sangue»<sup>231</sup>. Isto é significativo, na medida em que o seu plano doutrinal, com relação à consideração do aspecto sacrificial do mistério eucarístico que particularmente nos interessa, é igual ao de Trento, pois fá-lo derivar a partir do carácter único do sacrifício da Cruz, que a santa Missa perpetua<sup>232</sup>. Todavia, diferentemente da exposição tridentina do mistério, o seu estilo é mais bíblico e litúrgico<sup>233</sup>.

No que se refere à finalidade da instituição do mistério eucarístico, convém considerar as palavras usadas pela Constituição para a exprimir. De facto, enquanto o Concílio de Trento usa a expressão “sacrifício da Cruz”<sup>234</sup>, e se Leão XIII, Pio XI e Pio XII recorreram a palavras que falavam de “renovação” do sacrifício da Cruz, preferiu a Constituição, não contradizendo o passado, indicar tudo isto com as palavras “recordação e memorial”, sugeridas pelo próprio

---

<sup>229</sup> SC, 47.

<sup>230</sup> Cf. M. NICOLAU, *Constituição litúrgica: comentário teológico-pastoral* (Braga: SNAO 1968) 93.

<sup>231</sup> DS-938.

<sup>232</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico, Pascua de la Iglesia: estudio teológico a la luz del magisterio de Pablo VI* (Buenos Aires: Cedro 1990) 103.

<sup>233</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 103.

<sup>234</sup> DS-938.

Cristo: “Fazei isto em memória de Mim” (*Lc* 22, 19; *ICor* 11, 24-25), e empregadas por S. Paulo: “anunciareis a morte do Senhor até que Ele venha” (*ICor* 11, 26)<sup>235</sup>. Ora, isto equivale a dizer que a Missa representa e perpetua entre nós o sacrifício da Cruz<sup>236</sup>. Sabemos, ademais, que o termo “renovação” foi deixado propositadamente de lado a fim de não ferir a mentalidade luterana, para a qual a Missa católica, enquanto sacrifício, derogaria o único e sufficientíssimo sacrifício do Calvário<sup>237</sup>. Para os católicos, porém, a Missa não significa derrogação mas sim “representação”, permanecendo a necessária e estreita ligação ao sacrifício do Calvário; além disso, muito embora a morte histórica de Jesus seja sufficientíssima para consumir a chamada redenção *objectiva*, nem por isso se torna obsoleta a aplicação *subjectiva*, por meio da Santa Missa, dos méritos da morte de Cristo<sup>238</sup>.

Ainda acerca da Constituição sobre a sagrada liturgia, destacamos um último aspecto. É interessante que no esquema apresentado na primeira sessão do Concílio se falava unicamente de um “*paschale convivium*”<sup>239</sup>. Dele se fala neste número, tendo-se, porém, acrescentado mais expressamente as ideias relativas ao sacrifício<sup>240</sup>. Neste sentido, insiste-se que «a Missa é memorial não só da morte de Cristo mas também da ressurreição, como já observara o Concílio de Trento ao referir-se à solenidade do Corpo de Deus “com que se representa a vitória e o triunfo da ressurreição de Cristo” (DS-878)»<sup>241</sup>. Na verdade, a morte de Cristo, que é o objecto imediatamente representado no sacrifício eucarístico, é também vitória sobre a morte, pois por ela fomos nós libertados da morte<sup>242</sup>. «Está bem, por

---

<sup>235</sup> Cf. M. NICOLAU, *Constituição litúrgica: comentário teológico-pastoral*, 93.

<sup>236</sup> Cf. M. NICOLAU, *Constituição litúrgica: comentário teológico-pastoral*, 93-94.

<sup>237</sup> Cf. M. NICOLAU, *Constituição litúrgica: comentário teológico-pastoral*, 94.

<sup>238</sup> Cf. M. NICOLAU, *Constituição litúrgica: comentário teológico-pastoral*, 94.

<sup>239</sup> Cf. M. NICOLAU, *Constituição litúrgica: comentário teológico-pastoral*, 94.

<sup>240</sup> Cf. M. NICOLAU, *Constituição litúrgica: comentário teológico-pastoral*, 94.

<sup>241</sup> Cf. M. NICOLAU, *Constituição litúrgica: comentário teológico-pastoral*, 94.

<sup>242</sup> Cf. M. NICOLAU, *Constituição litúrgica: comentário teológico-pastoral*, 94.

consequente, sublinhar a ideia do triunfo e ressurreição de Cristo, imagem da nossa própria glorificação»<sup>243</sup>.

Para concluir a nossa breve análise da Constituição *Sacrosanctum concilium*, é oportuno enunciar as principais ideias postas em relevo. Em primeiro lugar, na doutrina da *Sacrosanctum concilium*, muito embora esta não implique qualquer novidade a respeito das verdades sobre o mistério eucarístico, é possível detectar um elemento novo: a sua visão integral do mistério eucarístico, pela qual este é considerado o coração da sagrada liturgia, ao mesmo tempo que formula uma síntese dos aspectos sacrificial e sacramental<sup>244</sup>, encontrando-se aqui recolhidos aqueles que foram os contributos dos diferentes movimentos de renovação (bíblico, patrístico, litúrgico e pastoral) dos quais tivemos oportunidade de falar no princípio deste capítulo. Em segundo lugar, e na sequência da afirmação anterior, a *Sacrosanctum concilium* declara que a Eucaristia é a continuação do sacrifício de Cristo na Cruz, memória da sua morte e ressurreição e, portanto, participação no *mistério pascal*<sup>245</sup>, expressão esta que, como sabemos, ganhou desde então uma enorme relevância na medida em que traduz o acto redentor de Cristo, habitualmente identificado com os acontecimentos do Tríduo Pascal.

Terminada a nossa análise à primeira Constituição do II Concílio do Vaticano, iremos de seguida voltar a nossa atenção para os restantes documentos aprovados, procurando aí uma continuação deste mesmo Magistério eucarístico. Como dissemos anteriormente, este nosso trabalho analítico carecerá de uma profundidade exaustiva, uma vez que uma análise deste tipo fugiria ao âmbito da presente dissertação. Procuraremos apenas relevar aqueles trechos dos diferentes documentos nos quais esteja manifesto este ensinamento da Eucaristia como sacrifício verdadeiro.

---

<sup>243</sup> M. NICOLAU, *Constituição litúrgica: comentário teológico-pastoral*, 94.

<sup>244</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 102.

<sup>245</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 105.

Ora, o primeiro documento que nos apraz tratar é precisamente a Constituição *Lumen gentium*, sobre o mistério da Igreja. Pelo seu conteúdo, podemos afirmar que se tratará do documento mais importante, depois do qual se devem integrar todos os outros, uma vez que o objecto desta Constituição é justamente a identidade da Igreja e a sua missão.

Detemo-nos desde logo no número 3. Este, após uma breve referência à Igreja enquanto Reino de Cristo já presente em mistério, afirma:

«Sempre que no altar se celebra o sacrifício da Cruz, na qual “Cristo, nossa Páscoa, foi imolado” (*ICor* 5, 7), realiza-se também a obra da nossa Redenção. Pelo sacramento do pão eucarístico, ao mesmo tempo é representada e se realiza a unidade dos fiéis, que constituem um só corpo em Cristo (cf. *ICor* 10, 17). Todos os homens são chamados a esta união com Cristo, luz do mundo, do qual vimos, por quem vivemos, e para o qual caminhamos.»<sup>246</sup>

Como podemos comprovar, a constituição mais importante do II Concílio do Vaticano (no nosso entender, como dissemos anteriormente) continua na linha daqueloutra que foi a primeira a ser aprovada: ambas são unânimes na consideração do mistério eucarístico como “presença real” do sacrifício da Cruz, pelo qual «se realiza a obra da nossa redenção»<sup>247</sup>. E é ainda de focar que este número coloca o sacrifício da Cruz, “representado” na Eucaristia, não apenas no âmbito dos fiéis, dos quais é fonte de unidade, mas também num âmbito mais universal: «Todos os homens são chamados a esta união com Cristo, luz do mundo, do qual vimos, por quem vivemos, e para o qual caminhamos». Isto é, a Constituição sobre o mistério da Igreja, podemos dizer, logo no seu início, coloca o acento no sacrifício da Cruz como fonte de redenção para todos os homens; a humanidade inteira tem que ver com o sacrifício de Cristo.

---

<sup>246</sup> LG, 3.

<sup>247</sup> Cf. SC, 2; LG, 3.

Outro número que nos apraz sublinhar sobre o tema em análise é o número 28. Neste caso, a Constituição, quando se refere ao ministério dos presbíteros, afirma o seguinte:

«Participantes, segundo o grau do seu ministério, da função de Cristo mediador único (*ITm* 2, 5), [os presbíteros] anunciam a todos a palavra de Deus. Mas é no culto ou na celebração eucarística que [os presbíteros] exercem principalmente o seu múnus sagrado; nela, actuando em nome de Cristo e proclamando o seu mistério, unem as preces dos fiéis ao sacrifício da cabeça e, no sacrifício da Missa, representam e aplicam, até à vinda do senhor (cf. *ICor* 11, 26), o único sacrifício do Novo Testamento, ou seja, Cristo oferecendo-se, uma vez por todas, ao Pai, como hóstia imaculada (cf. *Hb* 9, 11-28).»<sup>248</sup>

Também neste número encontramos explicitado o mistério da Eucaristia, na sua relação com o sacrifício de Cristo e, aqui, com a vida dos sacerdotes. Porque unidos a Jesus Cristo, único mediador, pela sua acção no culto, exercem a sua função mediadora unindo «as preces dos fiéis ao sacrifício da cabeça». E o texto continua, afirmando claramente que os presbíteros, no sacrifício da Missa, «representam e aplicam» o «único sacrifício do Novo Testamento». Vemos, uma vez mais, a Constituição sobre a Igreja retomar a doutrina já exposta pela *Sacrosanctum concilium*, mormente pelo recurso explícito às expressões «representam e aplicam», cujo património já tratámos na breve análise que fizemos dos excertos da mesma Constituição sobre a sagrada liturgia, onde Eucaristia e sacrifício da Cruz estão vitalmente unidos<sup>249</sup>.

Analisadas duas das quatro Constituições conciliares, passamos agora à consideração de dois Decretos nos quais é também sublinhada a relação entre a Eucaristia e o sacrifício de Cristo. O primeiro será o Decreto sobre a vida e ministério dos presbíteros – *Presbyterorum ordinis* – do qual relevaremos três números em especial. O número 3 começa por afirmar a estreita relação que deve existir entre o sacrifício espiritual dos fiéis e o sacrifício de Cristo,

---

<sup>248</sup> LG, 28.

<sup>249</sup> Cf. pág. 63-64 da presente dissertação.

para o qual tende e se consuma o primeiro. É ao serviço desta íntima relação que se situa o ministério dos presbíteros:

«Pelo ministério dos presbíteros se consuma o sacrifício espiritual dos fiéis em união com o sacrifício de Cristo, mediador único, que pelas mãos deles, em nome de toda a Igreja, se oferece incruenta e sacramentalmente na Eucaristia até que o mesmo Senhor retorne (cf. *1Cor* 11, 26). Para isto tende e se consuma o ministério dos presbíteros. O seu ministério, que começa pela pregação evangélica, obtém do sacrifício de Cristo a sua força e virtude, e tende para que toda a cidade redimida, isto é, a congregação e sociedade dos santos, seja oferecida como sacrifício universal a Deus por meio do Sumo-sacerdote, que também se ofereceu a si mesmo na paixão por nós, para que fôssemos corpo de tão grande cabeça.»<sup>250</sup>

Como vemos, aqui encontramos mais uma afirmação da dimensão sacrificial da Eucaristia, quando se diz que o sacrifício de Cristo «se oferece incruenta e sacramentalmente na Eucaristia» pelas mãos dos presbíteros, e para o qual concorre o sacrifício espiritual dos fiéis.

O segundo número significativo deste Decreto é o número 5, acerca da relação dos presbíteros com a Eucaristia e os sacramentos. Deste relevamos os seguintes excertos:

«Na verdade, [os presbíteros] introduzem os homens no Povo de Deus pelo Baptismo; pelo sacramento da Penitência, reconciliam os pecadores com Deus e com a Igreja; com o óleo dos enfermos, aliviam os doentes; sobretudo com a celebração da Missa, oferecem sacramentalmente o Sacrifício de Cristo [...].

Portanto, o banquete eucarístico é o centro da assembleia dos fiéis a que o presbítero preside. Por isso, os presbíteros ensinam os fiéis a oferecer a Deus Pai a vítima divina no sacrifício da Missa, e a fazer, com ela, oblação da vida [...].

A casa de oração em que é celebrada e conservada a Santíssima Eucaristia, e os fiéis se reúnem, e na qual a presença do Filho de Deus, nosso Salvador, oferecido por nós

---

<sup>250</sup> PO, 3.

no altar do sacrifício, é venerada para auxílio e consolação dos fiéis, deve ser nobre e apta para as cerimónias sagradas.»<sup>251</sup>

No conjunto destes três excertos do número 5, três são também as afirmações mais relevantes para o tema em questão. No primeiro, diz-se claramente que os presbíteros «com a celebração da Missa, oferecem sacramentalmente o Sacrifício de Cristo»; no segundo, que «os presbíteros ensinam os fiéis a oferecer a Deus Pai a vítima divina no sacrifício da Missa»; e, por fim, acerca do templo onde se conserva a Santíssima Eucaristia, refere-se a consolação dos fiéis na veneração do Filho de Deus «oferecido por nós no altar do sacrifício».

Como podemos facilmente concluir, os três excertos deste número não hesitam em confessar a mesma identidade do sacrifício da Cruz e o da Eucaristia, seguindo a longa tradição doutrinal da Igreja a respeito do mistério eucarístico. Porém, não podemos deixar de sublinhar que, agora, a esta mesma doutrina sobre o sacrifício eucarístico se encontra mais unida aquela outra da participação dos fiéis pelos sacrifícios espirituais das suas vidas.

Esta mesma noção está presente no último número do Decreto *Presbyterorum ordinis* que houvemos por bem relevar:

«Como ministros das coisas sagradas, é sobretudo no sacrifício da Missa que os presbíteros fazem de um modo especial as vezes de Cristo, que se entregou como vítima para a santificação dos homens. Por isso, são convidados a imitar aquilo que tratam, enquanto, celebrando o mistério da morte do Senhor, procuram mortificar os seus membros de todos os seus vícios e concupiscências. No mistério do sacrifício eucarístico, em que os sacerdotes realizam a sua função principal, exerce-se continuamente a obra da nossa Redenção. Por isso, com instância se recomenda a sua celebração quotidiana, porque mesmo que não possa ter a presença dos fiéis, é acto de Cristo e da Igreja. Assim, enquanto que os presbíteros se unem com a própria acção de Cristo sacerdote,

---

<sup>251</sup> PO, 5.

oferecem-se todos os dias totalmente a Deus, e, alimentando-se do corpo do Senhor, participam amorosamente na caridade d'Aquele que se dá como alimento aos fiéis.»<sup>252</sup>

Da nossa análise ao supracitado excerto, salientamos a centralidade da afirmação: «No mistério do sacrifício eucarístico, em que os sacerdotes realizam a sua função principal, exerce-se continuamente a obra da nossa Redenção». Ela não só retoma a doutrina das Constituições *Sacrosantum concilium e Lumen gentium* – no mistério eucarístico opera-se «a obra da nossa Redenção»<sup>253</sup> – como também é em torno dela (no nosso entender) que estão dispostas as demais afirmações, neste caso, sobre a vida dos presbíteros. Na verdade, não só encontramos o convite aos presbíteros para que imitem nas suas vidas o mesmo mistério que celebram no sacrifício da Missa, como também a quotidiana celebração desta é fortemente recomendada, mesmo na ausência de fiéis. Por ela, os presbíteros «oferecem-se todos os dias totalmente a Deus», afirmação que confirma a tendência anteriormente salientada do Magistério conciliar em considerar, de modo mais explícito, a união da oblação da vida dos fiéis o sacrifício de Cristo representado no altar. E mais ainda, na forte recomendação da celebração eucarística quotidiana por parte dos presbíteros, podemos ver retomada, de modo implícito, a doutrina tridentina da *applicatio* e da eficácia *ex opere operatum*.

Para terminar este subcapítulo sobre os textos conciliares, destacamos apenas, no seguimento do documento anterior, o Decreto *Optatum totius* sobre a formação sacerdotal. No número 4, quando se exorta à preparação dos alunos dos Seminários para o ministério do culto, novamente se afirma que pela Eucaristia (e pelos sacramentos) os futuros sacerdotes exercem a obra da salvação:

---

<sup>252</sup> PO, 13.

<sup>253</sup> Cf. SC, 2; LG, 3.

«Preparem-se [os alunos dos Seminários] para o ministério do culto e santificação: para que, pela oração e exercício das sagradas funções litúrgicas, exerçam a obra da salvação através do sacrifício eucarístico e dos sacramentos.»<sup>254</sup>

## 2.2. No Magistério de Paulo VI

Ao tratarmos o Magistério eucarístico de Paulo VI é necessário distinguir aqueles documentos estritamente doutrinários (ainda que respondam a necessidades pastorais) daqueles eminentemente pastorais<sup>255</sup>. Entre os primeiros encontram-se a Encíclica *Mysterium Fidei* (3-IX-1965), integralmente dedicada ao mistério eucarístico, e os artigos 24 a 26 da *Sollemnis Professio Fidei* (30-VI-1968), relativos à Sagrada Eucaristia<sup>256</sup>.

É necessário ainda termos em conta que estes dois documentos se situam no contexto da reforma geral da liturgia, e do Missal Romano em particular. O primeiro, a Encíclica *Mysterium Fidei*, é publicado poucos meses antes do encerramento do Concílio; o segundo, cujo carácter é exclusivo, é pronunciado durante um período de progressiva reforma do Missal, embora antes da promulgação do novo *Ordo Missae*<sup>257</sup>. Também é importante sublinhar que os três pontos doutrinários fundamentais, a respeito da Eucaristia, que vieram a clarificar-se com a nova versão da *Institutio Generalis Missalis Romani* (Proémio e os artigos 7, 48, 55 e 60)<sup>258</sup>, são precisamente aqueles que haviam sido claramente delineados por Paulo

---

<sup>254</sup> OT, 4.

<sup>255</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 119.

<sup>256</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 119.

<sup>257</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 120.

<sup>258</sup> Uma vez que este documento está fora do âmbito da presente dissertação, as partes mencionadas com as suas respectivas alterações poderão ser consultadas no Apêndice.

VI, nestes dois documentos papais de que nos iremos ocupar, como pontos essenciais da doutrina eucarística<sup>259</sup>. Ora, esses três pontos são os seguintes<sup>260</sup>:

1. A natureza sacrificial da Missa;
2. A presença real por antonomásia de Cristo na Eucaristia desde o momento da consagração;
3. O valor hierárquico do sacerdócio ministerial.

A importância destes dois documentos é tal que autores há que os consideram como «os comentários de mais autêntico valor dos documentos conciliares, em especial da Constituição *Sacrosanctum concilium*»<sup>261</sup>.

### **2.2.1. A Encíclica *Mysterium Fidei***

Na Encíclica *Mysterium Fidei* são explicitados os pontos básicos sobre os quais se deveria apoiar a restauração litúrgica, da qual seria de esperar «frutos copiosos de piedade eucarística»<sup>262</sup>, por esta se centrar no próprio coração da sagrada liturgia<sup>263</sup>. Neste documento o mistério eucarístico é apresentado na sua integridade, a partir de uma visão unitária que sintetiza os diversos aspectos que o constituem: sacrifício, sacramento, culto<sup>264</sup>.

---

<sup>259</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 120.

<sup>260</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 120.

<sup>261</sup> A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 119-120.

<sup>262</sup> PAULO VI, *Mysterium Fidei*, 6, in AAS 57 (1965) 754.

<sup>263</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 120.

<sup>264</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 120.

Relativamente à ocasião do documento, é importante sublinhar o momento de então, onde uma «errónea desintegração do mistério, derivada de um descentrado “liturgismo” que sobrevalorizava desmesuradamente a sua índole comunitária, bem como a apropriação desacertada da moda do pensamento filosófico por parte da teologia contemporânea, havia recaído no aparecimento de posturas e teoria contrárias à fé e à piedade tradicionais da Igreja»<sup>265</sup>. Por esta razão, são delineados com nitidez os motivos pastorais que preocupavam o Pontífice, e que deram origem à Encíclica. Entre eles podemos destacar<sup>266</sup>:

1. O descrédito pelas chamadas Missas privadas;
2. A desvalorização da Presença Real fora da Missa, e conseqüentemente do seu culto de adoração;
3. A desvalorização teológica no tocante ao dogma da transubstanciação.

Aprofundando ainda a motivação próxima da Encíclica, podemos afirmar que está relacionada com a parcialidade de algumas visões cuja perigosidade para a fé o Papa Paulo VI faz alusão<sup>267</sup>. Entre elas há que distinguir aquelas que provêm de um exagerado “liturgismo” daquelas que assentam numa fundamentação filosófica errónea, própria de certos sectores teológicos<sup>268</sup>. Assim sendo, entras as erróneas visões assentes num exagerado “liturgismo”, podemos assinalar<sup>269</sup>:

- As que sobrevalorizam o aspecto comunitário da celebração eucarística, o que implica a concepção de *Sacrificium Ecclesiae* em função da comunidade presente, como elemento essencial determinante. Como consequência, temos a desvalorização das Missas privadas;

---

<sup>265</sup> A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 120.

<sup>266</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 121.

<sup>267</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 123.

<sup>268</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 123.

<sup>269</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 123.

- As que reduzem a presença sacramental de Cristo ao momento exclusivo da Missa, o que nasce de uma concepção da presença sacramental não substancial nem pessoal, uma vez que esta não se manteria fora da Missa. Como consequência, temos a desvalorização do culto fora da celebração, assim como de toda a manifestação de piedade eucarística.

No que toca às posturas teológicas, que têm por trás uma falsa concepção filosófica, assinala-se aquelas que se repercutem na ilustração do dogma<sup>270</sup>. Eis algumas<sup>271</sup>:

- As que concebem um tipo de *presença simbólica* de Cristo nas espécies eucarísticas, isto é, não física nem objectiva, mas antes pneumática, de Cristo glorioso;
- As que propõem uma reformulação do dogma eucarístico com novas categorias existencialistas, como aquelas que supõem os termos “transignificação” e “transfinalização” opostas, portanto, à formulação tradicional do conceito e vocábulo ‘transubstanciação’, por considerarem este último como produto de um relativismo histórico. Como consequência, temos a desvalorização da adoração e culto da presença real fora da Missa.

Perante este contexto, a Encíclica papal, como dissemos anteriormente, constitui este importante documento magisterial pelo qual Paulo VI reafirma a doutrina perene a respeito do mistério eucarístico: 1) o valor sacrificial da Missa, que será o objecto directo da nossa atenção; 2) a presença real por antonomásia; 3) o valor hierárquico ministerial que torna possível a sua renovação perpétua.

---

<sup>270</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 123.

<sup>271</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 123-124.

Atendendo agora ao seu conteúdo, percebemos que a exposição doutrinal começa com a consideração unitária dos dois aspectos fundamentais do mistério eucarístico – sacrifício e presença real –, apresentados de modo estreito e inseparavelmente vinculados<sup>272</sup>.

«Convém recordar primeiramente aquilo que é, por assim dizer, a síntese e o ponto mais sublime desta doutrina: que no Mistério Eucarístico é representado de modo admirável o Sacrifício da Cruz, consumado uma vez para sempre no Calvário; e que nele se relembra perenemente a sua eficácia salutar na remissão dos pecados que todos os dias cometemos».<sup>273</sup>

«O pouco, que a propósito do Sacrifício da Missa expusemos, leva-nos a dizer também alguma coisa do Sacramento da Eucaristia. Um e outro, Sacrifício e Sacramento, fazem parte do mesmo Mistério, tanto que não é possível separar um do outro. O Senhor imola-se de modo incruento no Sacrifício da Missa, que representa o Sacrifício da Cruz e lhe aplica a eficácia salutar, no momento em que, pelas palavras da consagração, começa a estar sacramentalmente presente, como alimento espiritual dos féis, sob as espécies de pão e de vinho.»<sup>274</sup>

De seguida, o documento especifica, com terminologia precisa, o tipo de presença de Cristo na Eucaristia:

«[...] neste Sacramento Cristo se torna presente pela conversão de toda a substância do pão no seu Corpo e de toda a substância do vinho no seu Sangue; conversão admirável e sem paralelo, que a Igreja Católica chama, com razão e propriedade, “transubstanciação”. Depois da transubstanciação as espécies do pão e do vinho tomam nova significação e nova finalidade, deixando de pertencer a um pão usual e a uma bebida usual, para se tornarem sinal de coisa sagrada e sinal de alimento espiritual; mas só adquirem nova significação e nova finalidade por conterem nova “realidade”, a que chamamos com razão “ontológica”».<sup>275</sup>

---

<sup>272</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 121.

<sup>273</sup> PAULO VI, *Mysterium Fidei*, 27, in AAS 57 (1965) 759.

<sup>274</sup> PAULO VI, *Mysterium Fidei*, 34, in AAS 57 (1965) 762.

<sup>275</sup> PAULO VI, *Mysterium Fidei*, 48, in AAS 57 (1965) 766.

«Não está Cristo somente como figura e virtude do Sacramento, mas também na propriedade da natureza e na realidade da substância (*non tantum per signum et virtutem sacramenti, sed in proprietate naturæ et veritate substantiæ*).»<sup>276</sup>

Em terceiro lugar, outra ideia fundamental que podemos colher desta Encíclica é precisamente a ligação entre sacrifício-sacramento com a Igreja, donde deriva o designado aspecto ‘social’ do Mistério Eucarístico<sup>277</sup>. A valorização deste aspecto, muito embora focando o culto eucarístico, nem por isso se reduz ao culto fora da Missa:

«Como é desejável, participem os fiéis activamente, cada dia e em grande número, no Sacrifício da Missa, vindo alimentar-se da sagrada Comunhão, com intenção pura e santa, e dando graças a Cristo Senhor Nosso por tão grande dom. Recordem-se destas palavras: “O desejo de Jesus Cristo e da Igreja, de que todos os fiéis se aproximem quotidianamente da sagrada mesa, consiste sobretudo nisto: em que os féis, unindo-se a Deus pelo Sacramento, dele recebam força para dominar a concupiscência, lavar as culpas leves quotidianas, e prevenir as faltas graves a que está sujeita a fragilidade humana”. Durante o dia, não deixem de visitar o Santíssimo Sacramento, que se deve conservar nas igrejas no lugar mais digno, e com máxima honra, segundo as leis litúrgicas; cada visita é prova de gratidão, sinal de amor e dever de adoração a Cristo Senhor Nosso, ali presente.»<sup>278</sup>

«Donde se segue que o culto eucarístico promove muito nas almas o amor “social”, que nos leva a antepor o bem comum ao bem particular, a fazer nossa a causa da comunidade, da paróquia e da Igreja universal, e a dilatarmos a caridade até abraçarmos o mundo inteiro; sabemos que em toda a parte há membros de Cristo.»<sup>279</sup>

No tocante ao nosso estudo, é significativo sublinhar que, na Encíclica em questão, os diversos pontos abordados encontram-se como que dispostos ou unidos por uma ideia central, que é precisamente a da realidade do Sacrifício Eucarístico<sup>280</sup>. Atendendo aos testemunhos da Tradição nela recolhidos, verificamos que desde as origens do cristianismo se entende a celebração da Eucaristia não apenas como perpetuação daquilo mesmo que Cristo fez na

---

<sup>276</sup> PAULO VI, *Mysterium Fidei*, 54, in AAS 57 (1965) 768.

<sup>277</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 121.

<sup>278</sup> PAULO VI, *Mysterium Fidei*, 68, in AAS 57 (1965) 771.

<sup>279</sup> PAULO VI, *Mysterium Fidei*, 71, in AAS 57 (1965) 772.

<sup>280</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 121.

Última Ceia mas igualmente como participação real na Vítima do Sacrifício<sup>281</sup>. Daqui decorre uma outra ideia que consideramos fundamental: a veracidade do sacrifício exige a realidade da presença do Corpo e do Sangue de Cristo<sup>282</sup>. Por isto mesmo, ousamos assumir, como conclusão desta breve análise, a ideia de um autor contemporâneo, segundo o qual a transubstanciação encontra-se ordenada à realização do Sacrifício eucarístico, que acontece de modo sacramental<sup>283</sup>.

### 2.2.2. A *Sollemnis Professio Fidei*

O documento que agora iremos analisar trata-se da profissão de fé feita pelo Papa Paulo VI a 30 de Junho de 1968 na basílica de S. Pedro, por ocasião do encerramento do Ano da Fé que celebrava o 19º centenário do martírio dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo<sup>284</sup>. Muito embora não faça parte do objectivo do presente trabalho analisar as circunstâncias históricas que motivaram a emanção deste documento, não podemos deixar de mencionar que esta solene profissão de fé pode ter correspondido em grande medida ao desejo manifestado pelo Sínodo de 1967 de “que a Sé Apostólica, ouvidas as Conferências episcopais, publique uma declaração positiva e pastoral sobre as questões referentes à actual problemática doutrinal, para dirigir com segurança a fé do Povo de Deus”<sup>285</sup>, embora o documento aponte apenas para um acto exclusivamente papal. Por outro lado, vislumbra-se

---

<sup>281</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 121.

<sup>282</sup> Cf. A. PIOLANTI, “I motivi dell’Enciclica *Mysterium Fidei*”, cit. in A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 121.

<sup>283</sup> Cf. L. IAMMARRONE, “Relazione tra la transustanziazione e il sacrificio-convito sacramentale”, cit. in A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 121.

<sup>284</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 125.

<sup>285</sup> F. SEPER, *Le rapport de la commission doctrinale du Synode*, in *La Documentation Catholique* 1505 (1967) 1986.

também uma resposta clara aos pontos fundamentais da doutrina que deviam ser corrigidos no Catecismo Holandês, nascido da fermentação das ideias erróneas do momento<sup>286</sup>.

Podemos constatar que as dificuldades que surgem na época correspondem a um novo conceito da presença e da eficácia actual do mistério de Deus no mundo, relacionados sobretudo com pontos como sejam a Palavra de Deus, os sacramentos e o sacerdócio<sup>287</sup>. Estes assuntos haviam sido contestados em alguns sectores, segundo uma lógica filosófica de exclusão quer, da teologia natural quer da analogia do ente<sup>288</sup>.

Falando agora do valor da *Sollemnis Professio Fidei*, podemos qualifica-la como uma documento de grande importância, porque, embora não se trata de uma definição dogmática propriamente dita, reúne algumas características que lhe conferem “máxima autoridade”<sup>289</sup>:

- Dirige-se à Igreja universal (bem como a todos os que buscam a verdade)
- Por ter sido proclamada “em nome de todo o povo de Deus”<sup>290</sup>, donde a comum designação de “Credo do Povo de Deus”, que intitulava as primeiras edições em vários idiomas.
- Pela presença de expressões específicas de todo o acto de fé (a palavra “Cremos” encontra-se repetida inúmeras vezes)

Podemos então concluir que é neste contexto de clarificação de verdades, “postuladas pelas condições espirituais desta época”<sup>291</sup>, que se pode situar o presente documento com os seus

---

<sup>286</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 126.

<sup>287</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 127.

<sup>288</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 127.

<sup>289</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 127.

<sup>290</sup> PAULO VI, *Sollemnis Professio Fidei*, 7, in AAS 60 (1968) 435.

<sup>291</sup> PAULO VI, *Sollemnis Professio Fidei*, 3, in AAS 60 (1968) 434.

artigos sobre a Eucaristia (artigos 24 a 26). Estes mesmos artigos reafirmam aqueles já mencionados na Encíclica *Mysterium Fidei*, a saber<sup>292</sup>:

1. A natureza sacrificial da Missa (artigo 24);
2. A presença real de Cristo operada pela conversão substancial que se realiza na Missa (artigos 24, 25 e 26);
3. O carácter hierárquico do sacerdócio ministerial (artigo 24).

Voltando agora a nossa atenção para o texto propriamente dito, podemos constatar que a profissão de fé na Eucaristia inicia-se precisamente com afirmações solenes a respeito do carácter sacrificial da Missa, em estreita ligação com as outras dimensões mencionadas<sup>293</sup>:

«Cremos que a Missa, celebrada pelo sacerdote que representa a pessoa de Cristo em virtude do poder recebido no sacramento da Ordem, e oferecida por ele em nome de Cristo e dos membros do seu Corpo Místico, é verdadeiramente o sacrifício do Calvário tornado sacramentalmente presente sobre os nossos altares.»<sup>294</sup>

Neste, como nos artigos seguintes, torna-se clara uma explicitação da doutrina na qual se detectam matizes enriquecedores relativamente à exposição magisterial anterior<sup>295</sup>. Neste sentido, distingue-se o acto específico do sacerdote na celebração do sacrifício – o qual só a ele compete em virtude de representar a Pessoa de Cristo – do da sua oblação pelo qual o sacrifício é oferecido pelo sacerdote em nome de Cristo e dos membros do seu Corpo<sup>296</sup>.

Sublinha-se ainda o valor sacrificial da Última Ceia identificada, mediante a consagração, com o sacrifício da Cruz, e recorda-se também que a Última Ceia se identifica por sua vez com o sacrifício da Missa; nesta, o acto da consagração compete apenas a quem,

---

<sup>292</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 128.

<sup>293</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 128.

<sup>294</sup> PAULO VI, *Sollemnis Professio Fidei*, 24, in AAS 60 (1968) 442.

<sup>295</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 129.

<sup>296</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 129.

em virtude do poder sacramental recebido de Cristo, foi conferido o sacerdócio ministerial para actuar *in persona Christi*.

«Cremos que, assim como o pão e o vinho consagrados pelo Senhor na Última Ceia foram mudados no seu Corpo e no seu Sangue, que dali a pouco iam ser oferecidos por nós na Cruz, assim também o pão e o vinho consagrados pelo sacerdote se mudam no Corpo e no Sangue de Cristo gloriosamente reinante no céu.»<sup>297</sup>

É reforçada igualmente a conexão entre presença e sacrifício quando no artigo 26 se precisa que o mesmo Cristo, na sua “única e indivisível existência”, que “não se multiplica”, se faz presente nos vários lugares do orbe da terra onde se realiza o sacrifício eucarístico, permanecendo, além disso, depois da celebração do mesmo<sup>298</sup>.

«A única e indivisível existência de Cristo Senhor glorioso no céu não é multiplicada pelo sacramento mas é tornada presente nos diversos lugares da terra onde se celebra o sacrifício eucarístico. Eis aí temos aquele “Mistério da fé” e das riquezas eucarísticas, que todos sem excepção devemos aceitar. Depois do sacrifício, tal existência continua presente no santíssimo sacramento, que é, no Tabernáculo, o coração vivente de cada urna das nossas igrejas. É para nos um dever suavíssimo honrar e adorar no Pão santo, que os nossos olhos vêem, o Verbo incarnado, que eles não podem ver, e que, sem deixar o céu, se tornou presente diante de nós.»<sup>299</sup>

### 2.3. No Magistério de João Paulo II

O pontificado de João Paulo II, de vinte e sete anos de duração, revelou-se muito frutuoso. Com efeito, através dos seus numerosos pronunciamentos, podemos afirmar que

---

<sup>297</sup> PAULO VI, *Sollemnis Professio Fidei*, 24, in AAS 60 (1968) 442.

<sup>298</sup> Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 129.

<sup>299</sup> PAULO VI, *Sollemnis Professio Fidei*, 26, in AAS 60 (1968) 443.

João Paulo II terá tratado de todos os assuntos mais relevantes, manifestando aquilo que é o pensamento eclesial sobre cada um deles. Desde a fé e a moral, até à ciência, passando pelos jovens, ancião e artistas, todos os homens de todas as condições estarão de algum modo incluídos nos seus diversos discursos.

Sobre o tema da Eucaristia, foram várias as circunstâncias e eventos que João Paulo II concedeu à Igreja para meditar e aprofundar este mistério. Longe de fazer uma lista exaustiva de todos eles, sublinhamos apenas a Carta Apostólica *Dominicæ cenæ*, a Carta Apostólica *Mane nobiscum Domine* e o Ano da Eucaristia, a Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*, alguns discursos<sup>300</sup> e algumas catequeses<sup>301</sup> do ano 2000.

Para o nosso trabalho, iremos analisar os documentos que, cremos nós, são os mais significativos para o tema em questão. Seguindo a linha cronológica, começaremos por atentar à carta *Dominicæ cenæ*; continuaremos com alguns números do Catecismo da Igreja Católica e, finalmente, com o mais recente documento sobre a Eucaristia do pontificado de João Paulo II, a Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*.

### 2.3.1. A carta *Dominicæ cenæ*

Na carta *Dominicæ cenæ* de 24 de Fevereiro de 1980, João Paulo II trata de alguns aspectos a respeito do culto e do mistério da Santíssima Eucaristia. Após um primeiro

---

<sup>300</sup> Cf. Selecção do sítio da Santa Sé (6/X/2012):  
[http://www.vatican.va/holy\\_father/special\\_features/eucharist/documents/eucharist-speeches\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/special_features/eucharist/documents/eucharist-speeches_po.html)

<sup>301</sup> Cf. Selecção do sítio da Santa Sé (6/X/2012):  
[http://www.vatican.va/holy\\_father/special\\_features/eucharist/documents/eucharist-audiences\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/special_features/eucharist/documents/eucharist-audiences_po.html)

capítulo dedicado ao “mistério eucarístico na vida da Igreja e do sacerdote”, é no segundo que concentraremos a nossa atenção, pois é nele que encontramos tratado o aspecto sacrificial da Eucaristia, objecto do nosso estudo.

Relativamente ao conteúdo do segundo capítulo, podemos-lo encontrar enunciado logo no título: “Sacralidade da Eucaristia e Sacrifício”. Certamente opondo-se a algumas contrafacções que pretendiam atribuir o valor sagrado da Eucaristia apenas à veneração por parte do homem, João Paulo II vai explicar, ao tratar a sacralidade da Eucaristia, que esta se encontra em estreita relação com a presença de Cristo e do seu mistério no coração de cada Missa<sup>302</sup>:

«Acção santa e sagrada porque é constitutiva das sagradas Espécies, de *Sancta sanctis*, isto é, de coisas santas – Cristo, o Santo – dadas aos santos, como cantam todas as liturgias do Oriente, no momento em que se eleva o Pão eucarístico para convidar os fiéis para a Ceia do Senhor.

O *Sacrum* da Missa não é, pois, uma “sacralização”, ou seja, um acrescentamento do homem à acção de Cristo no Cenáculo, uma vez que a Ceia da Quinta-Feira Santa foi um rito sagrado, liturgia primária e constitutiva com a qual Cristo, empenhando-se em dar a vida por nós, celebrou sacramentalmente, Ele próprio, o mistério da sua Paixão e Ressurreição, coração de todas as Missas. Derivando-se desta liturgia, as nossas Missas de per si revestem uma forma litúrgica completa, que, embora diversificada, conforme as famílias rituais que a celebram, permanece substancialmente idêntica. O *Sacrum* da Missa é uma sacralidade instituída por Ele, Cristo.»<sup>303</sup>

Vemos, portanto, que a sacralidade da Eucaristia, o *sacrum*, não é obra do homem mas dom de Cristo que devemos acolher com respeito e veneração<sup>304</sup>.

Feita esta breve menção à sacralidade da Eucaristia, passamos agora à análise da outra dimensão que o capítulo segundo refere, isto é, a Eucaristia como sacrifício. De facto, sobre

---

<sup>302</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 377.

<sup>303</sup> JOÃO PAULO II, *Dominicæ cenæ*, 8, in AAS 72 (1980) 128.

<sup>304</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 377.

esta matéria a Carta é particularmente explícita, e usa expressões que manifestam a fé comum de todas as Igrejas do Oriente e do Ocidente:

«A Eucaristia é, acima de, tudo, um Sacrifício: sacrifício da Redenção e, ao mesmo tempo, sacrifício da nova Aliança, como nós acreditamos e claramente professam as Igrejas do Oriente: “o sacrifício hodierno – afirmou há alguns séculos atrás a Igreja Grega – é como aquele que um dia ofereceu o Unigénito Verbo Encarnado; e é (hoje como então) por Ele oferecido, sendo o mesmo e único Sacrifício”. Por isso, e precisamente com o tornar presente este único Sacrifício da nossa Salvação, o homem e o mundo são restituídos a Deus por meio da novidade pascal da Redenção. E uma tal restituição a Deus não pode vir a falhar: ela é fundamento da “nova e eterna aliança” de Deus com o homem e do homem com Deus. Se viesse a faltar uma tal restituição, dever-se-ia pôr em questão quer a excelência do sacrifício da Redenção, o qual no entanto foi perfeito e definitivo, quer o valor sacrificial da Santa Missa. A Eucaristia, por conseguinte, sendo verdadeiro sacrifício opera esta restituição a Deus.»<sup>305</sup>

Como dissemos anteriormente, a Carta é muito clara ao afirmar a dimensão sacrificial da Eucaristia: «A Eucaristia é, acima de, tudo, um Sacrifício». Todavia, é interessante notarmos que o texto refere duas modalidades de sacrifício presentes na Santa Missa, a saber, de *redenção* e de *nova Aliança*. A primeira remete-nos de imediato para a ideia de redenção *do pecado*, para a dimensão expiatória do sacrifício eucarístico. Por esta mesma razão, recordamos a doutrina condensada no Concílio de Trento em que, diante dos erros protestantes, se afirma o carácter expiatório da Santa Missa<sup>306</sup>: «Se alguém disser que o sacrifício da Missa é apenas de louvor e de acção de graças ou pura comemoração do sacrifício da Cruz e não verdadeiramente propiciatório, ou que serve apenas a quem dele se alimenta e que não se deve oferecer pelos vivos e pelos defuntos, pelos pecados, penas e satisfações e outras necessidades, seja excomungado»<sup>307</sup>.

---

<sup>305</sup> JOÃO PAULO II, *Dominicæ cenæ*, 9, in AAS 72 (1980) 130-131.

<sup>306</sup> Cf. J. S. MARTINS, *A Eucaristia* (Lisboa: UCE 2002) 202-203.

<sup>307</sup> DS-1753.

Porém, o parágrafo supracitado faz menção ao sacrifício da nova Aliança que se realiza na Santa Missa. Neste caso, a noção de aliança remete-nos para a *aliança sinaítica* concluída por meio de Moisés; o paralelismo entre as palavras do cenáculo – «isto é o meu sangue da aliança» (*Mt 26, 27-28*) – e as palavras de Moisés – «eis o sangue da aliança, que o Senhor concluiu convosco» (*Ex 24, 8*) – mostra isso mesmo<sup>308</sup>.

A propósito da noção de aliança convém relevar a importância que o *sangue* representa para esta mesma noção. Pela descrição do livro do Êxodo, capítulo 24, sabemos que Moisés, após a recepção do decálogo, conclui a aliança de Deus com o povo pela imolação de animais, pois toda a aliança, de acordo com a concepção semita, devia concluir-se *in sanguine*, ou seja, no sangue das vítimas, dito *sanguis fœderis*<sup>309</sup>. Neste sentido, o Êxodo não se orienta apenas para a libertação da escravidão mas também para a aliança, daí a dupla comemoração na celebração anual da Páscoa judaica<sup>310</sup>. A aliança representa um contrato, no qual Deus promete proteger o povo e defendê-lo contra os seus inimigos, e do povo, por sua vez, exige obediência aos seus preceitos<sup>311</sup>. Mas a história do povo diz-nos que tal aliança foi ab-rogada por causa da infidelidade do povo; mas Deus, na sua fidelidade e misericórdia, enuncia e promete uma nova aliança pela qual serão restabelecidas, agora de modo definitivo e irrevogável, as relações quebradas, inaugurar-se-á como que um matrimónio entre Deus e a humanidade pela aliança messiânica<sup>312</sup>. Esta nova aliança será estabelecida por Cristo na Última Ceia: «isto é o meu sangue da aliança». Desta nova aliança nascerá um novo povo de Deus e uma nova lei redutível ao mandamento do amor a Deus e aos irmãos<sup>313</sup>.

Detivemo-nos um pouco mais neste ponto pois, no nosso entender, ele pode representar uma boa chave-de-leitura para aquilo que o texto da Carta diz de seguida. De

---

<sup>308</sup> Cf. J. S. MARTINS, *A Eucaristia*, 246.

<sup>309</sup> Cf. Cf. J. S. MARTINS, *A Eucaristia*, 246.

<sup>310</sup> Cf. Cf. J. S. MARTINS, *A Eucaristia*, 247.

<sup>311</sup> Cf. Cf. J. S. MARTINS, *A Eucaristia*, 247.

<sup>312</sup> Cf. Cf. J. S. MARTINS, *A Eucaristia*, 247.

<sup>313</sup> Cf. Cf. J. S. MARTINS, *A Eucaristia*, 247.

facto, quando se afirma que «precisamente com o tornar presente este único Sacrifício da nossa Salvação, o homem e o mundo são restituídos a Deus por meio da novidade pascal da Redenção», percebemos que a restituição de que fala o texto acontece porque o sacrifício é um sacrifício de redenção (que supõe a deleção do pecado) e um sacrifício de nova aliança (pelo qual se (r)estabelece a comunhão com Deus). Esta mesma restituição está na base da afirmação da íntima relação entre o sacrifício da Cruz e o sacrifício da Missa, já que, como afirma o texto, «Se viesse a faltar uma tal restituição, dever-se-ia pôr em questão quer a excelência do sacrifício da Redenção, o qual no entanto foi perfeito e definitivo, quer o valor sacrificial da Santa Missa».

A verdade do sacrifício da Missa, anteriormente afirmada, leva João Paulo II a considerar a verdade do sacrifício oferecido pelo sacerdote:

«Daqui se segue que o celebrante, enquanto ministro daquele Sacrifício, é o autêntico Sacerdote, que opera – em virtude do poder específico da sagrada Ordenação – um verdadeiro acto sacrificial que reconduz os seres a Deus. Por outro lado, todos aqueles que participam na Eucaristia, sem sacrificar como o celebrante, oferecem com ele, em virtude do sacerdócio comum, os seus próprios sacrifícios espirituais, representados pelo pão e pelo vinho, desde o momento da apresentação destes ao altar.»<sup>314</sup>

Aqui sobressai também o último aspecto que iremos relevar nesta nossa análise, que é precisamente a participação no sacrifício da Missa daqueles que não o celebrante. De facto, embora João Paulo II mostre claramente que apenas o celebrante, «em virtude do poder específico da sagrada Ordenação», seja o único a oferecer o verdadeiro acto sacrificial, contudo todos os demais participantes também concorrem para o oferecimento daquele sacrifício, porque «sem sacrificar como o celebrante, oferecem com ele, em virtude do sacerdócio comum, os seus próprios sacrifícios espirituais».

---

<sup>314</sup> JOÃO PAULO II, *Dominicæ cenæ*, 9, in AAS 72 (1980) 131.

Concluimos esta nossa análise com uma citação da Carta de João Paulo II, que nos parece oferecer uma boa síntese entre os diversos elementos sublinhados:

«Todos aqueles que participam com fé na Eucaristia se dão conta de que ela é *Sacrificium*, ou seja uma “Oferta consagrada”. Com efeito, o pão e o vinho, presentes no altar e acompanhados da devoção e dos sacrifícios espirituais dos participantes, são finalmente consagrados, de tal modo que se tornam verdadeira, real e substancialmente o Corpo entregue e o Sangue derramado do próprio Cristo. Assim, em virtude da consagração, as Espécies do pão e do vinho tornam presente, de modo sacramental e incruento, o Sacrifício cruento e propiciatório oferecido pelo mesmo Cristo na Cruz ao Pai pela salvação do mundo.»<sup>315</sup>

### **2.3.2. O Catecismo da Igreja Católica**

O Catecismo da Igreja Católica, promulgado por João Paulo II a 11 de Outubro de 1992, constitui certamente um dos principais frutos do II Concílio do Vaticano. Nele, de facto, encontramos condensada a doutrina católica desde os primórdios da Igreja, com especial destaque para o contributo do último Concílio ecuménico. Da mesma forma que na sequência do Concílio tridentino surgiu o conhecido Catecismo Romano, como forma excelente de acesso e divulgação da doutrina católica, cremos ser igualmente esta a motivação da elaboração deste catecismo: «guardar e apresentar melhor o depósito precioso da doutrina cristã, para o tornar mais acessível aos fiéis de Cristo e a todos os homens de boa vontade»<sup>316</sup>.

A doutrina sobre o sacramento da Eucaristia encontra-se no capítulo primeiro da segunda parte, a propósito dos sacramentos da iniciação cristã. Embora o artigo sobre este

---

<sup>315</sup> JOÃO PAULO II, *Dominicæ cenæ*, 9, in AAS 72 (1980) 132-133.

<sup>316</sup> JOÃO PAULO II, *Fidei depositum*, 1, in AAS 86 (1994) 113.

sacramento exponha a doutrina em sete subcapítulos, todavia iremos deter-nos sobretudo no quinto subcapítulo, a propósito do “sacrifício sacramental”. Todavia, antes ainda de atentarmos a este subcapítulo, pensamos ser útil recolher algumas declarações a respeito da natureza sacrificial da Eucaristia a partir de outros números do mesmo catecismo. Assim, o nosso primeiro destaque dirige-se para o número 1330, o qual, situando-se no conjunto dos números que tratam dos vários nomes da Eucaristia, declara:

«*Memorial* da paixão e ressurreição do Senhor.

*Santo Sacrifício*, porque actualiza o único sacrifício de Cristo Salvador e inclui a oferenda da Igreja; ou ainda *santo Sacrifício da Missa*, «*Sacrifício de louvor*» (Hb 13, 15), *Sacrifício espiritual*, *Sacrifício puro e santo*, pois completa e ultrapassa todos os sacrifícios da Antiga Aliança.»<sup>317</sup>

Esta colecção de designações pelas quais também se diz o sacramento da Eucaristia apontam, desde logo, para uma dimensão fundamental da mesma, a já sublinhada dimensão sacrificial. No nosso entender, assume especial importância a expressão inicial «memorial da paixão e ressurreição do Senhor». Na verdade, é este facto que permite dizer a Eucaristia como um sacrifício, pois esta apenas o é na medida em que está em estreita relação com o mistério pascal de Cristo, a sua paixão e ressurreição. Não será por acaso que o Catecismo encabeça este número com esta mesma noção.

Outro número que achamos por bem relevar é o número 1353, situado, desta feita, no conjunto de números sobre o desenrolar da celebração. Este número em particular, quando menciona a narrativa da instituição, afirma claramente a mesma identidade entre o acontecimento da Cruz e o acontecimento do altar:

«[...] na *narração da instituição*, a força das palavras e da acção de Cristo e o poder do Espírito Santo tornam sacramentalmente presentes, sob as espécies do pão e do vinho,

---

<sup>317</sup> *Catecismo da Igreja Católica* (Coimbra: Gráfica de Coimbra 2000) 1330.

o corpo e o sangue do mesmo Cristo, o seu sacrifício oferecido na cruz de uma vez por todas.»<sup>318</sup>

Feitas estas sublinhas preliminares, voltamos agora a nossa atenção para o subcapítulo quinto, sobre o sacrifício sacramental propriamente dito. Uma observação atenta à sua estrutura externa permite-nos tirar de imediato uma conclusão. Seguindo a linha do Magistério mais recente, o Catecismo trata neste único subcapítulo de três dimensões do mistério eucarístico, sendo a primeira a de “Acção de graças e o louvor ao Pai”<sup>319</sup>; a segunda, “O memorial do sacrifício de Cristo e do seu corpo, a Igreja”<sup>320</sup>; e finalmente a terceira, sobre “A presença de Cristo pelo poder da sua palavra e do Espírito Santo”<sup>321</sup>. Ou seja, verificamos uma tendência mais unitária no tratamento das diversas dimensões do sacramento da Eucaristia, ao contrário da clássica divisão dos tratados sobre o sacrifício, presença e comunhão<sup>322</sup>.

Analisando, portanto, a segunda dimensão apontada pelo Catecismo, verificamos que este, à semelhança do que já realçámos anteriormente, afirma a única identidade entre o sacrifício da Cruz e o sacrifício da Eucaristia:

«A Eucaristia é o memorial da Páscoa de Cristo, a actualização e a oferenda sacramental do seu único sacrifício, na liturgia da Igreja que é o seu corpo.»<sup>323</sup>

Duas expressões merecem atenção, em virtude de se encontrarem desenvolvidas mais adiante: *memorial* e *actualização*. Podemos ler:

---

<sup>318</sup> *Catecismo da Igreja Católica*, 1353.

<sup>319</sup> Cf. *Catecismo da Igreja Católica*, 1359-1361.

<sup>320</sup> Cf. *Catecismo da Igreja Católica*, 1362-1372.

<sup>321</sup> Cf. *Catecismo da Igreja Católica*, 1373-1381.

<sup>322</sup> Cf. Pág. 58 da presente dissertação. No nosso entender, esta tendência mais unitária do Catecismo da Igreja Católica mantém-se, mesmo apesar de o tema da comunhão se encontrar mais detalhadamente exposto no subcapítulo VI do artigo em questão. Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 93-94.

<sup>323</sup> *Catecismo da Igreja Católica*, 1362.

«O memorial recebe um sentido novo no Novo Testamento. Quando a Igreja celebra a Eucaristia, faz memória da Páscoa de Cristo, e esta torna-se presente: o sacrifício que Cristo ofereceu na cruz uma vez por todas, continua sempre actual.»<sup>324</sup>

Constatamos que a palavra “memorial” ganha, no contexto da liturgia, e da Eucaristia em particular, um duplo sentido: por um lado este significa memória da Páscoa de Jesus, mas, por outro, ele traduz também aquele tornar-se presente do mesmo mistério pascal de Cristo. E porque este mistério se torna presente, daqui decorre que este se torna “sempre actual”; *memorial* implica sempre, portanto, *actualização* da Páscoa de Cristo.

O número seguinte desenvolve estas ideias e estabelece a estreita relação entre memorial e sacrifício:

«Porque é o memorial da Páscoa de Cristo, *a Eucaristia é também um sacrifício*. O carácter sacrificial da Eucaristia manifesta-se nas próprias palavras da instituição: “Isto é o meu corpo, que vai ser entregue por vós” e “este cálice é a Nova Aliança no meu sangue, que vai ser derramado por vós” (*Lc 22, 19-20*). Na Eucaristia, Cristo dá aquele mesmo corpo que entregou por nós na cruz, aquele mesmo sangue que “derramou por muitos em remissão dos pecados” (*Mt 26, 28*).»<sup>325</sup>

E o número 1366 conclui da seguinte forma:

«A Eucaristia é, pois, um sacrifício, porque *representa* (torna presente) o sacrifício da cruz, porque é dele o *memorial* e porque *aplica* o seu fruto.»<sup>326</sup>

Só à luz desta compreensão se pode entender que:

«O sacrifício de Cristo e o sacrifício da Eucaristia são *um único sacrifício*: “É uma só e mesma vítima e Aquele que agora Se oferece pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que outrora Se ofereceu a Si mesmo na cruz; só a maneira de oferecer é que é diferente”. E porque “neste divino sacrifício, que se realiza na Missa, aquele mesmo Cristo, que a Si mesmo Se ofereceu outrora de modo cruento sobre o altar da cruz, agora

---

<sup>324</sup> *Catecismo da Igreja Católica*, 1364.

<sup>325</sup> *Catecismo da Igreja Católica*, 1365.

<sup>326</sup> *Catecismo da Igreja Católica*, 1366.

está contido e é imolado de modo incruento [...], este sacrifício é verdadeiramente propiciatório”.<sup>327</sup>

Por fim, o último aspecto que houvermos por bem relevar é aquele de que fala o número 1368: «*A Eucaristia é igualmente o sacrifício da Igreja*». Na verdade, aquela mesma doutrina já anteriormente destacada, sobre o modo como os fiéis concorrem para a oblação da Eucaristia com os seus sacrifícios espirituais e as suas oferendas, encontra neste ponto um lugar privilegiado. Esta doutrina assenta naqueloutra do *Corpo Místico* de Cristo, pelo que Cristo-Cabeça, ao seu sacrifício, sempre associa a Igreja, seu Corpo.

«A Igreja, que é o corpo de Cristo, participa na oblação da sua Cabeça. Com Ele, ela própria é oferecida integralmente. Ela une-se à sua intercessão junto do Pai em favor de todos os homens. Na Eucaristia, o sacrifício de Cristo torna-se também o sacrifício dos membros do seu corpo. A vida dos fiéis, o seu louvor, o seu sofrimento, a sua oração, o seu trabalho unem-se aos de Cristo e à sua oblação total, adquirindo assim um novo valor. O sacrifício de Cristo presente sobre o altar proporciona a todas as gerações de cristãos a possibilidade de se unirem à sua oblação.»<sup>328</sup>

A doutrina do Corpo Místico de Cristo, que resplandece de modo particular na Eucaristia, é também ela o fundamento da unidade de toda a Igreja, pelo que todos os membros do Corpo de Cristo, qualquer que seja o seu estado, participam, de alguma forma, do único sacrifício da sua Cabeça:

«*Toda a Igreja está unida à oblação e intercessão de Cristo.*»<sup>329</sup>

«À oblação de Cristo unem-se não só os membros que estão ainda neste mundo, mas também os que já estão *na glória do céu.*»<sup>330</sup>

«O sacrifício eucarístico é também oferecido *pelos fiéis defuntos*, “que morreram em Cristo e não estão ainda de todo purificados”, para que possam entrar na luz e na paz de Cristo.»<sup>331</sup>

---

<sup>327</sup> *Catecismo da Igreja Católica*, 1367.

<sup>328</sup> *Catecismo da Igreja Católica*, 1368.

<sup>329</sup> *Catecismo da Igreja Católica*, 1369.

<sup>330</sup> *Catecismo da Igreja Católica*, 1370.

### 2.3.3. A encíclica *Ecclesia de Eucharistia*

Esta encíclica de João Paulo II consiste no mais recente pronunciamento magisterial a respeito da Eucaristia. Embora possamos encontrar tantos outros pronunciamentos eucarísticos ao longo do seu extenso pontificado, houve por bem a João Paulo II tratar do tema da Eucaristia, inserindo-se na linha do Magistério constante:

«A Eucaristia, presença salvífica de Jesus na comunidade dos fiéis e seu alimento espiritual, é o que de mais precioso pode ter a Igreja no seu caminho ao longo da história. Assim se explica a *cuidadosa atenção* que ela sempre reservou ao mistério eucarístico, uma atenção que sobressai com autoridade no magistério dos Concílios e dos Sumos Pontífices. Como não admirar as exposições doutrinárias dos decretos sobre a Santíssima Eucaristia e sobre o Santo Sacrifício da Missa promulgados pelo Concílio de Trento? Aquelas páginas guiaram a teologia e a catequese nos séculos sucessivos, permanecendo ainda como ponto de referência dogmático para a incessante renovação e crescimento do povo de Deus na sua fé e amor à Eucaristia. Em tempos mais recentes, há que mencionar três encíclicas: a encíclica *Miræ caritatis* de Leão XIII (28 de Maio de 1902), a encíclica *Mediator Dei* de Pio XII (20 de Novembro de 1947) e a encíclica *Mysterium fidei* de Paulo VI (3 de Setembro de 1965).»<sup>332</sup>

O próprio Papa, a respeito da presente encíclica, insere-a na continuidade daquele documento por nós já analisado, reforçando a ideia da constante atenção dada pelo Magistério a tão grave matéria:

«Eu mesmo, nos primeiros anos do meu ministério apostólico na Cátedra de Pedro, tive oportunidade de tratar alguns aspectos do mistério eucarístico e da sua incidência na vida daquele que é o seu ministro, com a carta apostólica *Dominicæ Cenæ* (24 de

---

<sup>331</sup> *Catecismo da Igreja Católica*, 1371.

<sup>332</sup> JOÃO PAULO II, *Ecclesia de Eucharistia*, 9, in AAS 95 (2003) 438.

Fevereiro de 1980). Hoje retomo o fio daquele discurso com o coração transbordante de emoção e gratidão, dando eco às palavras do Salmista: “Que darei eu ao Senhor por todos os seus benefícios? Elevarei o cálice da salvação invocando o nome do Senhor” (*Sl* 115 [116], 12-13).»<sup>333</sup>

A nossa abordagem à presente encíclica seguirá o esquema por nós já seguido anteriormente. Na impossibilidade de uma análise exaustiva, iremos destacar os números do texto que mais directamente falam da dimensão sacrificial da Eucaristia, objecto do nosso estudo.

Um olhar mais atento ao início do documento, a sua introdução, revela-nos desde logo a preocupação de João Paulo II por inserir o *mysterium eucharisticum* no *mysterium paschale*. Para isto, o Papa nos primeiros números menciona por diversas vezes a íntima relação entre a Eucaristia e os acontecimentos dramáticos que constituem o *Triduum sacrum*:

«Dois mil anos depois, continuamos a realizar aquela imagem primordial da Igreja. E, ao fazê-lo na celebração eucarística, os olhos da alma voltam-se para o Tríduo Pascal: para o que se realizou na noite de Quinta-feira Santa, durante a Última Ceia, e nas horas sucessivas. De facto, a instituição da Eucaristia antecipava, sacramentalmente, os acontecimentos que teriam lugar pouco depois, a começar da agonia no Getsémani. [...] O sangue que, pouco antes, tinha entregue à Igreja como vinho de salvação no sacramento eucarístico, *começava a ser derramado*; a sua efusão completar-se-ia depois no Gólgota, tornando-se o instrumento da nossa redenção.»<sup>334</sup>

E mais ainda:

«Se é com o dom do Espírito Santo, no Pentecostes, que a Igreja nasce e se encaminha pelas estradas do mundo, um momento decisivo da sua formação foi certamente a instituição da Eucaristia no Cenáculo. O seu fundamento e a sua fonte é todo o *Triduum Paschale*, mas este está de certo modo guardado, antecipado e “concentrado” para sempre no dom eucarístico. Neste, Jesus Cristo entregava à Igreja a actualização

---

<sup>333</sup> JOÃO PAULO II, *Ecclesia de Eucharistia*, 9, in AAS 95 (2003) 438-439.

<sup>334</sup> JOÃO PAULO II, *Ecclesia de Eucharistia*, 3, in AAS 95 (2003) 434-435.

perene do mistério pascal. Com ele, instituía uma misteriosa “contemporaneidade” entre aquele *Triduum* e o arco inteiro dos séculos.»<sup>335</sup>

Quando entramos no capítulo primeiro, que trata do “Mistério da Fé”, a relação entre a Eucaristia e o acontecimento da paixão e morte de Cristo surge com maior clareza:

«“O Senhor Jesus, na noite em que foi entregue” (*ICor* 11, 23), instituiu o sacrifício eucarístico do seu corpo e sangue. As palavras do apóstolo Paulo recordam-nos as circunstâncias dramáticas em que nasceu a Eucaristia. Esta tem indelevelmente inscrito nela o evento da paixão e morte do Senhor. Não é só a sua evocação, mas presença sacramental. É o sacrifício da cruz que se perpetua através dos séculos. [...] Quando a Igreja celebra a Eucaristia, memorial da morte e ressurreição do seu Senhor, este acontecimento central de salvação torna-se realmente presente e “realiza-se também a obra da nossa redenção”. Este sacrifício é tão decisivo para a salvação do género humano que Jesus Cristo realizou-o e só voltou ao Pai *depois de nos ter deixado o meio para dele participarmos* como se tivéssemos estado presentes.»<sup>336</sup>

Quando se refere a dimensão sacrificial da Eucaristia, isto significa afirmar o maior amor de Jesus, o amor levado até ao extremo. Isto mesmo diz a encíclica:

«Este aspecto de caridade universal do sacramento eucarístico está fundado nas próprias palavras do Salvador. Ao instituí-lo, não se limitou a dizer “isto é o meu corpo”, “isto é o meu sangue”, mas acrescenta: “entregue por vós [...] derramado por vós” (*Lc* 22, 19-20). Não se limitou a afirmar que o que lhes dava a comer e a beber era o seu corpo e o seu sangue, mas exprimiu também o seu *valor sacrificial*, tornando sacramentalmente presente o seu sacrifício, que algumas horas depois realizaria na cruz pela salvação de todos. “A Missa é, ao mesmo tempo e inseparavelmente, o memorial sacrificial em que se perpetua o sacrifício da cruz e o banquete sagrado da comunhão do corpo e sangue do Senhor”.»<sup>337</sup>

Logo de seguida, João Paulo II explica o significado de *memorial*, ao mesmo tempo que reforça a ideia de um único sacrifício quando se fala da Santa Missa e da Cruz:

---

<sup>335</sup> JOÃO PAULO II, *Ecclesia de Eucharistia*, 5, in AAS 95 (2003) 436.

<sup>336</sup> JOÃO PAULO II, *Ecclesia de Eucharistia*, 11, in AAS 95 (2003) 440.

<sup>337</sup> JOÃO PAULO II, *Ecclesia de Eucharistia*, 12, in AAS 95 (2003) 441.

«A Igreja vive continuamente do sacrifício redentor, e tem acesso a ele não só através duma lembrança cheia de fé, mas também com um contacto actual, porque *este sacrifício volta a estar presente*, perpetuando-se, sacramentalmente, em cada comunidade que o oferece pela mão do ministro consagrado. Deste modo, a Eucaristia aplica aos homens de hoje a reconciliação obtida de uma vez para sempre por Cristo para humanidade de todos os tempos. Com efeito, “o sacrifício de Cristo e o sacrifício da Eucaristia são *um único sacrifício*”.

A Missa torna presente o sacrifício da cruz; não é mais um, nem o multiplica. O que se repete é a celebração *memorial*, a “exposição memorial” (*memorialis demonstratio*), de modo que o único e definitivo sacrifício redentor de Cristo se actualiza incessantemente no tempo. Portanto, a natureza sacrificial do mistério eucarístico não pode ser entendida como algo isolado, independente da cruz ou com uma referência apenas indirecta ao sacrifício do Calvário.»<sup>338</sup>

O número 13 oferece-nos duas importantes ideias relativamente ao sacrifício da Eucaristia. A primeira diz respeito ao *sentido* do sacrifício eucarístico. De acordo com o texto da Encíclica, que retoma o ensinamento constante da Igreja, este afirma que a Eucaristia é um sacrifício em sentido próprio, a saber:

«Em virtude da sua íntima relação com o sacrifício do Gólgota, a Eucaristia é *sacrifício em sentido próprio*, e não apenas em sentido genérico como se se tratasse simplesmente da oferta de Cristo aos fiéis para seu alimento espiritual.»<sup>339</sup>

A segunda ideia diz respeito a um aspecto já anteriormente realçado, ou seja, a *participação* no sacrifício eucarístico. Aqui se releva que na Eucaristia não é apenas o sacrifício de Jesus que se oferece, mas é também o sacrifício da Igreja. Mas, em que moldes? Assim esclarece o texto:

«Ao entregar à Igreja o seu sacrifício, Cristo quis também assumir o sacrifício espiritual da Igreja, chamada por sua vez a oferecer-se a si própria juntamente com o sacrifício de Cristo. Assim no-lo ensina o Concílio Vaticano II: “Pela participação no

---

<sup>338</sup> JOÃO PAULO II, *Ecclesia de Eucharistia*, 12, in AAS 95 (2003) 441.

<sup>339</sup> JOÃO PAULO II, *Ecclesia de Eucharistia*, 13, in AAS 95 (2003) 442.

sacrifício eucarístico de Cristo, fonte e centro de toda a vida cristã, [os fiéis] oferecem a Deus a vítima divina e a si mesmos juntamente com ela”.»<sup>340</sup>

Por fim, a nossa atenção volta-se para o número 56, no qual João Paulo II tem a oportunidade de tratar a dimensão sacrificial da Eucaristia de acordo com o exemplo e a espiritualidade mariana. Aqui, Maria surge não apenas como participante do sacrifício de seu Filho, mas como exemplo para os seus fiéis, convidados a assumirem o seu sacrifício espiritual nas suas vidas:

«Ao longo de toda a sua existência ao lado de Cristo, e não apenas no Calvário, Maria viveu a *dimensão sacrificial da Eucaristia*. Quando levou o menino Jesus ao templo de Jerusalém, “para O apresentar ao Senhor” (Lc 2, 22), ouviu o velho Simeão anunciar que aquele Menino seria “sinal de contradição” e que uma “espada” havia de trespassar também a alma d'Ela (cf. Lc 2, 34-35). Assim foi vaticinado o drama do Filho crucificado e de algum modo prefigurado o “*stabat Mater*” aos pés da Cruz. Preparando-se dia a dia para o Calvário, Maria vive uma espécie de “Eucaristia antecipada”, dir-se-ia uma “comunhão espiritual” de desejo e oferta, que terá o seu cumprimento na união com o Filho durante a Paixão, e manifestar-se-á depois, no período pós-pascal, na sua participação na celebração eucarística, presidida pelos Apóstolos, como “memorial” da Paixão.»<sup>341</sup>

#### **2.4. Na exortação apostólica pós-sinodal *Sacramentum caritatis* de Bento XVI**

Ao considerarmos o Magistério de Bento XVI, também podemos encontrar várias referências ao mistério eucarístico. Mas, diferentemente do de João Paulo II, estas não são tão abundantes, pela relativa brevidade do seu pontificado. No entanto, entre as mais

---

<sup>340</sup> JOÃO PAULO II, *Ecclesia de Eucharistia*, 13, in AAS 95 (2003) 442.

<sup>341</sup> JOÃO PAULO II, *Ecclesia de Eucharistia*, 56, in AAS 95 (2003) 470-471.

significativas destacamos duas das três Encíclicas (*Deus caritas est* e *Spe salvi*), a Exortação Pós-Sinodal *Sacramentum caritatis*, e alguns discursos<sup>342</sup>.

Para o nosso trabalho, iremos apenas dedicar a nossa atenção à Exortação Pós-Sinodal *Sacramentum caritatis* porque, no nosso entender, consiste no documento mais importante sobre o mistério eucarístico, já que é exclusivamente dedicado a ele. À semelhança do que tem sido o nosso itinerário, vamos procurar salientar as referências sacrificiais da Eucaristia, ao mesmo tempo que tentaremos relevar outras importantes acentuações que o Magistério mais recente tem sublinhado, e podem encontrar expressão neste documento.

A exortação apostólica pós-sinodal *Sacramentum caritatis*, de 22 de Fevereiro de 2007, é o resultado do sínodo da reflexão levada a cabo pela XI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, cujo tema central foi a Eucaristia.

Quanto à estrutura externa do documento, este encontra-se dividido em três grandes partes, cada uma dedicada ao aprofundamento de uma dimensão da Eucaristia na vida da Igreja. Para o nosso estudo, interessa focar a nossa atenção na primeira parte – “Eucaristia, mistério acreditado” – onde a abundância de elementos doutrinários é maior. Assim, vamos procurar fazer uma leitura transversal a esta primeira parte, salientando, como já temos feito, os números mais significativos para a exposição ou aprofundamento do mistério eucarístico enquanto sacrifício.

Ao analisar a primeira parte, o primeiro conjunto de números que relevamos encontra-se sob o mesmo subtítulo: “Eucaristia: Jesus verdadeiro Cordeiro imolado”. E seguindo a indicação do próprio título, a primeira ideia avançada pelo Santo Padre é a da Nova Aliança consumada no sacrifício de Jesus. De acordo com a linha magisterial de João

---

<sup>342</sup> Cf. Seleção do sítio da Santa Sé (8/X/2012):  
[http://www.vatican.va/holy\\_father/special\\_features/eucharist/documents/eucharist-speeches\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/special_features/eucharist/documents/eucharist-speeches_po.html)

Paulo II, e do Magistério constante já resumidamente enunciado, também aqui Bento XVI declara:

«No mistério da sua obediência até à morte, e morte de cruz (*Fl* 2, 8), cumpriu-se a nova e eterna aliança. Na sua carne crucificada, a liberdade de Deus e a liberdade do homem juntaram-se definitivamente num pacto indissolúvel, válido para sempre.»<sup>343</sup>

É significativo que a referência à nova aliança, que por si só evoca já o elemento divino e o elemento humano presente no acontecimento do Sinai, é posta aqui assente na liberdade; ou seja, ao contrário do que a maior parte da história salvífica mostra, que é precisamente a revolta da liberdade humana contra a liberdade divina, em Jesus encontramos a perfeita coabitação e cooperação de ambas.

Por esta razão, o Santo Padre pode dizer:

«Também o pecado do homem ficou expiado, uma vez por todas, pelo Filho de Deus (*Hb* 7, 27; *IJo* 2, 2; 4, 10). Como já tive ocasião de afirmar, “na sua morte de cruz, cumpre-se aquele virar-se de Deus contra Si próprio, com o qual Ele Se entrega para levantar o homem e salvá-lo – o amor na sua forma mais radical”».<sup>344</sup>

E logo de seguida explica esta íntima relação entre a nova aliança e a expiação do pecado:

«Na instituição da Eucaristia, o próprio Jesus falara da “nova e eterna aliança”, estipulada no seu sangue derramado (*Mt* 26, 28; *Mc* 14, 24; *Lc* 22, 20). Esta finalidade última da sua missão era bem evidente já no início da sua vida pública; de facto, nas margens do Jordão, quando João Baptista vê Jesus vir ter com ele, exclama: “Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (*Jo* 1, 29). É significativo que a mesma expressão apareça, sempre que celebramos a Santa Missa, no convite do sacerdote para nos abeirarmos do altar: “Felizes os convidados para a ceia do Senhor. Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo”. Jesus é o verdadeiro cordeiro pascal, que Se ofereceu espontaneamente a Si mesmo em sacrifício por nós, realizando assim a nova e eterna

---

<sup>343</sup> BENTO XVI, *Sacramentum Caritatis*, 9, in AAS 99 (2007) 111.

<sup>344</sup> BENTO XVI, *Sacramentum Caritatis*, 9, in AAS 99 (2007) 111.

aliança. A Eucaristia contém nela esta novidade radical, que nos é oferecida em cada celebração.»<sup>345</sup>

No número seguinte reencontramos referências ao “Cordeiro de Deus”. Bento XVI começa por referir a ceia pascal como evento rememorativo de um outro evento passado, a libertação da escravidão do Egito<sup>346</sup>. Todavia, este mesmo evento torna-se igualmente profético, na medida em que anuncia a esperança de uma libertação definitiva, pois a história do povo permanecia marcada pela escravidão e pelo pecado<sup>347</sup>. É neste contexto, pois, que se situa a instituição da Eucaristia:

«Ao instituir o sacramento da Eucaristia, Jesus antecipa e implica o sacrifício da cruz e a vitória da ressurreição; ao mesmo tempo, revela-Se como o *verdadeiro* cordeiro imolado, previsto no desígnio do Pai desde a fundação do mundo [...] Com efeito, a instituição da Eucaristia mostra como aquela morte, de per si violenta e absurda, se tenha tornado, em Jesus, acto supremo de amor e libertação definitiva da humanidade do mal.»<sup>348</sup>

No número 11 Bento XVI fala da *forma* do sacramento da Eucaristia. Diz ele que, embora a Eucaristia tenha surgido no contexto da ceia sacrificial hebraica, é nela que Jesus insere a novidade cristã. Neste sentido, os cristãos já não têm necessidade de repetir essa mesma ceia, porque a realidade “pôs termo às figuras”<sup>349</sup>. Na verdade, quando Jesus dá a ordem “Fazei isto em memória de Mim” (*Lc* 22, 19; *1Cor* 11, 25) Ele pede, de acordo com Bento XVI, para que a Igreja, sob a assistência do Espírito Santo, acolha e desenvolva “a forma litúrgica do sacramento”<sup>350</sup>.

Depois deste aspecto preliminar, o Santo Padre realça um outro que nos parece ser importante para a compreensão da Eucaristia como sacrifício. Na verdade, podemos ler:

---

<sup>345</sup> BENTO XVI, *Sacramentum Caritatis*, 9, in AAS 99 (2007) 111-112.

<sup>346</sup> Cf. BENTO XVI, *Sacramentum Caritatis*, 10, in AAS 99 (2007) 112.

<sup>347</sup> Cf. BENTO XVI, *Sacramentum Caritatis*, 10, in AAS 99 (2007) 112.

<sup>348</sup> BENTO XVI, *Sacramentum Caritatis*, 10, in AAS 99 (2007) 112.

<sup>349</sup> Cf. BENTO XVI, *Sacramentum Caritatis*, 11, in AAS 99 (2007) 112.

<sup>350</sup> BENTO XVI, *Sacramentum Caritatis*, 11, in AAS 99 (2007) 113.

«De facto, o memorial do seu dom perfeito não consiste na simples repetição da Última Ceia, mas propriamente na Eucaristia, ou seja, na novidade radical do culto cristão. Assim Jesus deixou-nos a missão de entrar na sua “hora”: “A Eucaristia arrasta-nos no acto oblativo de Jesus. Não é só de modo estático que recebemos o *Logos* encarnado, mas ficamos envolvidos na dinâmica da sua doação”. Ele “arrasta-nos para dentro de Si”.»<sup>351</sup>

Portanto, o Santo Padre releva a participação da Igreja no próprio sacrifício de Cristo; pela Eucaristia, também ela é integrada no dom de Cristo. Mais uma vez, encontramos também agora aquela ênfase, por nós já sublinhada no Magistério mais recente, a respeito da participação da Igreja no próprio sacrifício de Cristo; todos os fiéis, como foi referido anteriormente, podem tomar parte no único sacrifício de Cristo pelos seus sacrifícios espirituais e pelas suas oferendas, de tal sorte que o sacrifício da Cabeça se torne também o sacrifício do Corpo.

A este propósito, pensamos ser oportuno referir alguns números que, embora estejam já fora da primeira parte, consideramos serem importantes, pois, neles, Bento XVI oferece algumas concretizações sobre o modo como acontece esta participação da Igreja no sacrifício de Cristo.

«Convém, pois, deixar claro que não se pretende, com tal palavra [participação activa], aludir a mera actividade exterior durante a celebração; na realidade, a participação activa desejada pelo Concílio deve ser entendida, em termos mais substanciais, a partir duma maior consciência do mistério que é celebrado e da sua relação com a vida quotidiana.»<sup>352</sup>

«Ao considerarem o tema da participação activa (*actuosa participatio*) dos fiéis no rito sagrado, os Padres sinodais ressaltaram também as condições pessoais que se requerem em cada um para uma frutuosa participação. Uma delas é, sem dúvida, o espírito de constante conversão que deve caracterizar a vida de todos os fiéis: não podemos esperar uma participação activa na liturgia eucarística, se nos abeiramos dela

---

<sup>351</sup> BENTO XVI, *Sacramentum Caritatis*, 11, in AAS 99 (2007) 113.

<sup>352</sup> BENTO XVI, *Sacramentum Caritatis*, 52, in AAS 99 (2007) 145.

superficialmente e sem antes nos interrogarmos sobre a própria vida. Favorecem tal disposição interior, por exemplo, o recolhimento e o silêncio durante alguns momentos pelo menos antes do início da liturgia, o jejum e – quando for preciso – a confissão sacramental; um coração reconciliado com Deus predispõe para a verdadeira participação. De modo particular é preciso alertar os fiéis que não se pode verificar uma participação activa nos santos mistérios, se ao mesmo tempo não se procura tomar parte activa na vida eclesial em toda a sua amplitude, incluindo o compromisso missionário de levar o amor de Cristo para o meio da sociedade.»<sup>353</sup>

---

<sup>353</sup> BENTO XVI, *Sacramentum Caritatis*, 55, in AAS 99 (2007) 147.

## CAPÍTULO TERCEIRO

### IMPORTÂNCIA DA NOÇÃO DE SACRIFÍCIO PARA A SACRAMENTOLOGIA

#### EUCARÍSTICA E PARA A VIDA CRISTÃ

Ao longo do trajecto percorrido até este ponto, uma conclusão preliminar se nos apresenta: a Eucaristia é *sacramento* do sacrifício de Cristo<sup>354</sup>. Quando nos questionamos sobre a forma como o sacrifício de Cristo é também o sacrifício da Eucaristia, podemos encontrar uma resposta quando consideramos a relação entre esta última e a *todah*, isto é, a aliança e o banquete pascal judaico<sup>355</sup>. Esta relação explica porque desde o princípio se atribui à Eucaristia um carácter sacrificial<sup>356</sup>. A tradição permanente da Igreja sustém que o sacrifício de Cristo, a sua entrega e o seu serviço existencial até à morte e ressurreição se faz presente na Eucaristia *in mysterio, in sacramento*<sup>357</sup>. Ou seja, não se trata de uma simples recordação subjectiva, como vimos, nem de um mero estímulo moral; ao invés, trata-se da presença da pessoa de Cristo, que constitui o acontecimento-Cristo: a sua vida e missão, o Reino e seu mistério, a sua paixão e ressurreição<sup>358</sup>. Percebemos, então, que os acontecimentos históricos não se repetem, mas o acontecer salvífico que estes implicam permanece para sempre, com toda a sua incidência na história concreta dos homens<sup>359</sup>. Em resumo, percebemos que toda a acção sacerdotal-sacrificial-salvadora de Cristo, eternizada agora pela virtude da ressurreição, é a que se actualiza, é a que se faz presente na Eucaristia, prolongando no tempo, para os

---

<sup>354</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 271.

<sup>355</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 271.

<sup>356</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 271.

<sup>357</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 271.

<sup>358</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 271.

<sup>359</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 271.

homens, o único sacrifício que aconteceu e que continua consumado de uma vez para sempre<sup>360</sup>.

Feitos estes breves apontamentos preliminares, eis que este terceiro capítulo incidirá sobre a importância que a noção de sacrifício apresenta. E, para isso, iremos analisar esta matéria seguindo duas vias. Numa primeira parte, dedicaremos a nossa atenção à importância da noção sacrificial para a sacramentologia eucarística. Procuraremos salientar os vários aspectos que esta implica, tentando levar em conta o percurso efectuado até este ponto nos capítulos anteriores. Numa segunda parte, debruçar-nos-emos sobre a importância desta noção da Eucaristia, agora para a vida cristã, para a vida concreta dos fiéis. Como já pudemos constatar, ao longo dos últimos pronunciamentos magisteriais, verificou-se uma crescente relevância no tema da Eucaristia e a vida cristã; será, pois, esta tónica que tentaremos abordar nesta segunda parte. Em todo o caso, a nossa abordagem não será, de todo, uma abordagem exaustiva, como fizemos questão de afirmar, até porque, no nosso entender, não é esse o âmbito de um trabalho como este. Iremos, portanto, procurar adiantar algumas notas, quer da reflexão dos anteriores capítulos, quer de nova literatura e de novas fontes consultadas. O nosso objectivo é, portanto, fazer um trabalho mais sintético, pelo qual possamos já inferir algumas conclusões da presente dissertação.

### **3.1. Para a sacramentologia eucarística**

Antes de iniciarmos a nossa análise da noção de sacrifício para a sacramentologia eucarística, houvemos por bem salientar a questão sobre os sinais sacrificiais da Eucaristia,

---

<sup>360</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 271.

posto que, se nela encontramos esta dimensão, nela devemos ver expressos alguns sinais<sup>361</sup>. Assim sendo, de acordo com alguns autores<sup>362</sup>, esses sinais aparecem sobretudo na liturgia eucarística, e são principalmente três. O primeiro deles é constituído pelo *ofertório*, ou também conhecido por “apresentação dos dons”. Através dele se significa que a fonte de todos os dons é Deus, unido ao trabalho e ao esforço humano<sup>363</sup>. Ou seja, significa a dimensão criatural-cósmica-existencial e também social-ecclesial do sacrifício da Igreja no e a partir do sacrifício de Cristo<sup>364</sup>. O segundo é a oração eucarística, através da qual se pronunciam as palavras da consagração sobre o pão e o vinho; aí encontramos os sinais da elevação e da veneração, manifestando que se trata, de facto, do verdadeiro sacrifício de Cristo ao qual se associa a Igreja em louvor a Deus Pai, na virtude do Espírito Santo<sup>365</sup>. Por fim, temos a comunhão, que constitui o fruto e a finalidade do sacrifício, isto é, a comunhão com o próprio Deus<sup>366</sup>. Porque é sacrifício de comunhão, toma-se o alimento que, assimilado, é vida em Cristo de todos os que se unem no mesmo corpo de Cristo<sup>367</sup>. Por esta razão, a comunhão aparece-nos, não só como parte integrante, mas como parte essencial do sacrifício<sup>368</sup>.

### 3.1.1. Eucaristia e Encarnação

Ao tratarmos agora, de modo sintético, da importância da dimensão sacrificial para a sacramentologia eucarística, uma relação imediata se pode inferir. A partir da narrativa da

---

<sup>361</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 278.

<sup>362</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 278.

<sup>363</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 279.

<sup>364</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 279.

<sup>365</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 279.

<sup>366</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 279.

<sup>367</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 279.

<sup>368</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 279.

instituição podemos compreender que a tónica na realidade do corpo e sangue de Cristo são fundamentais. Por esta razão, descobrimos que existe uma estreita relação entre a Eucaristia e o mistério da *Incarnação*. Podemos, na verdade, afirmar que a Eucaristia permite apreender, de modo mais concreto, o significado da *Incarnação*<sup>369</sup>: «O gesto pelo qual Aquele que era Deus desceu do céu, para Se fazer homem e levar uma vida humana semelhante à nossa, reproduz-se na Eucaristia»<sup>370</sup>. Por esta razão, é lícito afirmar que «a Eucaristia confere uma nova actualidade à *Incarnação*»<sup>371</sup>.

Esta estreita relação entre Eucaristia e *Incarnação* é tal que, ao se afirmar que a primeira confere uma nova actualidade à segunda, do mesmo modo se pode dizer que «a *Incarnação* encontra o seu cumprimento na Eucaristia»<sup>372</sup>. Efectivamente, quando consideramos o mistério do Verbo incarnado, desde logo concluimos que Ele se fez carne, não somente para viver entre os homens, mas, e sobretudo, para oferecer a sua carne pela vida do mundo<sup>373</sup>. Ademais, a Eucaristia, ao tornar presente a carne do Filho de Deus, permite que esta se irradie e chegue a todos os homens de todos os tempos, chamados a partilhar da filiação divina<sup>374</sup>.

Quando se considera o contributo da Eucaristia para a vivência da filiação divina, com facilidade concluimos que toda a vida nova concedida aos homens provém de uma única fonte – Jesus Cristo – pois que no mistério eucarístico é a própria vida do Filho de Deus que se comunica<sup>375</sup>. E não pode deixar de impressionar o facto de Jesus Cristo estabelecer a comunhão eucarística como condição para a recepção da vida da graça, da vida eterna<sup>376</sup>: «Em

---

<sup>369</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova* (Lisboa: Paulinas-Comissão Nacional do Jubileu do Ano 2000 1999) 10.

<sup>370</sup> COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 10.

<sup>371</sup> COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 10.

<sup>372</sup> COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 11.

<sup>373</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 11.

<sup>374</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 11.

<sup>375</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 16.

<sup>376</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 16.

verdade, em verdade vos digo, se não comerdes a carne do Filho do Homem, e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós» (Jo 6, 53). Cristo é, portanto, a única fonte donde provém toda a vida divina que chega à humanidade, e a Eucaristia surge como fonte por excelência da graça, como condição para o desenvolvimento da vida cristã<sup>377</sup>.

Precisamente acerca da graça, convém relevar um aspecto importante. Na verdade, este mesmo sacramento tem uma singular ligação com toda a vida da graça, aliás como acontece com todos os sacramentos; mas, enquanto a Eucaristia é o sacramento pelo qual se doa, não só a graça, mas o próprio Autor da graça, esta ligação aparece de modo excepcional<sup>378</sup>. Vale a pena, igualmente sobre esta ligação, fazer um reparo. Deste excepcional vínculo, porém, não podemos concluir que a Eucaristia constitui a fonte de graça para os demais sacramentos, ou até a fonte de toda a vida da graça; só Cristo é a fonte<sup>379</sup>. Todavia, como dissemos anteriormente, a Eucaristia concede a presença de Cristo que, por sua vez, é o Senhor soberano da efusão da graça, donde a sua excelência na relação com esta matéria<sup>380</sup>.

Resta-nos agora, dentro ainda deste subcapítulo sobre a Eucaristia e a Encarnação, tratar do tema central da presente dissertação.

Quando consideramos as narrativas da instituição, é clara a existência da recordação do sacrifício, sacrifício oferecido pela humanidade, dom da vinda do Salvador à terra e da oferta realizada no drama do Calvário<sup>381</sup>. Porém, na Última Ceia, Cristo não deixou aos seus discípulos a sua carne apenas como alimento nem o seu sangue apenas como bebida, mas quis deixar-lhos como fruto do *sacrifício*, destinado a beneficiar todos os homens<sup>382</sup>. De facto, as

---

<sup>377</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 16.

<sup>378</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 16.

<sup>379</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 16.

<sup>380</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 17.

<sup>381</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 13.

<sup>382</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 13.

palavras «Isto (é) o meu corpo entregue por vós» (*Lc 22, 19*) atestam que o corpo não é dado apenas como alimento aos convivas presentes, mas é dado *por eles*, ou seja, em sacrifício<sup>383</sup>. O mesmo se diga em relação às palavras pronunciadas na consagração do vinho, as quais aludem de forma ainda mais explícita ao sacrifício: «Isto (é) o meu sangue, o sangue da aliança, derramado por muitos» (*Mc 14, 24; Mt 26, 28*). A própria repetição dos termos utilizados em *Ex 24, 8*, aquando da conclusão da aliança com Moisés, é significativa como alusão ao sacrifício: Trata-se, neste caso, do verdadeiro sacrifício que leva a figura antiga ao seu cumprimento e sanciona a única aliança real em benefício da multidão, isto é, de toda a humanidade<sup>384</sup>.

Digno de nota é o emprego do verbo «dar» (gr. δίδωμι; lat. *dare*), utilizado por Jesus para designar o seu sacrifício: «Porque o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir, e *dar* a sua vida como resgate em favor de muitos» (*Mc 10, 45; Mt 20, 28*)<sup>385</sup>. A intenção do sacrifício é também confirmada no Evangelho de S. João, quando Jesus afirma: «O pão que Eu vos der é a minha carne para a vida do mundo» (*Jo 6, 51*)<sup>386</sup>. Vemos que o termo «carne» é particularmente indicado para exprimir o sacrifício, e este último possui um valor que supera em muito a participação no banquete: o «para a vida do mundo» equivale ao «por muitos» da Última Ceia<sup>387</sup>. E quando consideramos em particular as palavras da consagração do vinho em S. Mateus, descobrimos uma interessante adição, pois que nela se exprime de forma mais nítida a natureza expiatória e propiciatória do sacrifício de Jesus: sangue derramado «para remissão dos pecados» (*Mt 26, 28*)<sup>388</sup>.

---

<sup>383</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 93.

<sup>384</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 93-94.

<sup>385</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 94.

<sup>386</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 94.

<sup>387</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 94.

<sup>388</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 94.

Logo, podemos concluir que, apesar de Jesus não fazer nenhuma declaração doutrinal sobre o sacrifício oferecido na Eucaristia, as palavras da instituição demonstram, só por si, que se trata de um sacrifício verdadeiro e propiciatório<sup>389</sup>.

Para concluir este último apontamento sobre as palavras da consagração, houvesmos por bem relevar o testemunho de S. Paulo. Longe de uma análise exaustiva, compreendemos que Paulo, referindo-se às palavras da consagração, subentendeu a intenção sacrificial através da expressão: «o meu corpo, que será entregue por vós» (*ICor* 11, 24)<sup>390</sup>. S. Paulo põe em destaque o anúncio da morte de Cristo, que se reproduz em cada banquete eucarístico: «Todas as vezes que comerdes deste pão e beberdes deste cálice anunciais a morte do Senhor, até que Ele venha» (*ICor* 11, 24-25). Trata-se, portanto, de um anúncio destinado a repetir aquilo que Cristo fez na Última Ceia, ou seja, a oferta do sacrifício redentor, oferta essa que já não é cruenta, e que tem, diríamos hoje, um carácter ritual ou sacramental<sup>391</sup>.

Sobre esta última expressão podemos acrescentar que as palavras da consagração fazem reviver *misticamente* a oferta, para que possa beneficiar mais amplamente a humanidade<sup>392</sup>. Quer isto significar que vemos aqui indiciada a doutrina mais tarde ratificada no Concílio de Trento: A oferta eucarística já não se realiza como outrora, com o derramamento do sangue de Cristo; realiza-se através de um rito sacramental, sem que, com isso, se coloque em causa toda a oferta pessoal do Salvador, bem como a totalidade do seu sacrifício, as quais se exprimem na oferta eucarística<sup>393</sup>.

Para terminar esta referência à relação da Eucaristia com o verdadeiro corpo de Cristo, isto é, com o mistério da Encarnação, é importante sublinhar que a Eucaristia não se limita à

---

<sup>389</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 93.

<sup>390</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 94.

<sup>391</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 94.

<sup>392</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 13.

<sup>393</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 13.

oferta do sacrifício tal como este se desenrolou no calvário<sup>394</sup>. Ela comemora, ao mesmo tempo, o cumprimento daquele sacrifício realizado no mistério da ressurreição<sup>395</sup>. O corpo de Cristo, oferecido em sacrifício na Eucaristia, não é o corpo no seu estado de vida terrena; é o corpo que já alcançou o seu estado definitivo, pela ressurreição. Em virtude do seu poder de ressuscitado, o Salvador repete, por intermédio do sacerdote, o seu gesto de oferta, na Eucaristia<sup>396</sup>. Quando o seu corpo é dado por alimento e o seu sangue por bebida, trata-se de corpo e sangue animados por um poder vivificante que lhes pertence a partir do acontecimento da ressurreição e da ascensão<sup>397</sup>.

### 3.1.2. Identidade e diferença

Diante da afirmação da verdade do sacrifício eucarístico, vemos que esta levanta um problema inevitável: Como definir esse sacrifício, em relação ao sacrifício da cruz? Em que medida pode ser equiparado ao sacrifício do Calvário, visto que se destina a representá-lo e reproduzi-lo, e sob que aspecto se distingue do mesmo?<sup>398</sup>

Ante estas questões, uma resposta inicial é-nos oferecida pelo Concílio de Trento, precisamente quando este trata da Eucaristia como sacrifício propiciatório: «[...] uma e mesma é a vítima: e aquele que agora oferece pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que, outrora,

---

<sup>394</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 13.

<sup>395</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 13-14.

<sup>396</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 14.

<sup>397</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 14.

<sup>398</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 95-96.

se ofereceu na Cruz, divergindo, apenas, o modo de oferecer»<sup>399</sup>. Assim, no que toca à vítima ou objecto da oferta, há *identidade*, pois que a oferta apresentada na Eucaristia é a oferta de Cristo: na celebração eucarística, o corpo e o sangue de Cristo tornam-se presentes; são eles, com a pessoa do Salvador, à qual pertencem, que são apresentados como oferta ao Pai pela salvação da humanidade, e por todas as graças associadas a essa salvação<sup>400</sup>.

Se verificamos uma mesma identidade quando falamos da vítima, o mesmo se aplica Àquele que Se oferece<sup>401</sup>. É Cristo que Se ofereceu a Si mesmo durante a Última Ceia, Ele próprio realizou essa oferta, pronunciando as palavras da consagração sobre o pão e o vinho. Nas celebrações eucarísticas seguintes, não estando já na Terra, Cristo não poderia realizar o gesto visível da oferta<sup>402</sup>. Todavia, Ele actua «Mediante o ministério dos sacerdotes»; graças a esta mediação visível, repete, de forma invisível, o gesto da oferta, o que corresponde à ordem de reiteração: «Fazei isto em memória de Mim»<sup>403</sup>.

Ainda sobre a questão da identidade, alguns teólogos têm debatido a questão sobre se se devia pensar que o Concílio de Trento pretendia falar de urna oferta actual, feita em cada Missa por Cristo, ou se se limitava a admitir uma simples oblação virtual, isto é, uma oblação feita pela Igreja, em virtude do poder que lhe foi conferido por Cristo<sup>404</sup>. Ora, os termos utilizados por Cristo parecem impor, de preferência, a afirmação de um acto de oferta realizado por Cristo, embora, na realidade, o acto seja realizado graças ao ministério dos sacerdotes<sup>405</sup>. Quer isto dizer que não se trata apenas de um gesto realizado pela Igreja graças ao poder recebido de Cristo, mas, ao invés, que Aquele que Se ofereceu de uma vez para

---

<sup>399</sup> DS-1743; cf. pág. 55 da presente dissertação.

<sup>400</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 96.

<sup>401</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 96.

<sup>402</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 96.

<sup>403</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 96.

<sup>404</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 96-97.

<sup>405</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 97.

sempre, na cruz, é o mesmo que agora oferece através do ministério dos sacerdotes<sup>406</sup>. O Concílio tridentino quer, assim, insistir sobre a identidade do sujeito da oferta e afirmar, portanto, um acto de oferta realizado por Cristo em cada Missa<sup>407</sup>. Em suma, em cada Missa existe uma oferta actual, realizada por Cristo, em virtude da mesma identidade da vítima e do sacerdote no sacrifício da Cruz e no da Eucaristia.

Após de termos abordado os elementos comuns a ambos os sacrifícios, resta-nos tratar da realidade em que a Eucaristia difere do sacrifício da Cruz. Efectivamente, a única diferença entre os dois sacrifícios é precisamente a *forma de oferecer*<sup>408</sup>.

«O sacrifício da Cruz implica uma imolação cruenta, ao passo que o sacrifício eucarístico é de ordem ritual e exclui todo o derramamento de sangue. Além disso, o sacrifício eucarístico tem, como elemento distintivo, o facto de o corpo e o sangue de Cristo serem oferecidos sob as espécies do pão e do vinho, que são sinais sacramentais.»<sup>409</sup>

Sob esta luz, apraz-nos definir o sacrifício eucarístico como *sacrifício sacramental*<sup>410</sup>.

De facto,

«[...] no culto da Igreja o sacrifício sacramental vai-se multiplicando, ao passo que o da cruz é único. De facto, no Calvário, realiza-se, de uma vez por todas, o sacrifício que obtém a salvação do mundo. Tal sacrifício é um acontecimento histórico que, inserido num momento crucial da história, e em circunstâncias bem determinadas, nunca mais se repete. Conservará para sempre um carácter único.»<sup>411</sup>

Por outro lado, acerca do sacrifício sacramental, temos:

«[...] celebrado em referência a esse sacrifício único e excepcional na história, deve ser repetido, a fim de favorecer o crescimento da Igreja. Por isso, é muito diferente do sacrifício da cruz, embora esteja em íntima relação com o mesmo e dele dependa

---

<sup>406</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 97.

<sup>407</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 97.

<sup>408</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 97.

<sup>409</sup> COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 97.

<sup>410</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 97.

<sup>411</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 97.

inteiramente, porque a vítima e Aquele que realiza a oferta são o mesmo. O sacrifício sacramental reproduz no mundo, de forma ritual, o sacrifício redentor.»<sup>412</sup>

Para indicar esta relação entre o sacrifício da Cruz e o sacrifício eucarístico, que acabámos de tratar, é frequente, no Magistério eclesiástico, o uso do termo *representação*<sup>413</sup>. Foi precisamente esta categoria, na sua acepção mais forte, que o concílio tridentino usou para indicar justamente esta relação, quando afirma que Jesus Cristo quis «deixar à Igreja, sua amada Esposa, como pede a natureza humana, um sacrifício visível que representasse o sacrifício cruento a realizar uma só vez na Cruz, e para que a sua memória durasse até a consumação dos séculos»<sup>414</sup>. Já no século XX vemos retomada esta categoria, quer na importante encíclica *Mysterium fidei*, quando afirma que «no mistério eucarístico está representado, de forma admirável, o sacrifício da cruz»<sup>415</sup>, quer ainda no II Concílio do Vaticano, quando se diz que na Eucaristia, «é representada a vitória e o triunfo da morte»<sup>416</sup> de Cristo.

Como já adiantámos, a categoria de *representação* deve aqui ser entendida na sua acepção mais forte, em que representar significa “tornar presente” o sacrifício da Cruz<sup>417</sup>. Por esta razão, representar nada tem que ver com um simples recordar ou celebrar a memória de um acontecimento passado. Representar quer significar uma reprodução sacramental do sacrifício da cruz; tornar presente aquele sacrifício, de modo a aplicar os seus frutos à Igreja<sup>418</sup>.

Falando de *aplicação*, sabemos que Jesus renova agora, de modo incruento, o sacrifício, sem a presença de verdugos nem de morte natural, porque a *essência* do sacrifício

---

<sup>412</sup> COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 97-98.

<sup>413</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 98.

<sup>414</sup> DS-1740; cf. pág. 48 da presente dissertação.

<sup>415</sup> PAULO VI, *Mysterium Fidei*, 27, in AAS 57 (1965) 759.

<sup>416</sup> SC, 6.

<sup>417</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 98.

<sup>418</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 98.

redentor é de natureza interior e espiritual: uma vontade de oblação na imolação da Cruz<sup>419</sup>. Ora, esta oferta é agora levada a cabo por Jesus na sua condição de celeste Salvador, cujo sacrifício já se consumou, não podendo, por isso, adquirir novo valor, mas apenas ser aplicado de forma mais ampla<sup>420</sup>. Assim, a nova oferta, na Eucaristia, vai buscar todo o seu valor ao sacrifício da cruz, cujos méritos aplica<sup>421</sup>.

### 3.1.3. Sacrifício e consagração

Tivemos já a oportunidade de, sucintamente, atentar às palavras ditas da consagração da Missa, cuja fonte são justamente as narrativas da instituição. E vimos igualmente como estas atestam a veracidade do sacrifício, como manifestam claramente a intenção de Jesus entregar aos seus discípulos o seu corpo e o seu sangue exactamente como frutos do sacrifício. Sob esta luz, compreendemos que, no campo sacramental, estas palavras desempenham um importante papel, além de um significado bastante relevante.

No momento da consagração na Missa encontramos a *essência* do sacrifício<sup>422</sup>. Com efeito, as palavras pronunciadas sobre o pão e o vinho constituem o memorial que Cristo confiou aos seus discípulos; a oferta eucarística realiza-se, portanto, através da consagração<sup>423</sup>. As palavras da consagração, mais precisamente «Isto é o meu corpo» e «Isto é o meu sangue», constituem o *signal eficaz* do sacrifício; sinal eficaz, porque realiza aquilo que

---

<sup>419</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 98.

<sup>420</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 98.

<sup>421</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 98.

<sup>422</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 99.

<sup>423</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 99.

significa<sup>424</sup>. É importante notar que esta noção de sinal eficaz está em íntima relação com uma outra, a saber, a noção de sacramento, definido como sinal eficaz da graça<sup>425</sup>. Esta noção permite concluir acerca da excelência do sacramento da Eucaristia. Na verdade, neste sacramento não se trata apenas do sinal de uma graça, mas do sinal da oferta pessoal d'Aquele que é a fonte da graça<sup>426</sup>. Por esta mesma razão, atestamos que, aqui, o conceito de sacramento se verifica de um modo mais excelente: «O sacrifício sacramental é sacramento por excelência, sinal da oferta e da presença de Cristo»<sup>427</sup>.

Dentro ainda deste subcapítulo, revisitemos as palavras da consagração. A este propósito, cabe-nos de novo realçar o sentido sacrificial que estas palavras comportam. Efectivamente, o sentido sacrificial destas mesmas palavras tem sido, por vezes, denotado a partir do gesto de separação das espécies e da dupla consagração, em que a separação do pão e do vinho constituiriam um sinal de morte e, portanto, de sacrifício<sup>428</sup>. Muito embora este simbolismo da separação tenha valor, contudo o sinal do sacrifício resulta desde logo das próprias palavras: «Isto é o meu corpo, entregue por vós» (Lc 22,19)<sup>429</sup>. Estas palavras definem o corpo oferecido em sacrifício, independentemente da consagração do vinho<sup>430</sup>. E se isto se verifica para a consagração do pão, o mesmo se passa no caso do vinho, onde existe uma clara alusão ao sacrifício, mesmo sem a referência à consagração do pão: «Isto é o cálice do meu sangue, o sangue da aliança, derramado por muitos» (Mc 14, 24; Mt 26, 28)<sup>431</sup>. Não queremos com esta argumentação dar qualquer suporte à existência em separado de ambas as fórmulas de consagração, mas daqui concluir que:

---

<sup>424</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 99.

<sup>425</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 99. Cf. DS-1605, 1606.

<sup>426</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 99.

<sup>427</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 99.

<sup>428</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 99.

<sup>429</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 99.

<sup>430</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 99.

<sup>431</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 100.

«Não é, portanto, a simples separação das espécies que constitui o sacrifício, mas o rito da consagração no seu conjunto, com as palavras que afirmam a presença do corpo e do sangue. Essas palavras são uma afirmação de presença, mas de uma presença que Jesus entrega como dom da sua pessoa e, mais especificamente, da sua carne e do seu sangue. Assim, são expressão de uma oferta; com as suas palavras, pronunciadas pelo sacerdote em nome de Cristo, realiza-se a oferta que renova o sacrifício da cruz, ou que o reproduz, em benefício da Igreja.»<sup>432</sup>

Para concluirmos este subcapítulo, resta-nos tratarmos brevemente da relação entre Eucaristia e sacerdócio, já antecipada na anterior citação.

O sacrifício eucarístico é sacrifício de Cristo; tanto num como noutro, Jesus Cristo é a vítima e o sacerdote<sup>433</sup>. Porém, o sacrifício eucarístico é também sacrifício da Igreja<sup>434</sup>, como facilmente se depreende a partir da visão eclesiológica do “Corpo Místico”, corroborada pelo II Concílio do Vaticano: «Em tão grande obra [...] Cristo associa sempre a si a Igreja, sua esposa muito amada, a qual invoca o seu Senhor e por meio d’Ele rende culto ao Eterno Pai»<sup>435</sup>. Aqui se encontra a razão profunda de ser do sacrifício sacramental, pois, qual seria o objectivo de renovar o sacrifício da Cruz a não ser para se tornar sacrifício da Igreja?<sup>436</sup> Como vimos anteriormente, este sacrifício, sendo único e eficaz, não necessita de ser reiterado. A reprodução, ou representação, de tal sacrifício tem apenas sentido na medida em que pretende significar o envolvimento da Igreja, enquanto traduz a apropriação, por parte da Igreja, daquela oferta, para sua maior fecundidade<sup>437</sup>. Aliás, podemos agora usar a categoria da *aplicação*, para dizer que o sacrifício sacramental foi instituído para que o sacrifício da Cruz fosse aplicado aos homens todos e de todos os tempos.

---

<sup>432</sup> COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 100.

<sup>433</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 103.

<sup>434</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 103.

<sup>435</sup> SC, 7.

<sup>436</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 103.

<sup>437</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 104.

Quando falamos de *apropriação* podemos distinguir duas modalidades. *Apropriação objectiva* significa que, «do ponto de vista sacramental, a oferta do Salvador se torna oferta da Igreja, através da celebração do rito instituído por Jesus durante a Última Ceia. As palavras da consagração realizam o sacrifício de Cristo como sacrifício da Igreja»<sup>438</sup>. Porém, a esta *apropriação objectiva* há-de corresponder uma *apropriação subjectiva*, na medida em que aqueles que tomam parte «na Eucaristia são convidados a associar-se, com as suas disposições pessoais, à oferta do sacrifício redentor. A celebração eucarística tende a fazê-los partilhar os sentimentos e a vontade de oblação do Salvador»<sup>439</sup>. Mas, sobre este último aspecto em particular trataremos mais adiante.

Concluímos esta nossa abordagem referenciando apenas um outro aspecto da colaboração da Igreja no sacrifício de Cristo. A este propósito, é lícito afirmar que esta «exprime-se, sobretudo, através do ministério do sacerdote»<sup>440</sup>, pois que, é precisamente o sacerdote que oferece ministerialmente o sacrifício; é o sacerdote que pronuncia as palavras da consagração em nome de Cristo; é, enfim, ele que actua em nome da Igreja e, portanto, em nome de Cristo, em virtude do poder que recebeu na ordenação sacerdotal<sup>441</sup>.

Como necessário corolário temos que a realização do sacrifício eucarístico requer, portanto, um empenhamento específico do sacerdócio ministerial<sup>442</sup>. Sob esta luz, podemos então compreender mais claramente o excesso que representam certas tentativas de atribuir o poder de celebrar a Eucaristia a todos os cristãos, em nome do sacerdócio universal<sup>443</sup>. Precisamente a este excesso reagiu a encíclica *Mediator Dei*, quando teve por bem recordar a posição tradicional da Igreja:

---

<sup>438</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 104.

<sup>439</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 104.

<sup>440</sup> COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 104.

<sup>441</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 105.

<sup>442</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 105.

<sup>443</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 105.

«O facto de os fiéis participarem no sacrifício eucarístico não significa, porém, que eles gozem de poderes sacerdotais. Há alguns que aproximando-se de erros já condenados, ensinam que no Novo Testamento se conhece apenas um sacerdócio próprio de todos os baptizados, e que o preceito dado por Jesus aos Apóstolos, na Última Ceia, de fazer aquilo que Ele tinha feito, se refere directamente a toda a Igreja dos cristãos e só depois é que foi introduzido o sacerdócio hierárquico. Afirmam, por isso, que só o povo goza de uma verdadeira potestade sacerdotal, ao passo que o sacerdote actua unicamente no exercício de um ofício que lhe é confiado pela comunidade.»<sup>444</sup>

Em suma, existe um poder de oferecer o sacrifício eucarístico em nome de Cristo, que é exclusivo do sacerdote<sup>445</sup>, porque, ao constatar-mos a veracidade do sacrifício da Missa, que a Igreja celebra e oferece por meio dos seus ministros, constatamos a existência de uma outra realidade profundamente implicada naquela<sup>446</sup>. Referimo-nos, certamente, à existência de sacerdotes ministeriais, ao sacerdócio hierárquico, que actua com função sacrificial pública como ministros ou vigários de Cristo, actualizando sacramentalmente o sacrifício do Calvário<sup>447</sup>. Por isso, falar de sacrifício eucarístico na Igreja significa, simultaneamente, reconhecer o dom de um sacerdócio *mediador e sacrificador* dentro da Igreja<sup>448</sup>.

---

<sup>444</sup> PIO XII, *Mediator Dei*, 75, in AAS 39 (1947) 553.

<sup>445</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 105.

<sup>446</sup> Cf. M. NICOLAU, *Nueva Pascua de la nueva alianza: actuales enfoques sobre la eucaristía* (Madrid: Studium 1973) 363.

<sup>447</sup> Cf. M. NICOLAU, *Nueva Pascua de la nueva alianza*, 363.

<sup>448</sup> Cf. M. NICOLAU, *Nueva Pascua de la nueva alianza*, 363.

### 3.1.4. Frutos do sacrifício eucarístico

Para completarmos esta nossa abordagem à importância da dimensão sacrificial da Eucaristia para a respectiva sacramentologia, resta-nos abordar um outro tema fundamental, a saber, o dos *frutos* do sacrifício eucarístico.

A participação nos efeitos salvíficos do sacrifício redentor de Cristo, que chegam até nós através da celebração da Eucaristia, não acontece automaticamente, mas é, de ordinário, condicionada pela nossa disponibilidade a deixarmo-nos redimir<sup>449</sup>. É verdade que Cristo redentor tudo opera; todavia, Ele espera a nossa correspondência<sup>450</sup>. Por outras palavras, para obter a salvação é necessário o encontro livre e pessoal com Cristo, é necessária a fé n'Ele, assim como é também necessária a contrição, a esperança do perdão, a recepção dos sacramentos e a colaboração com a graça que Ele oferece; e, de modo particular, é necessária a participação na Eucaristia, canal privilegiado da distribuição da virtude salvífica da Cruz<sup>451</sup>.

Tendo por base estes pressupostos, podemos afirmar que os homens recebem a graça e a salvação durante a celebração do sacrifício eucarístico em proporção à sua participação consciente e devota, na medida em que estão verdadeiramente unidos ao Senhor, isto é, de acordo com o princípio geral da distribuição da graça<sup>452</sup>. Ora, este princípio é fundamental para compreendermos a doutrina dos frutos da Missa<sup>453</sup>.

Por frutos da Missa entendemos os efeitos que a virtude salvífica da Cruz, tornada presente no sacrifício eucarístico, gera nos homens quando estes acolhem com fé, esperança e

---

<sup>449</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 547.

<sup>450</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 547.

<sup>451</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 547.

<sup>452</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 547.

<sup>453</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 547.

amor ao Redentor<sup>454</sup>. Assim sendo, os frutos que tal virtude faz germinar em nós são essencialmente dois<sup>455</sup>: a) um crescimento na vida da graça santificante; b) uma maior e mais intensa conformação existencial com Cristo, no seu mistério pascal.

Se são estes os principais frutos que se obtêm através da Missa, então, quando consideramos as diversas modalidades de participação na mesma, surge a seguinte classificação<sup>456</sup>, aliás cara à teologia escolástica:

- 1) Pelo facto de ser membro da Igreja, todos os fiéis participam em cada sacrifício eucarístico que se celebra sobre a terra, pelo simples facto de que esse sacrifício é sempre acção do *Christus totus*, Cabeça e Corpo. Isto vale também, em certa medida, para a humanidade inteira, pois que Cristo continua a levar cada homem no seu coração, e em cada Missa perpetua a sua oferta pela salvação do mundo. Deste modo, o fruto salvífico que se gera nos membros da Igreja, e em toda a humanidade, denomina-se *fruto geral da Missa*.
- 2) Os membros da assembleia eucarística, que participam directamente na oferta do sacrifício, e recebem a sagrada comunhão, obtêm uma maior união a Jesus e são capazes de obter frutos especiais de santidade. A este tipo de frutos dá-se o nome de *fruto especial da Missa*.
- 3) O fruto que se gera nos homens por quem o sacerdote celebrante intercede, suplicando ao Senhor que lhes seja aplicada a virtude salvífica do sacrifício da Missa, denomina-se *fruto particular da Missa*. Este fruto obtêm-no aqueles por quem a Missa é aplicada, desde que estejam moralmente bem-dispostos, e sempre segundo a vontade e desígnio divinos.

---

<sup>454</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 548.

<sup>455</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 548.

<sup>456</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 548-549.

Prosseguindo com a nossa reflexão sobre os frutos do sacrifício, é interessante relevar que a reflexão teológica viu na Missa uma quádrupla eficácia, em virtude, justamente, da quádrupla finalidade que o sacrifício pode ter, a saber: adoração, acção de graças, propiciação e obtenção de graças<sup>457</sup>. Seguindo esta quádrupla finalidade, o sacrifício designa-se, respectivamente, *latrêutico*, *eucarístico*, *propiciatório* e *impetratório*<sup>458</sup>. A respeito da eficácia propiciatória e impetratória, ambas têm uma dupla aplicação: aplicam-se tanto a vivos como a defuntos<sup>459</sup>. Mas, consideremos mais pormenorizadamente este último apontamento.

É da mais antiga tradição da Igreja a convicção de que a oferta do sacrifício eucarístico pode beneficiar os defuntos e obter para eles a felicidade eterna da posse de Deus<sup>460</sup>:

«O costume de celebrar Missa pelos defuntos remonta, pelo menos, ao século II. Como é óbvio, os cristãos têm consciência, de um modo mais geral, do seu poder de interceder em favor dos defuntos, porque rezam por eles; no entanto, manifestam a sua confiança sobretudo na eficácia do sacrifício eucarístico, eficácia essa que consideram superior à de toda a súplica ou oração.»<sup>461</sup>

Paralelamente a esta consciência, constatamos a existência de outra: a de que a oferta do sacrifício eucarístico exerce, também, um efeito de graça para os vivos<sup>462</sup>. Podemos verificar esta verdade no costume radicado de apresentar aos sacerdotes intenções particulares destinadas a obter graças de todos os tipos<sup>463</sup>. Sobre as intenções particulares na Missa sabemos que o pedido de aplicação do valor da Missa justamente por uma intenção particular não é possível apenas no caso de uma celebração individual, mas também no caso de

---

<sup>457</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 110.

<sup>458</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 110.

<sup>459</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 110.

<sup>460</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 110.

<sup>461</sup> COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 110.

<sup>462</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 110.

<sup>463</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 110.

concelebração<sup>464</sup>: Cada um dos concelebrantes pode aplicar o valor da sua participação a uma intenção específica. Embora na concelebração estejamos na presença de um único sacrifício, verifica-se a participação de cada concelebrante no acto da oferta, e é em virtude de tal participação que cada um pode aplicar o seu contributo para o valor do sacrifício por uma intenção particular<sup>465</sup>.

Em todo o caso, devemos observar que a aplicação por uma intenção particular não pode absorver toda a eficácia da Missa; a oferta do sacrifício eucarístico produz frutos que superam as intenções particulares e expressamente recordadas<sup>466</sup>. Por isso que aquilo que se diz na consagração eucarística, acerca do sangue da aliança, derramado pela multidão, cumpre-se realmente mediante a expansão da aliança divina e a força salvífica da graça, que continua a transformar toda a humanidade<sup>467</sup>. Considerando este fruto, diríamos *universal*, percebemos que este nunca deixa de se produzir<sup>468</sup>. Trata-se precisamente de um fruto essencial, devido à acção suprema de Cristo, que oferece o sacrifício através do gesto e das palavras do sacerdote<sup>469</sup>. O fruto produz-se sempre, independentemente das disposições pessoais do celebrante<sup>470</sup>.

Concluimos esta nossa referência aos frutos do sacrifício eucarístico, tocando ao de leve no tema da *comunhão* do sacrifício. É certo que Jesus, ao instituir a Eucaristia, deu relevo ao elemento de banquete sagrado. Esta mesma instituição acontece no contexto de uma refeição, muito embora não o de uma simples refeição, mas o de uma refeição ritual, a refeição *pascal*. Ademais, tanto os gestos de Jesus – a fracção do pão – como as palavras

---

<sup>464</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 110.

<sup>465</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 110.

<sup>466</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 110.

<sup>467</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 111.

<sup>468</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 111.

<sup>469</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 111.

<sup>470</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 111.

pronunciadas naquele momento, têm uma profunda ligação ao acto de comer e beber<sup>471</sup>. Por esta razão, concluímos que a comunhão e a participação no sacrifício são algo de instituição divina, ao menos no que toca ao sacerdote celebrante<sup>472</sup>. Além do mais, se o essencial do sacrifício está na dupla consagração do pão e do vinho, a *integridade* do sacrifício inclui necessariamente a comunhão do pão e do vinho consagrados<sup>473</sup>.

### 3.2. Para a vida cristã

Após termos debruçado a nossa atenção, neste ponto de carácter mais sintético, sobre a importância do sacrifício no campo da sacramentologia, é chegado o momento de atentarmos a uma outra matéria não menos importante quando abordamos esta noção, a saber, a relação entre o *sacrifício* (eucarístico) e a *vida cristã*. Para este subcapítulo, qual foz de um rio, como que desaguará toda a nossa reflexão feita até este momento, pois que, só no concreto da vida cristã o sacrifício pode deixar de ser ou um simples ente de razão, ou uma ideia vaga que muitas vezes se prefere afastar, mormente pelas evocações dolorosas que frequentemente suscita.

---

<sup>471</sup> Cf. M. NICOLAU, *Nueva Pascua de la nueva alianza*, 371.

<sup>472</sup> Cf. M. NICOLAU, *Nueva Pascua de la nueva alianza*, 371.

<sup>473</sup> Cf. M. NICOLAU, *Nueva Pascua de la nueva alianza*, 371.

### 3.2.1. Da existência de Cristo ao sacrifício

Embora toda a vida de Jesus se possa qualificar como um *sacrifício* permanente, não é de todo despropositado considerar e distinguir diversos momentos significativos: na Encarnação encontramos o começo de uma vida sacrificial; na Cruz, o momento culminante do sacrifício; na ressurreição, a sua perfeição final<sup>474</sup>. Todavia, dentre estes três momentos, aquele que é mais especificamente sacrificial é a morte na Cruz, a qual constitui, não só uma entrega martirial de si mesmo, mas também um verdadeiro sacrifício cultural, isto é, um acto de oblação, de obediência e de louvor a Deus Pai<sup>475</sup>. Na verdade, o facto de que Jesus anuncie a sua paixão e morte, aplicando-lhes o anunciado para o *Servo do Senhor* (*Mc* 10, 45; *Lc* 22, 37; cf. *Is* 53, 10ss), e ainda que Jesus entenda a sua morte como uma verdadeira auto-doação e como uma auto-entrega pela salvação dos homens (*Jo* 3, 16; *Gl* 1, 4; *Ef* 5, 2-25), não deixa lugar para dúvidas a respeito do carácter sacrificial da sua morte<sup>476</sup>. Em todo o caso, aquilo que realmente confere o valor sacrificial à morte de Cristo é a sua obediência e a sua submissão amorosa a Deus Pai, a sua entrega solidária para a salvação do mundo (cf. *Hb* 10, 4-10)<sup>477</sup>.

O sacrifício de Cristo aparece-nos como algo totalmente inovador, na medida em que ele leva ao cumprimento perfeito, não apenas aquilo que foi anunciado no Antigo Testamento, mas porque supera todos os sacrifícios antigos<sup>478</sup>. De facto, no sacrifício de Cristo se condensa todo o sentido dos sacrifícios antigos: a *expição*, ou perdão dos pecados (*Hb* 9, 28; 10, 12); a *aliança*, ou nova relação entre Deus e o homem, não de rivalidade mas de obediência e de amor (*Hb* 9, 15-24); a *consagração existencial*, enquanto faz de toda a vida

---

<sup>474</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 272.

<sup>475</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 272.

<sup>476</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 272.

<sup>477</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 272-273.

<sup>478</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 273.

uma oferenda a Deus (*Hb* 5, 8-9; 10, 4-10; 13, 15-16); a *acção de graças*, enquanto reconhece a Deus como fonte primeira da vida e da salvação (*Hb* 10, 9-10; 2, 12; 13, 15)<sup>479</sup>.

Por isso, o sacrifício de Jesus é um sacrifício perfeito (*Act* 5, 9) e definitivo (*Act* 7, 27; 9, 12), e eficaz em ordem à redenção e purificação dos pecados (*Act* 9, 12-13). Um tal sacrifício só o podia realizar quem possuísse a plenitude do Espírito, fazendo-nos capazes também nós de um culto espiritual: «Cristo, que pelo Espírito eterno se ofereceu a si mesmo sem mancha a Deus, purificará a nossa consciência das obras mortas para render a Deus um culto vivo» (*Hb* 9, 14)<sup>480</sup>. A oferenda de Cristo é o culto perfeito porque nela e por ela Deus é verdadeiramente glorificado e o homem é verdadeiramente santificado<sup>481</sup>.

### **3.2.2. Do sacrifício de Cristo ao sacrifício da Eucaristia**

Este sacrifício de Jesus é o sacrifício que se faz presente na Eucaristia<sup>482</sup>. Trata-se de um sacrifício *original*, por ser distinto do das outras religiões; *relativo*, porque depende totalmente de Cristo, actualizando sacramentalmente o único sacrifício da Cruz; *memorial*, porque é memória objectiva e *in mysterio* do acontecimento pascal de Cristo; *eclesial*, porque a presença do sacrifício acontece na mediação da Igreja, a qual, como Corpo de Cristo, é também incorporada na dinâmica sacrificial<sup>483</sup>. Afirmo J. Betz:

---

<sup>479</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 273.

<sup>480</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 273.

<sup>481</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 273.

<sup>482</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 273-274.

<sup>483</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 274.

«A Missa como oblação da Igreja é um sacrifício próprio (DS-1751), mas não absoluto; é um sacrifício, não independente, mas relativo e memorial. O sacrifício absoluto é e continuará a ser o sacrifício da Cruz. Este se faz presente em forma de banquete que é ao mesmo tempo sacrifício; portanto, de um sacrifício-banquete ou de um banquete-sacrifício. Assim, pois, a Missa é tanto memorial sacrificial como sacrifício memorial, *sacrificium Christi et sacrificium ecclesiae representans*. Poder-se-ia também chamar a Eucaristia de *oblatio oblationis Christi*. Pois bem, a relação de ambos os aspectos não é a de uma simples justaposição [...] mas de uma mútua implicação. O banquete sacramental está ordenado em seus elementos estruturais, acção e oração, e em todos os seus momentos (preparação, disposição e consumo do mesmo) à actualização do sacrifício da Cruz.»<sup>484</sup>

Concluimos, portanto, que a Eucaristia não é um sacrifício numericamente distinto, embora substancialmente idêntico, do da Cruz<sup>485</sup>. Ao invés, é seu sacramento, e não só como símbolo ou recordação, mas como actualização, recepção e aplicação real<sup>486</sup>. Em si mesma, a acção sacrificial como acção histórica fica no passado, mas é contemporânea quando esta acção, integrada e viva no Ressuscitado, se faz presente na sua pessoa configurada na entrega histórica da cruz<sup>487</sup>. Crer, adorar e comer: ficar integrado neste Cristo que vem é ficar integrado pessoalmente no sacrifício da cruz<sup>488</sup>.

Sob esta luz chegamos a ver que *sacramento e sacrifício* são inseparáveis<sup>489</sup>. Sacramento de Cristo entregue para sempre, sacrifício sacramentado nos dons eucarísticos<sup>490</sup>. O tema do sacrifício resolve-se finalmente olhando para o Sacrificado<sup>491</sup>. Ele faz-se presente e nos faz presente o seu movimento de entrega, inserindo-nos neste mesmo movimento, como não pode ser de outro modo: «Se não te deixas lavar os pés, não tens que ver comigo» (Jo 13,

---

<sup>484</sup> J. BETZ, *A Eucaristia: mistério central* (Petrópolis: Vozes 1977) = *Mysterium Salutis* IV-5, 98-99.

<sup>485</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 228-229.

<sup>486</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 228-229.

<sup>487</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 228-229.

<sup>488</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 228-229.

<sup>489</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 231.

<sup>490</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 231.

<sup>491</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 231.

8)<sup>492</sup>. Não se pode adorar a Cristo sem O contemplar entregue, e isto há-de marcar o estilo do culto eucarístico<sup>493</sup>. Não se adora nem se contempla a Deus, a um ente celestial e sem história: contempla-se e adora-se a Jesus de Nazaré, sacrificado para sempre<sup>494</sup>.

Chegados a este ponto, é precisamente o tema da participação da Igreja no acto sacrificial de Cristo que constitui o objecto da nossa atenção. Sobre este aspecto, a tradição da Igreja reconheceu que a Eucaristia constitui também um *sacrifício da Igreja*, sem que, com isso, esta repetisse ou acrescentasse algo mais ao único sacrifício de Cristo<sup>495</sup>. Ora, no que toca às principais razões, apontamos as seguintes<sup>496</sup>:

- a) Se a Eucaristia é um sacramento cuja estrutura é a de uma refeição fraterna com os elementos celebrativos que a compõem, isto significa que é uma acção da Igreja, em cuja mediação visível se realiza o acto sacramental, e cuja vida se vê implicada no mesmo acto.
- b) Podemos chamar à Eucaristia “sacrifício da Igreja” porque, sendo sacrifício de Cristo-Cabeça, não pode deixar de ser também a de seu Corpo, a Igreja. A Igreja, associada a Cristo-sacerdote, é sujeito da acção eucarística, oferente em acção de graças com Cristo-vítima, mediação visível da mediação invisível de Cristo, objecto de oferecimento na sua união à obediência, ao serviço e à entrega do próprio Cristo.
- c) Se Cristo é o novo Adão, Cabeça da nova humanidade, e a sua obra deve estender-se a todos os homens, é preciso que, na economia actual, se requeira a participação e a mediação eclesial. O sacrifício pascal deve prolongar-se no

---

<sup>492</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 231.

<sup>493</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 231.

<sup>494</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 231.

<sup>495</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 274.

<sup>496</sup> Cf. D. BOROBIO, *Eucaristía*, 274-276.

sacrifício eclesial, de modo que é o *Christus totus* o implicado, por vontade de Deus, nesta dinâmica de sacrifício salvador.

- d) Por fim, o sacrifício da Igreja opera-se segundo um duplo dinamismo: como movimento que procede da Cabeça para o Corpo, de modo que a entrega sacrificial de Cristo se deriva e exige a entrega sacrificial da Igreja; e como movimento do Corpo para a Cabeça, enquanto na Eucaristia se recolhem os muitos sacrifícios da vida da Igreja em seus membros que, unidos a Cristo, constituem a oferenda viva do *Christus totus*.

Por tudo isto concluímos que a Igreja, em cada celebração da Eucaristia, é *co-oferente* e *co-oferecida*, em Cristo<sup>497</sup>. Esta afirmação constitui uma verdade reiteradamente confirmada pelos ensinamentos dos Padres, teólogos e ainda pelo Magistério eclesiástico<sup>498</sup>.

A importância desta verdade é tal que, sem hesitações, podemos afirmar que «O sacrifício eucarístico foi, portanto, dado por Cristo à Igreja. Assim, é pela Igreja, e não só pelo próprio Cristo, que o sacrifício se reproduz até ao fim dos séculos»<sup>499</sup>. Porque este sacrifício de Cristo não devia permanecer isolado ou fechado em si mesmo, mas devia tornar-se sacrifício da Igreja e de toda a humanidade, o próprio Cristo instituiu, com a Eucaristia, um sinal memorial do seu sacrifício e o consignou à Igreja, a fim de que esta pudesse ter uma participação salvífica na morte e ressurreição do seu Senhor<sup>500</sup>. De tal forma decisivo é este sacrifício redentor, que Jesus Cristo só voltou para o Pai depois de ter deixado um meio – a

---

<sup>497</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 537.

<sup>498</sup> As respectivas referências dos Padres, teólogos e do Magistério eclesiástico podem ser encontradas nas notas 8, 9 e 10 de A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 537.

<sup>499</sup> COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 93.

<sup>500</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 535.

celebração eucarística – pelo qual os homens pudessem nele participar como se fossem seus contemporâneos<sup>501</sup>.

### 3.2.3. Do sacrifício da Eucaristia à vida cristã

Entender a dimensão sacrificial da Eucaristia e a sua relação com a Igreja traz, sem dúvida, uma visão muito diferente do que às vezes é vivido e pregado<sup>502</sup>. Oferecida e crucificada em seu Senhor: o que significa? Significa que a Igreja vive conforme se sacrifica e se entrega, conforme se perde a si mesma<sup>503</sup>. A cruz como «forma» não é, primariamente, o sofrimento histórico da Igreja pela incompreensão da sociedade e a opressão dos poderes; é, antes de mais, a sua maneira de ser e de estar no mundo, o seu estilo<sup>504</sup>.

Ao considerar a Igreja como (novo) Povo de Deus, o mais radical e específico deste povo é o carácter *sacerdotal* de todos os seus membros<sup>505</sup>. Inicialmente o sacerdócio deriva do Baptismo, o que é lógico, pois que este sacramento configura no seguimento de Cristo e permite o acesso à Eucaristia<sup>506</sup>. Marcados baptismalmente como sacerdotes, os membros do povo de Deus exercitam o seu sacerdócio na Eucaristia, *acolhendo* o sacrifício de Cristo e *entregando* nele a sua vida quotidiana, desprendendo-se dela, pondo-a à disposição do

---

<sup>501</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 535.

<sup>502</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 237.

<sup>503</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 237.

<sup>504</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 237.

<sup>505</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 240.

<sup>506</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 240.

Senhor<sup>507</sup>. Eis a chave do chamado *sacerdócio comum*. Na verdade, podemos ver nele o ponto de partida para compreender a implicação de toda a vida no sacrifício de Cristo.

Ainda a respeito deste sacerdócio-sacrifício, recebido como participação eucarística do Sacrificado, podemos afirmar que este se traduz no *excesso*, no *extremo*<sup>508</sup>. Efectivamente, não podemos esquecer que o sacrifício de Cristo não é o castigo aceite por *justa compensação* ao pecado, mas o amor dado ao *extremo*<sup>509</sup>. Testemunha-o perfeitamente o quarto Evangelho, quando diz: «sabendo Jesus que havia chegado a sua Hora de passar deste mundo ao Pai, tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até ao extremo (τέλος)» (Jo 13, 1). É este extremo do amor pessoal que se transmite no comer eucarístico e que gera a *santidade*<sup>510</sup>. A santidade, portanto, não é ritual, nem tão-pouco é condição para a legitimidade do exercício sacerdotal no culto; aqui a santidade é o efeito de abrir-se receptivamente ao sacrifício de Jesus e exercer, nele, a entrega diária de uma vida até ao excesso<sup>511</sup>.

A santidade da Igreja realiza-se na *missão*, que é sempre dada, ou seja, é vocação por incorporação ao Senhor<sup>512</sup>. A *vocação* é o projecto de realização pessoal integrado no sacrifício; embora tenha as suas raízes no Baptismo, nutre-se permanentemente do sacrifício eucarístico<sup>513</sup>. Os grandes caminhos de santidade ou, dito de outra maneira, os grandes estilos de vida e missão, nascem da Eucaristia e dão forma a uma Igreja complexa, variada, rica em modos de enfrentar a vida e a redenção: constroem o Corpo do Senhor, a *res et sacramentum* da Eucaristia<sup>514</sup>. Toda a vocação, por conseguinte, é um sacrifício pessoal no sacrifício do Filho, que vem até nós na Eucaristia para incorporarmos a sua entrega<sup>515</sup>. Consequentemente,

---

<sup>507</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 240.

<sup>508</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 241.

<sup>509</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 241.

<sup>510</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 241.

<sup>511</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 241.

<sup>512</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 245.

<sup>513</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 245.

<sup>514</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 245.

<sup>515</sup> Cf. L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 266.

entre santidade, vocação e missão existe um ponto comum, e esse ponto é precisamente o sacrifício eucarístico, actuando como verdadeiro elemento performativo.

Os elementos acabados de expor têm uma importância significativa para a vida da Igreja. De facto, cada celebração da Eucaristia exige da Igreja não apenas um cumprimento fiel do memorial instituído pelo Senhor, mas igualmente uma actualização verdadeira da *sequela Christi*, uma adesão autêntica ao movimento sacrificial que lhe imprime a sua Cabeça, o que comporta, da parte dos fiéis, uma vontade de oferecer a sua própria vida, sem mancha de pecado, ao Pai com Cristo, vítima sem mancha, em sacrifício espiritual-existencial (cf. *Rm* 12, 1; *IPd* 2, 4-7.9), restituindo-Lhe com amor filial e com acção de graças tudo aquilo que d'Ele receberam<sup>516</sup>. Por outras palavras, o mandamento do Senhor «Fazei isto em memória de Mim» não comporta apenas que o ministro ordenado repita as palavras pronunciadas por Jesus, bem como os seus gestos quando instituiu a Eucaristia, mas exige também dos fiéis que acolham com fé e amor o dom a eles oferecido pelo Senhor e, unidos a Ele, aos sentimentos do seu coração e a sua atitude de obediência filial ao Pai (cf *Hb* 10, 5-9), imitando a realidade expressa no rito, a saber, o dom de si, oferecendo o seu espírito a Deus pela vida do mundo<sup>517</sup>. Isto constitui o sacrifício espiritual da Igreja em Cristo; o seu *sacrificium laudis*<sup>518</sup>.

A radicalidade desta oblação da parte dos fiéis comporta, igualmente, que esta não se limite ao momento da celebração litúrgica, mas que se prolongue em cada momento da sua existência de filho de Deus em Cristo, numa “perene Eucaristia”, isto é, numa contínua oferta de si mesmo, da sua oração, dos seus trabalhos, das suas alegrias e sofrimentos, numa íntima unidade com o sacrifício redentor do Senhor, tornado presente cada dia sobre o altar da

---

<sup>516</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 542.

<sup>517</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 542.

<sup>518</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 542.

Igreja<sup>519</sup>. Deste modo, no sacrifício consumado por Cristo para a salvação do mundo, adquirem plenitude de sentido e de valor todas as obras dos fiéis, e eles mesmos ver-se-ão santificados pelo poder salvífico da morte e ressurreição do Senhor<sup>520</sup>. Por esta razão, não é absurdo considerar que, para aqueles que tomam parte na Eucaristia, o espírito de oferta, que caracterizou a vida terrena de Jesus, e alcançou o seu pleno desenvolvimento no sacrifício, deve inspirar o seu modo de vida, deve inspirar o modo de vida dos cristãos<sup>521</sup>.

A Eucaristia não aparece simplesmente como uma acção que se destina unicamente a tornar presente Jesus Cristo no meio da comunidade cristã, no Sacramento<sup>522</sup>. Na Eucaristia está presente e age o próprio Cristo salvador, e a finalidade desta presença é tornar possível a transmissão da própria vida de Jesus aos seus discípulos (cf. *Jo* 6, 53-57), à Igreja ainda peregrinante, de modo que esta se possa tornar realmente e em plenitude um só corpo, em Cristo (cf. *1Cor* 10, 16-17; 12, 12-27; *Rm* 12, 5; *Ef* 4, 15-16; *Cl* 3, 15)<sup>523</sup>.

Em suma, em cada celebração da Eucaristia a Igreja participa verdadeiramente no sacrifício da sua Cabeça e do seu Esposo<sup>524</sup>. Tal participação é sempre considerada como um dom de Cristo e do seu Espírito: a Igreja não acrescenta nada à oferta de Cristo que não derive d'Ele próprio<sup>525</sup>. Entre a oblação da Igreja e a de Cristo não se verifica uma justaposição, mas, ao invés, uma íntima unidade<sup>526</sup>.

Para terminar, dirigimos a nossa atenção, ainda que muito brevemente, para o tema da *comunhão*. Considerando o testemunho de S. Paulo, podemos constatar que ele apresenta a recepção dos dons eucarísticos em estreita relação com o anúncio-presença do Senhor,

---

<sup>519</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 542.

<sup>520</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 542.

<sup>521</sup> Cf. COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova*, 13.

<sup>522</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 536.

<sup>523</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 536.

<sup>524</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 543.

<sup>525</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 543.

<sup>526</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 543.

crucificado e ressuscitado (cf. *1Cor* 11, 26)<sup>527</sup>. Por isso sustém que entrar em comunhão com o pão e o vinho “eucaristizados” equivale a entrar em comunhão com o sacrifício de Cristo<sup>528</sup>. Contemporaneamente, a Igreja explica a celebração da Eucaristia como participação no sacrifício pascal do Senhor, mediante o memorial sacramental por Ele instituído. No seu ensinamento, a comunhão aparece, não tanto como um gesto autónomo e completo em si mesmo, mas como um gesto estreitamente ligado ao sacrifício de Cristo. E sobre o modo mais perfeito de participação no sacrifício eucarístico, vale a pena precisar que:

«[...] a este sacrifício de acção de graças, de propiciação, de impetração e de louvor, os fiéis participam com maior plenitude quando não só oferecem ao Pai, de todo o coração e em união com o sacerdote, a Vítima sagrada e, nela, a si mesmos, mas quando recebem a mesma Vítima no sacramento.»<sup>529</sup>

Ao concluirmos esta parte mais sistemática da presente dissertação, havemos por bem citar uma afirmação cujo conteúdo nos parece constituir uma boa síntese de tudo quanto acabámos de tratar:

«A Igreja é gerada na Cruz e realizada no memorial da Paixão (Eucaristia), pelo que ela mesma é também memorial da Paixão. Nasce crucificada; a Cruz é a sua «forma» social e histórica.»<sup>530</sup>

---

<sup>527</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 552.

<sup>528</sup> Cf. A. G. IBÁÑEZ, *L'Eucaristia, dono e mistero*, 552.

<sup>529</sup> SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS RITOS, Inst. *Eucharisticum mysterium*, 3e, in *AAS* 59 (1967) 542-543.

<sup>530</sup> L. T. DÍAZ - F. J. SÁEZ, *Meditación sobre la Eucaristía*, 236.

## CONCLUSÃO

Ao terminar este breve estudo sobre a dimensão sacrificial da Eucaristia, concluímos que esta aparece como *essencial* para a compreensão da celebração e vivência deste sacramento. No caminho percorrido, pudemos comprovar que a referida dimensão pode constituir uma séria objecção à afirmação da unicidade e eficácia do sacrifício de Cristo na cruz, explicitamente confirmada pela Escritura (cf. *Hb* 7, 27; 9, 12; 10, 10). Efectivamente, a doutrina católica sobre a Missa como verdadeiro e próprio *sacrifício* atenta, aparentemente, contra o único e irrepetível sacrifício do Calvário, como sublinharam os autores da Reforma do século XVI.

Neste sentido, pudemos constatar que há uma série de categorias do património da doutrina católica, presentes no Magistério eclesiástico, ao menos desde o concílio tridentino, que esclarecem a aparente paradoxal relação entre a afirmação da verdade do sacrifício eucarístico e a do sacrifício da cruz. Essas categorias são as de *representatio*, *memoria* e *applicatio*. Juntamente com estas, patentes no ensinamento tridentino da XXII sessão, encontramos outra que complementa as anteriores e que, à sua semelhança, é apresentada pelo texto da referida sessão, a saber, o de *identidade* (da vítima e do oferente).

Quanto ao Magistério mais actual, aquilo que pudemos concluir é precisamente uma perenidade do ensinamento consignado no Concílio de Trento sobre a Missa como sacrifício. De facto, em todos os textos analisados constatámos a existência de referências claras à dimensão sacrificial do sacramento eucarístico, apresentando-a muitas vezes como elemento essencial para uma correcta compreensão e harmonia das outras dimensões do mesmo sacramento.

Verificámos, todavia, que embora possamos encontrar uma constante no ensinamento sacrificial a respeito da eucaristia, a linguagem usada, especialmente os termos tidos como próprios da linguagem sacrificial, tendem a ser substituídos por outras formas de cariz mais bíblico e litúrgico.

Mais ainda, concluímos que, contemporaneamente, existe uma tendência para acentuar, a respeito da celebração eucarística, a dimensão da participação dos fiéis no sacrifício de Cristo, renovado da Missa.

Por fim, constatámos que a afirmação da Missa como sacrifício, a dimensão sacrificial da Eucaristia, aparece como fundamental para, não apenas como pedra angular da teologia eucarística sacramental, como ainda para a vida cristã, que se deve ordenar segundo a vida oblativa de Jesus Cristo. Efectivamente, quando analisámos a importância da referida dimensão, verificámos que esta surge como elemento signficante e unificante de todos os elementos que, teologicamente, se dizem da Eucaristia. Do mesmo modo, para a vida cristã, concluímos que o sacrifício de Cristo, renovado, perpetuado e aplicado no sacrifício eucarístico, é condição *sine qua non* para a autêntica vivência cristã. Realmente, enquanto o sacrifício (de Cristo) traduz uma atitude primordial e fundamental de amor e obediência filial a Deus Pai, assim também o essencial da vida cristã está no oferecimento de toda a vida a Deus, não de modo estranho e exterior, mas como *filho*. Isto é possível apenas porque os cristãos estão inseridos *no* Filho de Deus, de tal sorte que o sacrifício de Cristo é o sacrifício da Igreja, o sacrifício dos cristãos. Por esta mesma razão, concluímos que a imagem eclesiológica do *Corpo Místico* é fundamental para a compreensão desta possibilidade, para a compreensão da chave sacrificial da vida cristã.

## BIBLIOGRAFIA

- BAUDRILLART, A., *Calvinisme*, in *Dictionnaire de Théologie Catholique* II-2 (Paris: Letouzey et Ané Éditeurs 1910) 1398-1422.
- BENTO XVI, *Sacramentum Caritatis*, in *AAS* 99 (2007) 105-180.
- BOROBIO, D., *Eucaristía* (Madrid: B.A.C. 2005).
- BOULENGER, A., *Histoire Générale de L'Église: Les Temps Modernes* VII (Lyon-Paris: Librairie Catholique Emmanuel Vitte 1938).
- BOUYER, L., *Palavra, Igreja e sacramentos no protestantismo e no catolicismo* (São Paulo: Flamboyant 1962).
- CALVINO, J., *Breve instrução cristã* (Lisboa: Eds. Universitárias Lusófonas 2009).
- , *Institutio Christianæ Religionis* (Geneve: Oliua Roberti Stephani 1559).
- Catecismo da Igreja Católica* (Coimbra: Gráfica de Coimbra 2000).
- COMISSÃO NACIONAL DO JUBILEU DO ANO 2000, *Eucaristia sacramento de vida nova* (Lisboa: Paulinas-Comissão Nacional do Jubileu do Ano 2000 1999).
- Concílio Ecumênico de Trento* = Documentos Pontifícios 95 (Petrópolis: Vozes, 2ª edição 1959).
- DENZINGER-HÜNERMANN, *Compêndio dos símbolos, definições, e declarações de fé e moral* (ed. bilingue, S. Paulo: Paulinas-Edições Loyola 2007).
- DUVAL, A., *Des Sacrements au Concile de Trente* (Paris: Cerf 1985).
- GARCÍA IBÁÑEZ, A., *L'Eucaristia, dono e mistero: Tratado storico-dogmatico sul mistero eucaristico* (Roma: Edusc 2006).
- J. BETZ, *A Eucaristia: mistério central* (Petrópolis: Vozes 1977) = *Mysterium Salutis* IV-5.
- JEDIN, H., *Crise et dénouement du concile de Trente, 1552-1563: une rétrospective après quatre cent ans* (Paris: Desclée 1965).
- , *História del Concílio de Trento* III (Pamplona: Universidad de Navarra 1975).
- , *História del Concílio de Trento* IV (Pamplona: Universidad de Navarra 1981).
- JOÃO PAULO II, *Dominicæ cenæ*, in *AAS* 72 (1980) 113-148.
- , *Ecclesia de Eucharistia*, in *AAS* 95 (2003) 433-475.
- , *Fidei depositum*, in *AAS* 86 (1994) 113-118.

- KASPER, W., *Unidade e multiplicidade dos aspectos da Eucaristia*, in *Communio* 3 (1985) 205-226.
- LEPIN, M., *L'idée du Sacrifice de la Messe: d'après les théologiens depuis l'origine jusqu'à nos jours* (Paris: Gabriel Beauchesne Éditeur 1926).
- LUTERO, M., *Obras* (Salamanca: Sígueme 1977).
- , *Obras selecionadas I* (São Leopoldo e Porto Alegre: Ed. Sinodal e Concórdia Ed. 1987-1989).
- , *Obras selecionadas II* (São Leopoldo e Porto Alegre: Ed. Sinodal e Concórdia Ed. 1987-1989).
- , *Pelo evangelho de Cristo: obras selecionadas de momentos decisivos da reforma* (Porto Alegre e São Leopoldo: Concórdia Ed. e Ed. Sinodal 1984).
- MARTINS, J. S., *A Eucaristia* (Lisboa: UCE 2002).
- NICOLAU, M., *Constituição litúrgica: comentário teológico-pastoral* (Braga: SNAO 1968).
- , *Nueva Pascua de la nueva alianza: actuales enfoques sobre la eucaristía* (Madrid: Studium 1973)
- PAUL, J., *L'Église et la culture en occident: XI-XII siècles II* (Presses Universitaires de France).
- PAULO VI, *Mysterium Fidei*, in *AAS* 57 (1965) 753-774.
- , *Sollemnis Professio Fidei*, in *AAS* 60 (1968) 433-446.
- PEREZ, J., *El sacrificio de la misa, memoria representación e imagen del único sacrificio de Cristo, en el Concilio de Trento* (Extracto de Tesis de Doctorado) (Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca 1994).
- PIO XII, *Mediator Dei*, in *AAS* 39 (1947) 521-595.
- PIOLANTI, A., *Eucaristia: il misterio dell'altare nel pensiero e nella vita della Chiesa* (Roma: Desclée 1957).
- POWER, D., *The sacrifice we offer: The tridentine dogma and its reinterpretation* (Edimburgo: T. & T. Clark Limited 1987).
- SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS RITOS, Inst. *Eucharisticum mysterium*, 3e, in *AAS* 59 (1967) 539-573.
- SANGUINETI, A. M., *El sacrificio eucarístico, Pascua de la Iglesia: estudio teológico a la luz del magisterio de Pablo VI* (Buenos Aires: Cedro 1990).
- SEPER, F., *Le rapport de la commission doctrinale du Synode*, in *La Documentation Catholique* 1505 (1967) 1986.

*Sinopse: documentos conciliares Vaticano II* (Org. J. Barbosa Pinto) (Porto-Braga: SNAO 1968).

TRUJILLO DÍAZ, L. – LÓPEZ SÁEZ, F. J., *Meditación sobre la Eucaristía: Presencia. Sacrificio. Comunión* (Salamanca: Sígueme 2008).

## APÊNDICE

### VARIATIONES PRÆCIPUÆ IN INSTITUTIONEM INDUCTÆ\*

[Números da 1ª edição (1969) que se viram modificados aquando da publicação da 2ª edição típica (1970) do *Missale Romanum*. Optámos por não incluir o texto do prómio porque ele foi introduzido aquando da modificação dos artigos, não havendo possibilidade de comparação.]

7. Cena dominica sive Missa est sacra synaxis seu congregatio populi Dei in unum convenientis, sacerdote præside, ad memoriale Domini celebrandum. Quare de sanctæ Ecclesiæ locali congregatione eminenter valet promissio Christi: “Ubi sunt duo vel tres congregati in nomine meo, ibi sum in medio eorum” (Mt 18, 20).

**7. In Missa seu Cena dominica populus Dei in unum convocatur, sacerdote præside personamque Christi gerente, ad memoriale Domini seu sacrificium eucharisticum celebrandum. Quare de huiusmodi sanctæ Ecclesiæ coadunatione locali eminenter valet promissio Christi: “Ubi sunt duo vel tres congregati in nomine meo, ibi sum in medio eorum” (Mt 18, 20). In Missæ enim celebratione, in qua sacrificium Crucis perpetuatur, Christus realiter præsens adest in ipso cœtu in suo nomine congregato, in persona ministri, in verbo suo, et quidem substantialiter et continenter sub speciebus eucharisticis.**

48. Cena novissima, in qua Christus memoriale suæ mortis et resurrectionis instituit, in Ecclesia continue præsens efficitur cum sacerdos, Christum Dominum repræsentans, idem

---

\* Cf. A. M. SANGUINETI, *El sacrificio eucarístico*, 113-114.

perficit quod ipse Dominus egit atque discipulis in sui memoriam faciendum tradidit, sacrificium et convivium paschale instituens.

48. **In Cena novissima, Christus sacrificium et convivium paschale instituit, quo sacrificium crucis** in Ecclesia continue præsens efficitur, cum sacerdos Christum Dominum repræsens, idem perficit quod ipse Dominus egit atque discipulis in sui memoriam faciendum tradidit.

55. "Præcipua elementa e quibus Prex eucharistica constat, hoc modo distingui possunt:

d) Narratio institutionis: qua verbis et actionibus Christi repræsensatur Cena illa novissima, in qua ipse Christus Dominus sacramentum Passionis et Resurrectionis suæ instituit, cum Apostolis suum Corpus et Sanguinem sub speciebus panis et vini manducandum et bibendum dedit, iisque mandatum reliquit idem mysterium perpetuandi.

55. Præcipua elementa e quibus Prex eucharistica constat, hoc modo distingui possunt:

d) Narratio institutionis **et consecratio**: verbis et actionibus Christi **sacrificium peragitur, quod ipse Christus in Cena novissima instituit, cum suum Corpus et Sanguinem sub speciebus panis et vini obtulit**, Apostolisque manducandum et bibendum dedit et iis mandatum reliquit idem mysterium perpetuandi.

60. Etiam presbyter celebrans cœtui congregato in persona Christi præest, eius orationi præsidet, illi nuntium salutis proclamat, populum sibi sociat in offerendo sacrificio per Christum in Spiritu Sancto Deo Patri, et cum fratribus suis panem vitæ æternæ participat.

60. Etiam presbyter, **qui in societate fidelium sacra Ordinis potestate pollet sacrificium in persona Christi offerendi**, exinde cœtui congregato præest, eius orationi præsidet, illi nuntium salutis proclamat, populum sibi sociat in offerendo sacrificio per Christum in Spiritu Sancto Deo Patri, **fratribus suis panem vitæ æternæ dat**, ipsumque cum illis participat.

## ABREVIATURAS

### **Livros bíblicos**

1Cor - Primeira Epístola aos Coríntios

1Jo - Primeira Epístola de S. João

1Pd - Primeira Epístola de S. Pedro

1Tm - Primeira Epístola a Timóteo

Act - Actos dos Apóstolos

Cl - Colossenses

Ef - Efésios

Ex - Êxodo

Fl - Filipenses

Gl - Gálatas

Gn - Génesis

Hb - Hebreus

Is - Isaías

Jo - Evangelho de S. João

Lc - Evangelho de S. Lucas

Mc - Evangelho de S. Marcos

Ml - Malaquias

Mt - Evangelho de S. Mateus

Rm - Romanos

Sl (Ps) – Salmos

### **Documentos do II Concílio do Vaticano**

LG – Constituição dogmática *Lumen gentium* sobre a Igreja

OT – Decreto *Optatam totius* sobre a formação sacerdotal

PO – Decreto *Presbyterorum ordinis* sobre o ministério e a vida dos Sacerdotes

SC – Constituição *Sacrosanctum concilium* sobre a Sagrada Liturgia

### **Outras**

DS - DENZINGER-SHÖNMETZER, *Enchiridion symbolorum, definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*.

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO PRIMEIRO: A Eucaristia na Reforma e no Concílio de Trento .....	6
1.1.    A crítica protestante à noção de sacrifício .....	7
1.1.1.    O ensinamento de Lutero.....	8
1.1.1.1.    A crítica à Eucaristia como sacrifício no quadro da doutrina sobre a justificação .....	8
1.1.1.2.    A crítica à dimensão sacrificial da Eucaristia .....	14
1.1.2.    O ensinamento de Calvino.....	22
1.1.2.1.    O entendimento sacramental à luz da doutrina da predestinação .....	24
1.1.2.2.    A crítica à dimensão sacrificial da Eucaristia .....	26
1.2.    A Eucaristia como <i>sacrifício</i> no Concílio de Trento .....	35
1.2.1.    O <i>Decreto</i> da Sessão XXII .....	36
1.2.2.    A <i>ocasião</i> do Decreto.....	41
1.2.3. <i>Doctrina de SS. Missæ Sacrificio</i> .....	44
1.2.3.1.    O prólogo .....	45
1.2.3.2.    O Capítulo 1 .....	47
1.2.3.3.    O capítulo 2.....	53
CAPÍTULO SEGUNDO: A dimensão sacrificial da Eucaristia no II Concílio do Vaticano e no Magistério contemporâneo .....	58
2.1.    Nos textos conciliares .....	61
2.2.    No Magistério de Paulo VI .....	71
2.2.1.    A Encíclica <i>Mysterium Fidei</i> .....	72
2.2.2.    A <i>Sollemnis Professio Fidei</i> .....	77
2.3.    No Magistério de João Paulo II.....	80
2.3.1.    A carta <i>Dominicæ cenæ</i> .....	81
2.3.2.    O <i>Catecismo da Igreja Católica</i> .....	86
2.3.3.    A encíclica <i>Ecclesia de Eucharistia</i> .....	91
2.4.    Na exortação apostólica pós-sinodal <i>Sacramentum caritatis</i> de Bento XVI.....	95
CAPÍTULO TERCEIRO: Importância da noção de sacrifício para a sacramentologia eucarística e para a vida cristã .....	101
3.1.    Para a sacramentologia eucarística .....	102
3.1.1.    Eucaristia e Encarnação.....	103

3.1.2. Identidade e diferença .....	108
3.1.3. Sacrifício e consagração .....	112
3.1.4. Frutos do sacrifício eucarístico .....	117
3.2. Para a vida cristã.....	121
3.2.1. Da existência de Cristo ao sacrifício .....	122
3.2.2. Do sacrifício de Cristo ao sacrifício da Eucaristia .....	123
3.2.3. Do sacrifício da Eucaristia à vida cristã .....	127
CONCLUSÃO.....	132
BIBLIOGRAFIA .....	134
APÊNDICE .....	137
ABREVIATURAS.....	140